



Relatório Ambiental Avaliação Ambiental Estratégica

das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão

Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-
2013)



Equipa Técnica

Coordenação:

Paula Antunes

Equipa de Projecto:

Gonçalo Lobo

Nuno Videira

Rui Santos

Sofia Guedes Vaz

Theo Fernandes

Tomás Ramos

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Nova de Lisboa

Quinta da Torre
2829-516 Caparica
Portugal

gren-aae@fct.unl.pt

Estudo solicitado pelo Observatório do QCA III no âmbito da preparação das propostas de Programas Operacionais do futuro ciclo de intervenções estruturais, QREN 2007-2013.

Índice

1. Introdução	6
2. Objectivos e Metodologia	8
3. Descrição do Objecto de Avaliação	12
4. Objectivos Globais de Ambiente e Sustentabilidade	17
5. Factores Ambientais e de Sustentabilidade	28
6. Situação Actual e Tendências de Evolução sem QREN	31
6.1. Governança	31
6.1.1. Objectivos e Metas	32
6.1.2. Situação Actual	32
6.1.3. Tendências de Evolução	33
6.2. Desenvolvimento Humano	34
6.2.1. Objectivos e Metas	35
6.2.2. Situação actual	36
6.2.3. Tendências de Evolução	37
6.3. Utilização de Recursos	37
6.3.1. Objectivos e Metas	38
6.3.2. Situação Actual	39
6.3.3. Tendências de Evolução	40
6.4. Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	40
6.4.1. Objectivos e Metas	41
6.4.2. Situação Actual	42
6.4.3. Tendências de Evolução	45
6.5. Alterações Climáticas	46
6.5.1. Objectivos e Metas	46
6.5.2. Situação Actual	47
6.5.3. Tendências de Evolução	48
6.6. Biodiversidade	48
6.6.1. Objectivos e Metas	49
6.6.2. Situação Actual	51
6.6.3. Tendências de Evolução	53
6.7. Qualidade do Ambiente	53
6.7.1. Objectivos e Metas	54
6.7.2. Situação Actual	56
6.7.3. Tendências de Evolução	58
6.8. Riscos Naturais e Tecnológicos	59
6.8.1. Objectivos e Metas	59
6.8.2. Situação Actual	60
6.8.3. Tendências de Evolução	65
6.9. Síntese	65
7. Avaliação Estratégica de Impactes	68
7.1. Avaliação dos Impactes das Prioridades Operacionais Temáticas do QREN	68
7.2. Síntese da Avaliação por Agenda Operacional	92
7.2.1. Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade	92
7.2.2. Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território	94
7.3. Análise dos Impactes Ambientais dos Programas Operacionais	95
7.3.1. PO Temático Factores de Competitividade	96
7.3.2. PO Temático Valorização do Território	100
7.3.3. PO Regional Norte	105
7.3.4. PO Regional Centro	110
7.3.5. PO Regional Lisboa	116
7.3.6. PO Regional Alentejo	119

7.3.7. PO Regional Algarve	124
7.3.8. PO Região Autónoma dos Açores.....	127
7.3.9. PO Região Autónoma da Madeira.....	131
8. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental	135
9. Síntese e Considerações Finais.....	136
Referências	139

Lista de Siglas

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AIA – Avaliação de Impactes Ambientais
AOT – Agenda Operacional Temática
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CME – Consumo de Materiais na Economia
C&T – Ciência e Tecnologia
EDS – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENRRUBDA – Estratégia Nacional Para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterro
EMSA – Agência Europeia para a Segurança Marítima
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FP7 – 7º Programa Quadro de Investigação da UE
FSE – Fundo Social Europeu
GEE – Gases de Efeito de Estufa
IA – Instituto do Ambiente
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
MARPOL – Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU – Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
PESGRI – Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais
PIB – Produto Interno Bruto
PIENDS – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PIERSU – Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados
PML – Tecnologias de Produção Mais Limpa
PNA – Plano Nacional da Água
PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE – Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego
PNALE – Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂
PNAPRI – Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais
PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

PO – Programa Operacional
POT – Prioridade Operacional Temática
PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PTEN – Programa para os Tectos de Emissão Nacional
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
REA – Relatório de Estado do Ambiente
RFC – Relatório de Factores Críticos
RIB – Resíduos Industriais Banais
SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SIC – Sítio de Interesse Comunitário
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
WBCSD – Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
ZPE – Zona de Protecção Especial

1. Introdução

O presente documento constitui Relatório Ambiental Final da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) das propostas de programação relativas às intervenções estruturais 2007-2013, enquadradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e que irão executar as prioridades estratégicas nacionais, sendo consubstanciadas através de Programas Operacionais (PO). A metodologia adoptada tem em conta os requisitos da Directiva Europeia 2001/42/CE, relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente, bem como os definidos nos *Termos de Referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, QCA IV (2007-2013) e Directiva Europeia 2001/42/CE*.

A estratégia de desenvolvimento preconizada para Portugal encontra-se definida num conjunto de documentos estratégicos, nomeadamente na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 25/2006 de 10 de Março, que estabelece as orientações políticas fundamentais para o QREN. Esta estratégia assenta numa vertente essencialmente não-física, privilegiando as áreas da educação, qualificação, inovação e empreendedorismo, esperando que estas se traduzam numa maior produtividade, competitividade, emprego e desenvolvimento sustentável. Os PO pretendem suportar essa filosofia geral de promoção da qualificação dos portugueses, coesão social, qualificação do território e das cidades, e eficiência da governação, materializando-se em objectivos específicos para os próximos sete anos de vigência do QREN.

Nos últimos 20 anos foram aplicados 50 mil milhões de euros na política de coesão, traduzindo os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) anteriores uma opção de desenvolvimento distinta, face a uma realidade eminentemente carenciada a vários níveis, nomeadamente em termos de infra-estruturas básicas de transportes, saúde, educação e saneamento básico.

Estando em curso o processo de programação, no que respeita, designadamente, à definição dos eixos prioritários de intervenção do próximo ciclo de intervenções estruturais, e no cumprimento da Directiva 2001/42/CE e das recomendações da Comissão Europeia (e.g. COM(2006) 639 Final¹), entendeu proceder-se a uma AAE como forma de garantir o contributo dos instrumentos de programação para o desenvolvimento sustentável.

A presente AAE, realizada concomitantemente com a preparação dos próprios PO, tem assim oportunidade de se materializar num contributo para o processo de programação. Através das conclusões da AAE, incluindo o respectivo processo de consulta pública, será possível influenciar positivamente os PO, reorientando, se necessário, prioridades ou incluindo cláusulas que permitam melhor salvaguardar as questões ambientais e de sustentabilidade. Por este facto, a avaliação coloca particular ênfase na identificação de factores potenciadores das oportunidades/impactes positivos, identificando simultaneamente os riscos/impactes negativos que possam estar associados às propostas, de modo a poderem ser evitados ou mitigados ao nível dos próprios PO, ou da execução dos projectos associados.

No capítulo 2 apresentam-se os objectivos e metodologia de AAE, seguidos de uma descrição, no capítulo 3, do QREN, onde é destacada a sua componente operacional, alvo desta avaliação.

¹ Relatório da Comissão sobre a Relação entre a Directiva AAE e os Fundos Comunitários.

No capítulo 4 é analisada a coerência entre as prioridades operacionais do QREN e os principais objectivos de ambiente e sustentabilidade preconizados para o país.

Os factores ambientais e de sustentabilidade segundo os quais é realizada a avaliação são identificados no capítulo 5, sendo, para cada um deles, descrita a situação actual e discutidas tendências previsíveis de evolução na ausência de programação (capítulo 6). No capítulo 7 são identificados e avaliados os impactes ambientais, positivos e negativos, de natureza estratégica e propostas recomendações para uma melhor integração das questões ambientais na componente operacional do QREN. No capítulo 8 são apresentadas as principais recomendações da AAE e proposto um programa de gestão e monitorização ambiental dos Programas Operacionais Co-Financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão. Por último, no capítulo 9, apresentam-se as conclusões finais da AAE.

2. Objectivos e Metodologia

A AAE é um instrumento preventivo de política de ambiente que permite a introdução de preocupações ambientais numa fase inicial dos processos de planeamento, contribuindo assim para a elaboração de políticas, planos e programas mais sustentáveis. Sugerir contributos para a definição de estratégias específicas, linhas de acção, medidas, critérios para selecção de projectos, enfim, a própria operacionalização dos PO, na sua componente ambiental é a filosofia geral desta AAE. Os objectivos tradicionais de uma avaliação ambiental estratégica e conforme os *Termos de Referência* são:

1. Assegurar uma visão estratégica das questões ambientais;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão;
3. Identificar, seleccionar e justificar situações *win-win*;
4. Sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes;
6. Produzir contextos de desenvolvimento adequados às propostas.

Deste conjunto de objectivos importa realçar dois tipos de influência que se pretendem com a AAE. O primeiro, intimamente relacionado com os pontos 1, 2 e 3 anteriores, prende-se com a questão fundamental de influência estratégica nos PO. A AAE pretende influenciar a forma final dos PO, de modo a que estes possam privilegiar eixos e medidas que potenciem impactes ambientais positivos, em alternativa a outros que se identifiquem como causadores de impactes ambientais negativos.

O segundo tipo de influência, orientada já para a fase de implementação dos PO e relacionada com o ponto 6, baseia-se na apresentação de recomendações e critérios de selecção de projectos no âmbito de cada PO. Esta influência, já muito específica, permitirá às equipas que trabalham na implementação dos diversos Programas, disporem de orientações que assegurem uma adequada integração de objectivos de natureza ambiental.

Para além dos dois tipos de influência referidos, na sequência da presente AAE serão também delineados programas de seguimento e monitorização, os quais, conjuntamente com o processo de participação pública da própria AAE, contribuem para a prossecução dos objectivos 4 e 5 acima enunciados.

Na Figura 1 sintetiza-se a metodologia geral adoptada para a presente AAE, em que se evidencia a inter-ligação com as actividades de preparação do QREN e respectivos PO que se realizam em simultâneo com a própria AAE, alvo, no entanto, de relatório separado de acordo com os requisitos da Directiva 2001/42/CE.

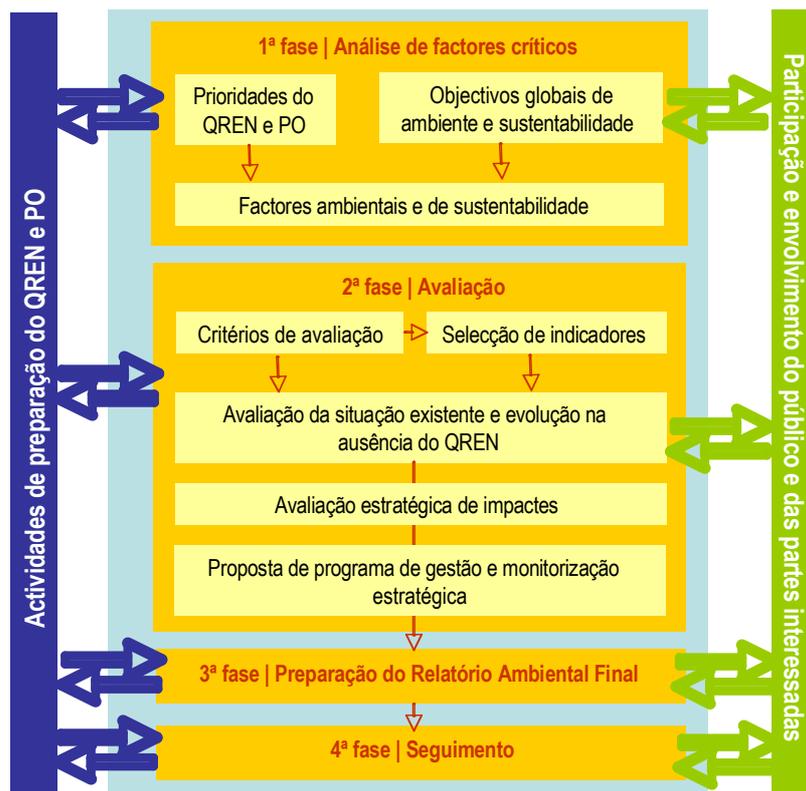


Figura 1 - Fases da metodologia de AAE

Na 1ª fase procedeu-se à definição do âmbito da AAE que resultou no Relatório de Factores Críticos (RFC)². A metodologia de trabalho para a definição dos factores críticos assentou numa análise pericial e integrada dos objectivos dos planos e estudos que informam o QREN e sua ligação com os objectivos dos PO. Interligando e analisando todos estes objectivos foi possível identificar as linhas principais da filosofia de desenvolvimento preconizada para o país, e quais as áreas onde se podem potenciar ou evitar impactes, de forma a assegurar a componente ambiental estratégica das intervenções. Esta análise permitiu a definição da estrutura base de avaliação composta por um conjunto de *Factores Ambientais e de Sustentabilidade*. O RFC incluiu, também, a descrição da metodologia a adoptar para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo.

Na 2ª fase apresentaram-se os resultados preliminares da fase de avaliação, incluindo a análise da situação actual e tendências de evolução para os factores ambientais e de sustentabilidade na ausência de programação e uma identificação dos impactes de natureza estratégica das intervenções sujeitas a avaliação. Nesta fase, o exercício de avaliação de impactes incidiu particularmente sobre as Agendas Operacionais Temáticas para os Factores de Competitividade e para a Valorização do Território que configuram as diferentes tipologias de intervenção do QREN a nível operacional, tendo tomado como referência o documento *Portugal. Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013. Proposta de Dezembro de 2006*.

² O RFC foi disponibilizado para consulta pública em <http://www.dcea.fct.unl.pt/aae-qren/> tendo os comentários recebidos sido ponderados na elaboração deste Relatório Ambiental (ver Anexo I).

A 2ª fase resultou no Relatório Ambiental da AAE, que, de acordo com os requisitos da Directiva 2001/42/CE, foi sujeito a consulta pública, conjuntamente com o objecto de avaliação, sendo os resultados dessa consulta integrados na presente versão final do Relatório Ambiental da AAE (3ª fase).

No âmbito do processo de consulta pública, destaca-se a realização de um Workshop dedicado à Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções 2007-2013 Co-financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, que constituiu um momento particularmente relevante para a AAE, focalizando a avaliação no âmbito de cada Programa Operacional Temático e Regional sujeito a avaliação.

Na 3ª fase (preparação do Relatório Ambiental Final), o processo de AAE, partindo das Agendas Operacionais e agindo sobre as mesmas, estendeu-se – em consonância com o próprio calendário de elaboração dos documentos de programação – ao conteúdo dos Programas Operacionais, adequando a avaliação realizada ao nível das Agendas Operacionais do QREN ao desenho de cada Programa Operacional Temático e Regional objecto da presente AAE (capítulo 7.3.).

As orientações e boas práticas em matéria de avaliação ambiental estratégica requerem a consideração de alternativas para atingir os objectivos dos programas propostos, de modo a possibilitar a selecção das opções mais sustentáveis do ponto de vista ambiental. No entanto, o QREN e correspondentes PO diferem na sua essência de um plano ou programa mais convencional, na medida em que as intervenções são definidas em termos muito genéricos, tornando muito difícil a formulação de alternativas nesta fase, existindo ainda uma ampla margem de variação nas intervenções, dependendo dos projectos que vierem a ser propostos no contexto de cada PO. Assim, as alternativas encontram-se embebidas nas modificações que foram sendo introduzidas na definição da arquitectura global do QREN, de forma a promover a integração de preocupações ambientais, não sendo assim formalmente contempladas na presente avaliação.

A análise da situação actual e tendências recorreu em grande parte em informação de base do Relatório de Estado do Ambiente (REA)³ de 2004 e dos 16 Estudos Temáticos para Preparação do QREN⁴, para além de outros documentos sectoriais relevantes. De forma a estruturar e objectivar a AAE utilizou-se um conjunto de indicadores-chave ou temas para avaliar os Factores Ambientais e de Sustentabilidade, os quais constituem o suporte para a avaliação da situação existente e sua evolução previsível na ausência de programação, para a análise de impactes e ainda para a monitorização estratégica dos factores ambientais e de sustentabilidade.

De forma a obter o conjunto de indicadores-chave efectuou-se uma avaliação qualitativa com recurso à análise pericial, com base nos critérios de *relevância* e *exequibilidade*. A atribuição da *relevância* cobriu os seguintes aspectos: (i) associação com as principais questões estratégicas e factores de avaliação; (ii) relação com metas ou valores de referência técnico/científicos ou políticos; (iii) importância técnica e científica; (iv) capacidade de síntese; (v) facilidade de comunicação/ reporte da informação; (vi) adequação à escala de análise da AAE. A classificação da *exequibilidade* cobriu as seguintes vertentes: (i) sensibilidade; (ii) robustez; (iii) custo; (iv)

³ Instituto do Ambiente (ed.) (2006). *Relatório do Estado do Ambiente 2004*. Elaborado pela Instituto do Ambiente com o apoio da Universidade do Algarve.

⁴ Estudos Temáticos para Preparação do Próximo Ciclo de Intervenções Estruturais QREN 2007-2013. Edição do Observatório do QCA III. Fevereiro de 2006. Internet: http://www.qca.pt/fundos/qren_estudos.asp

operacionalidade dos métodos de obtenção, processamento e análise; (v) não confidencialidade da informação.

3. Descrição do Objecto de Avaliação

A presente AAE incide sobre as propostas de intervenções estruturais comunitárias co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo de Coesão (FC), no âmbito do QREN 2007-2013. O QREN é o documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiam a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013.

O QREN assume como grande desígnio estratégico “a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”⁵. São definidas cinco prioridades⁶ estratégicas nacionais:

- a) **Promover a qualificação dos portugueses**, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- b) **Promover o crescimento sustentado** através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- c) **Garantir a coesão social** actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;
- d) **Assegurar a qualificação do território e das cidades** traduzida, em especial, nos objectivos de garantir ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias regionais de desenvolvimento;
- e) **Aumentar a eficiência da governação** privilegiando, através de intervenções transversais nos diversos PO relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

⁵ Portugal – Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013, Proposta, Grupo de Trabalho QREN, Dezembro de 2006

⁶ Definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de Março de 2006, que estabelece as orientações políticas essenciais para prosseguir e desenvolver as actividades necessárias ao planeamento e à programação da intervenção estrutural comunitária em Portugal no período de 2007-2013.

Para este novo ciclo de financiamento foram adoptadas as seguintes orientações estruturantes:

1. Prioridade à concentração num pequeno número de Programas Operacionais;
2. Garantia da selectividade nos investimentos e acções de desenvolvimento a financiar;
3. Maximização da viabilidade económica e da sustentabilidade financeira das actuações dirigidas à satisfação do interesse público;
4. Prossecução da coesão e valorização territoriais, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado;
5. Adopção de um modelo de governação do QREN que privilegie a gestão e monitorização estratégica das intervenções.

A organização operacional do QREN é concretizada através do estabelecimento de Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção:

1. **Potencial Humano**, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social;
2. **Factores de Competitividade**, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação e do desenvolvimento tecnológico, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto;
3. **Valorização do Território**, que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

O QREN é operacionalizado através de um conjunto de Programas Operacionais (PO): três PO temáticos de natureza transversal, cada um dirigido para uma das Agendas Operacionais, e sete PO regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, RA Açores e RA Madeira). No âmbito da presente AAE serão avaliados os programas que envolvem uma incidência física, designadamente as intervenções enquadradas nos PO Temáticos Factores de Competitividade e Valorização Territorial, bem como nos PO Regionais. A presente AAE, pela sua própria natureza, considera as intervenções do QREN a um nível estratégico, centrando-se assim a avaliação nas Agendas Operacionais, que por sua vez se estruturam segundo um conjunto de Prioridades Operacionais Temáticas (POT).

Nas Agendas Operacionais Temáticas incluídas no âmbito da presente avaliação são contempladas as seguintes POT:

1. Agenda Operacional para os Factores de Competitividade da Economia
 - Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;
 - Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização;
 - Engenharia financeira para o financiamento e partilha de risco na inovação;
 - Redução dos custos públicos de contexto;
 - Acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
 - Desenvolvimento da sociedade da informação;
 - Redes e infra-estruturas de apoio à competitividade regional;
 - Acções inovadoras
2. Agenda Operacional para a Valorização do Território

- Reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade;
- Protecção e valorização do ambiente;
- Reforço do sistema urbano;
- Redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

De acordo com o calendário de elaboração dos documentos de programação, a avaliação efectuada no presente estudo incidiu numa primeira fase sobre as Agendas e Prioridades Operacionais Temáticas do QREN, e sua interacção, em termos genéricos, com os PO Temáticos e Regionais, que se sintetiza nas Figuras 2 e 3.

Na segunda fase, foi efectuada uma identificação das principais oportunidades, riscos e recomendações para cada um dos PO Temáticos e Regionais que constituem o objecto da presente avaliação, tendo como base a análise dos impactes associados às POT bem como os resultados do processo de consulta pública, em particular o workshop de discussão pública.

A avaliação nesta segunda fase incidiu assim sobre os seguintes Programas Operacionais:

- PO Temático Factores de Competitividade (FEDER);
- PO Temático Valorização Territorial (FEDER e Fundo de Coesão);
- PO Regional Norte (FEDER);
- PO Regional Centro (FEDER);
- PO Regional Lisboa (FEDER);
- PO Regional Alentejo (FEDER);
- PO Regional Algarve (FEDER);
- PO Região Autónoma dos Açores (FEDER);
- PO Região Autónoma da Madeira (FEDER).

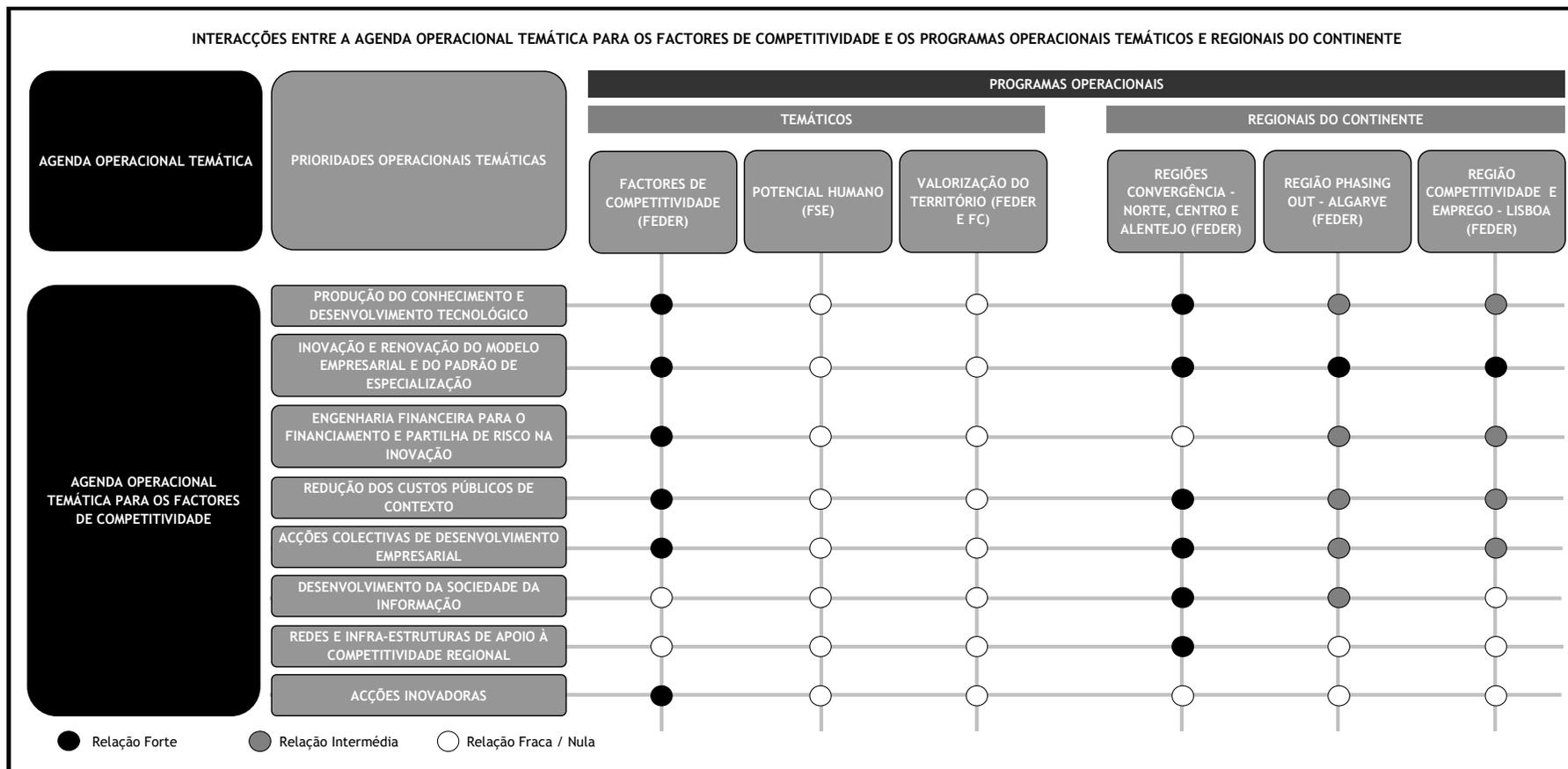


Figura 2 – Interações entre a Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade e os Programas Operacionais Temáticos e Regionais do Continente (Fonte: GT QREN, 2006)

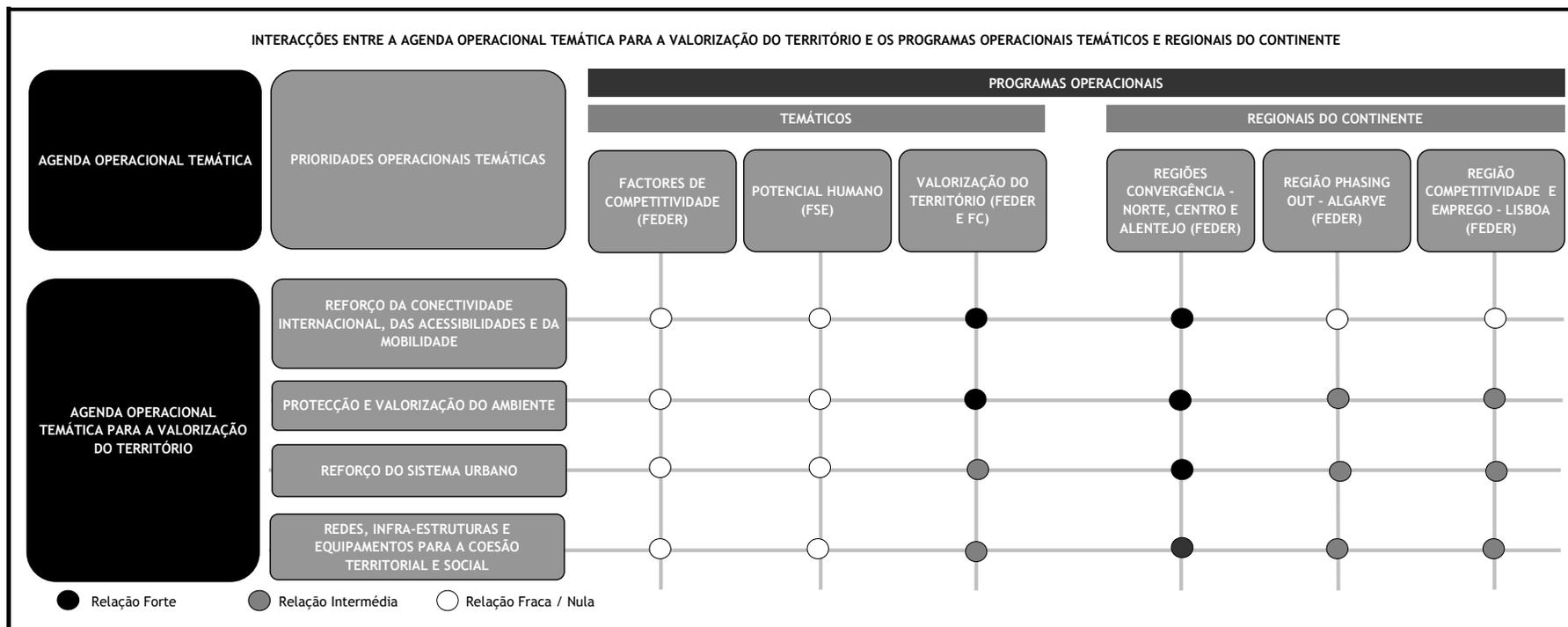


Figura 3 - Interacções entre a Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território e os Programas Operacionais Temáticos e Regionais do Continente (Fonte: GT QREN, 2006)

4. Objectivos Globais de Ambiente e Sustentabilidade

O QREN visa a aplicação da política de coesão a nível nacional, sendo um instrumento fundamental para a implementação da Estratégia de Lisboa⁷ para o Crescimento e o Emprego. Por outro lado, o QREN e respectivos PO devem também constituir instrumentos importantes para a concretização dos objectivos de desenvolvimento sustentável preconizados a nível comunitário⁸ e nacional⁹.

A Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia salienta a importância das sinergias com a Estratégia de Lisboa, sublinhando que os objectivos económicos, sociais e ambientais podem reforçar-se mutuamente, devendo portanto avançar em conjunto. Estas estratégias destinam-se a apoiar as necessárias transformações estruturais que permitam às economias dos Estados-Membros suportar os desafios da globalização, criando condições de igualdade em que o dinamismo, a inovação e o espírito empreendedor criativo possam florescer garantindo simultaneamente a justiça social e um ambiente saudável.

As duas estratégias de desenvolvimento comunitárias são concretizadas à escala nacional pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e pelo Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), sendo também relevante no âmbito da AAE o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)¹⁰. Os objectivos das estratégias de desenvolvimento sustentável nacional e europeia, bem como do PNACE e PNPOT são sintetizados nos Quadros 1 e 2. Este conjunto de objectivos aponta para uma explicitação das estratégias consideradas mais importantes para o desenvolvimento do país e para as quais o QREN visa contribuir. Existe, assim, uma convergência de objectivos no sentido do desenvolvimento sustentável, pretendendo-se com esta AAE contribuir para a sua adequada operacionalização à escala nacional.

Quadro 1 – Desafios e objectivos das Estratégias de Desenvolvimento Sustentável da UE e Nacional

Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alterações climáticas e energia limpa ▪ Transportes sustentáveis ▪ Consumo e produção sustentáveis ▪ Conservação e gestão de recursos naturais ▪ Saúde pública ▪ Inclusão social, demografia e migração ▪ Pobreza global e desafios do desenvolvimento sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento” ▪ Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética ▪ Melhor ambiente e valorização do património natural ▪ Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social ▪ Melhor conectividade internacional do País e valorização equilibrada do território ▪ Um papel activo de Portugal na construção Europeia e na cooperação internacional ▪ Uma administração pública mais eficiente e modernizada

⁷ A Estratégia de Lisboa à escala nacional é concretizada pelo Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, Outubro de 2005. Internet: <http://www.estrategiadelisboa.pt/>

⁸ Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável aprovada pelo Conselho Europeu de Junho de 2006. Internet: http://ec.europa.eu/sustainable/sds2005/index_en.htm

⁹ A ENDS foi aprovada em Conselho de Ministros a 28 de Dezembro de 2006. <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/>

¹⁰ O PNPOT foi aprovado em Conselho de Ministros a 28 de Dezembro de 2006. Internet: <http://www.territoriportugal.pt/>

Quadro 2 - Objectivos do PNACE e PNPOT

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes e focalizadas ▪ Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas ▪ Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico ▪ Reforçar a coesão social, territorial e ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos ▪ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global ▪ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais ▪ Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social ▪ Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública ▪ Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições

Existe ainda um conjunto de outros planos e programas de política de ambiente, de âmbito mais sectorial, e que traduzem na essência a articulação dos objectivos de natureza estratégica anteriormente identificados com as políticas sectoriais. No âmbito do diagnóstico da situação actual, tendências de evolução e avaliação estratégica de impactes são consideradas, para cada factor ambiental e de sustentabilidade, as estratégias, planos e programas sectoriais relevantes e adequados à escala de análise.

Nas Figuras 4 a 11 apresenta-se uma síntese das interacções entre as Estratégias e Programas referidos e as Agendas Operacionais Temáticas Factores de Competitividade e Valorização Territorial, com o intuito de analisar a convergência entre as prioridades operacionais do QREN e os princípios objectivos de sustentabilidade propostos para o país.

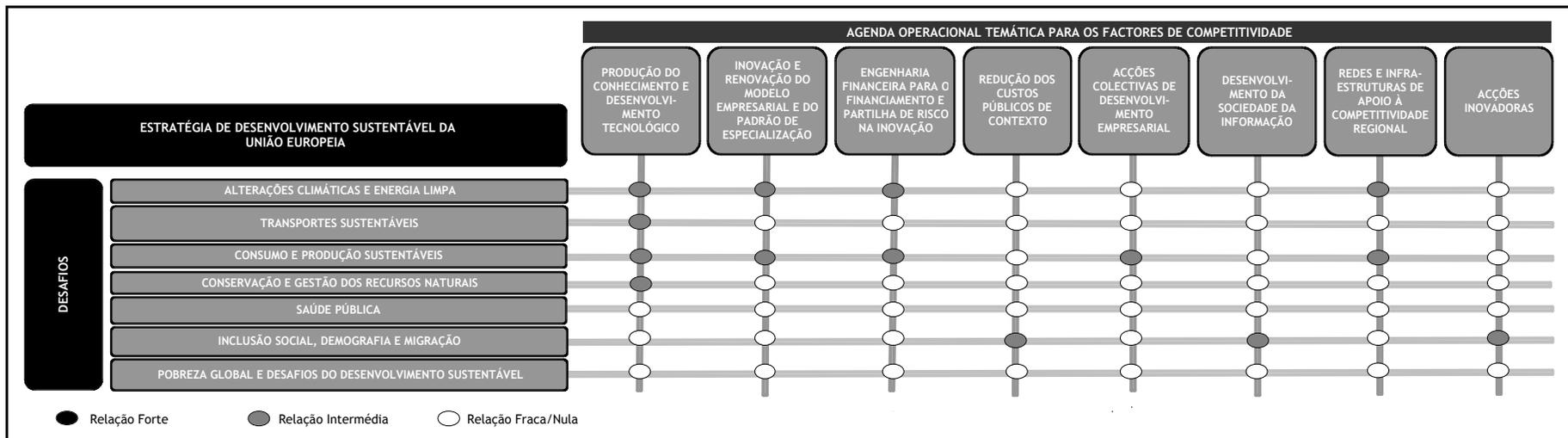


Figura 4 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade e a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia

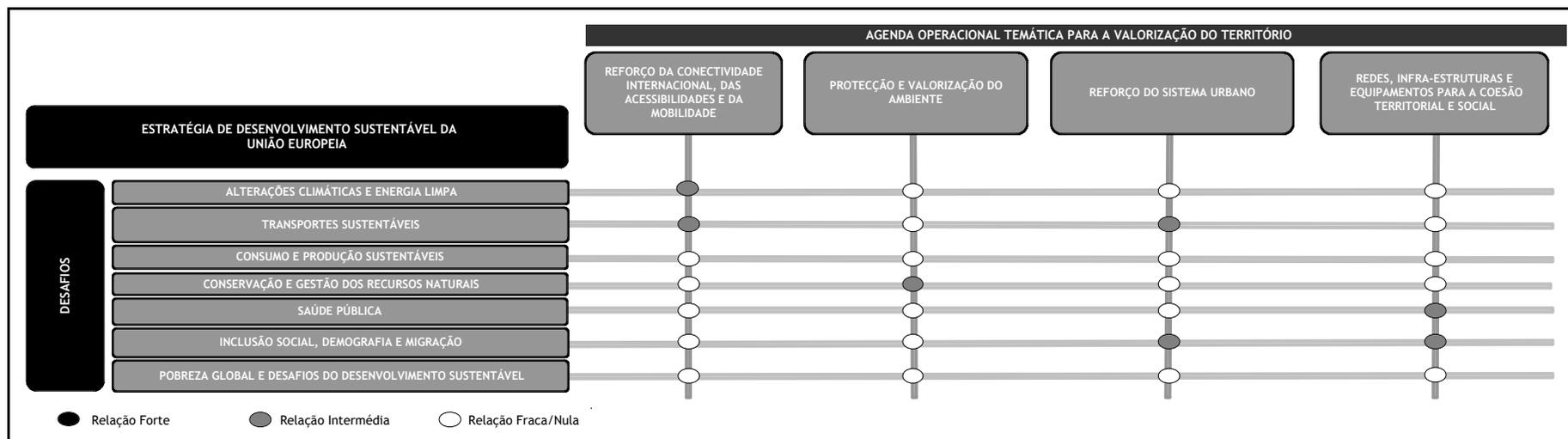


Figura 5 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território e Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia

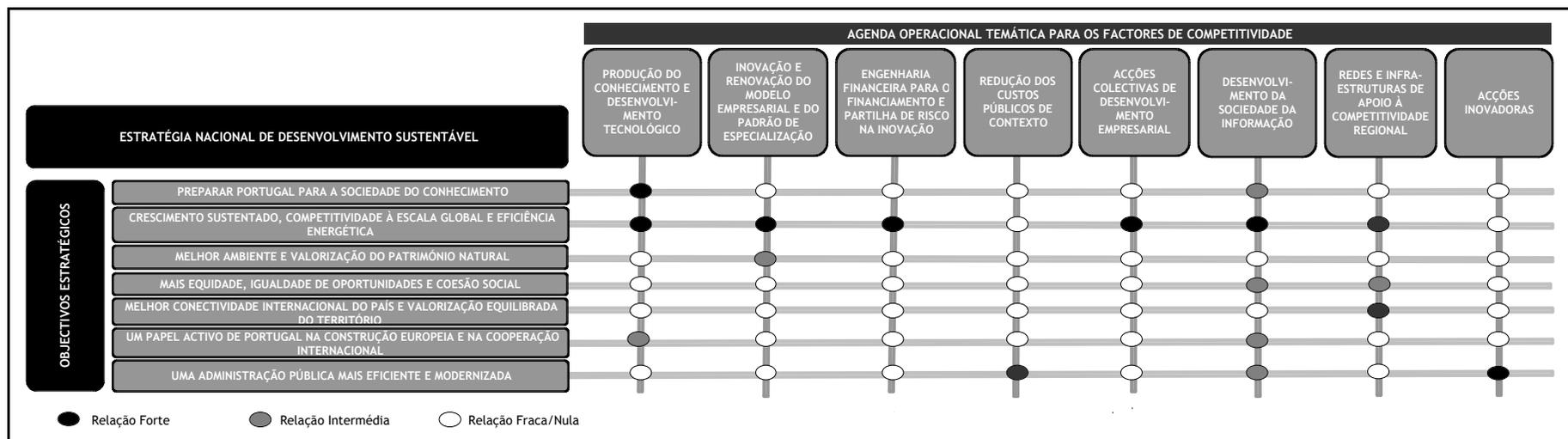


Figura 6 - Interacções entre a Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

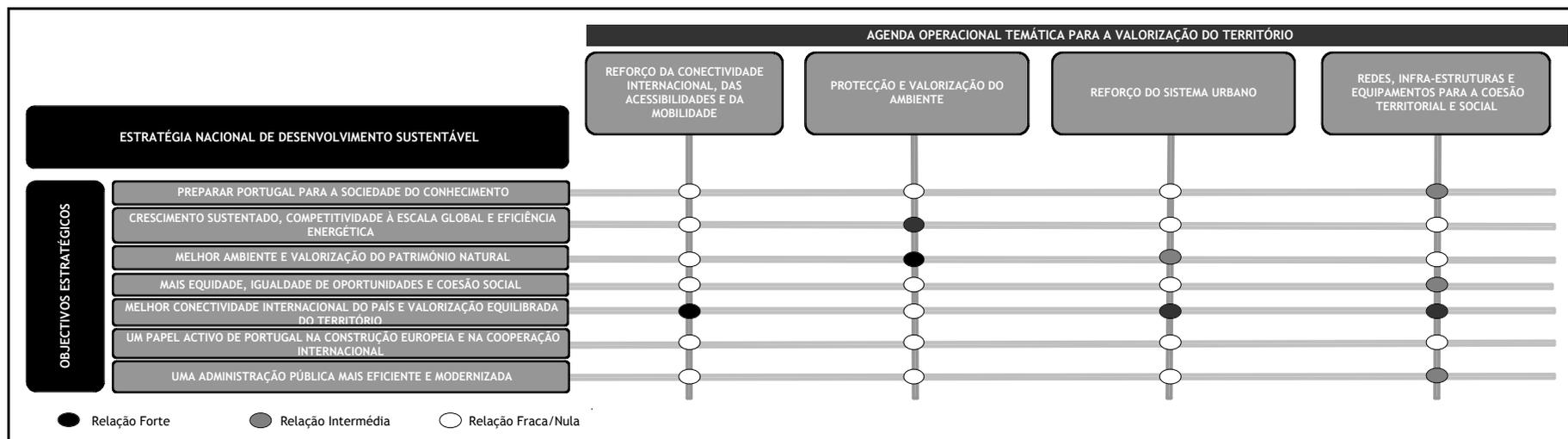


Figura 7 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

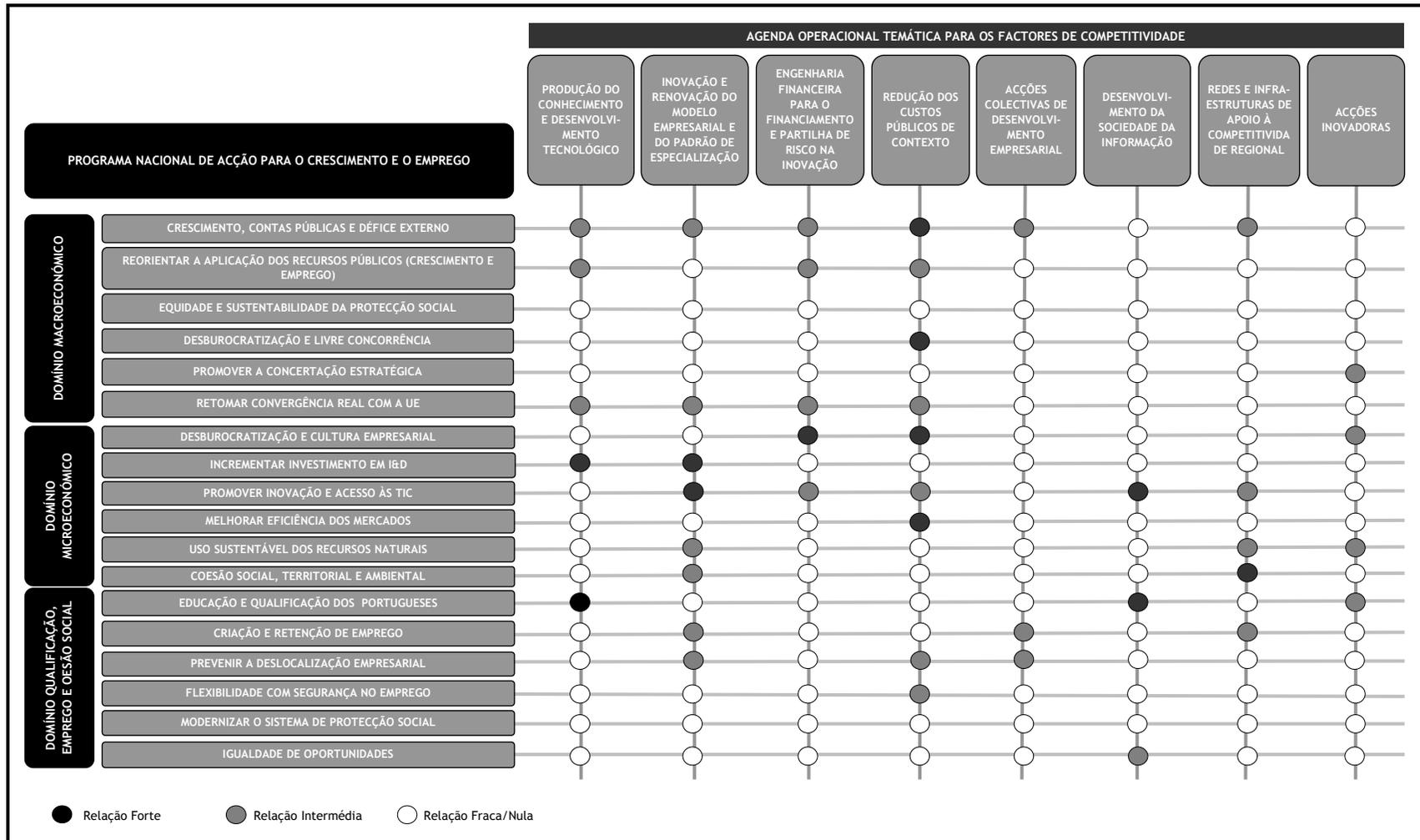


Figura 8 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para Factores de Competitividade e o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (Fonte: GT QREN, 2006)

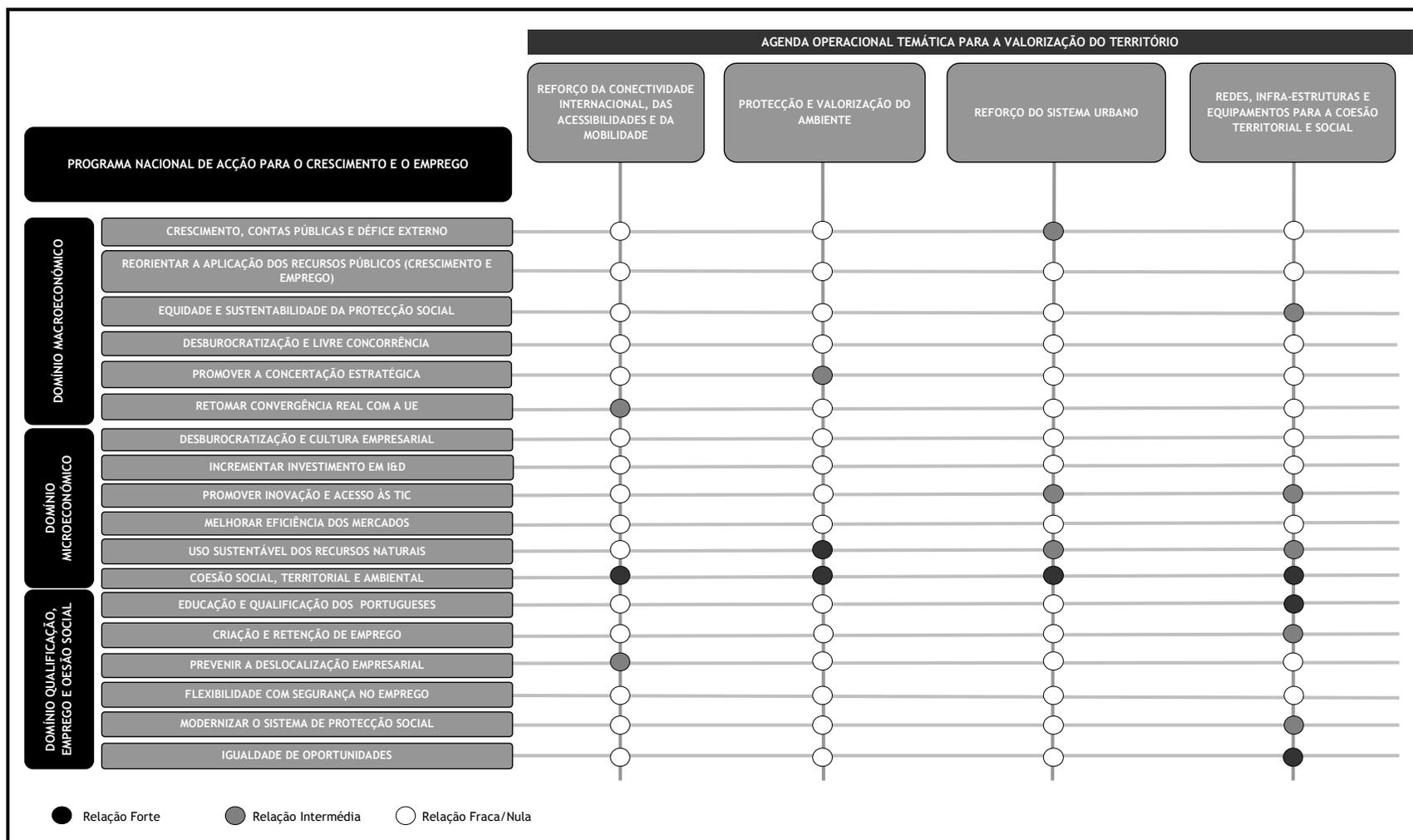


Figura 9 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território e o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (Fonte: GT QREN, 2006)

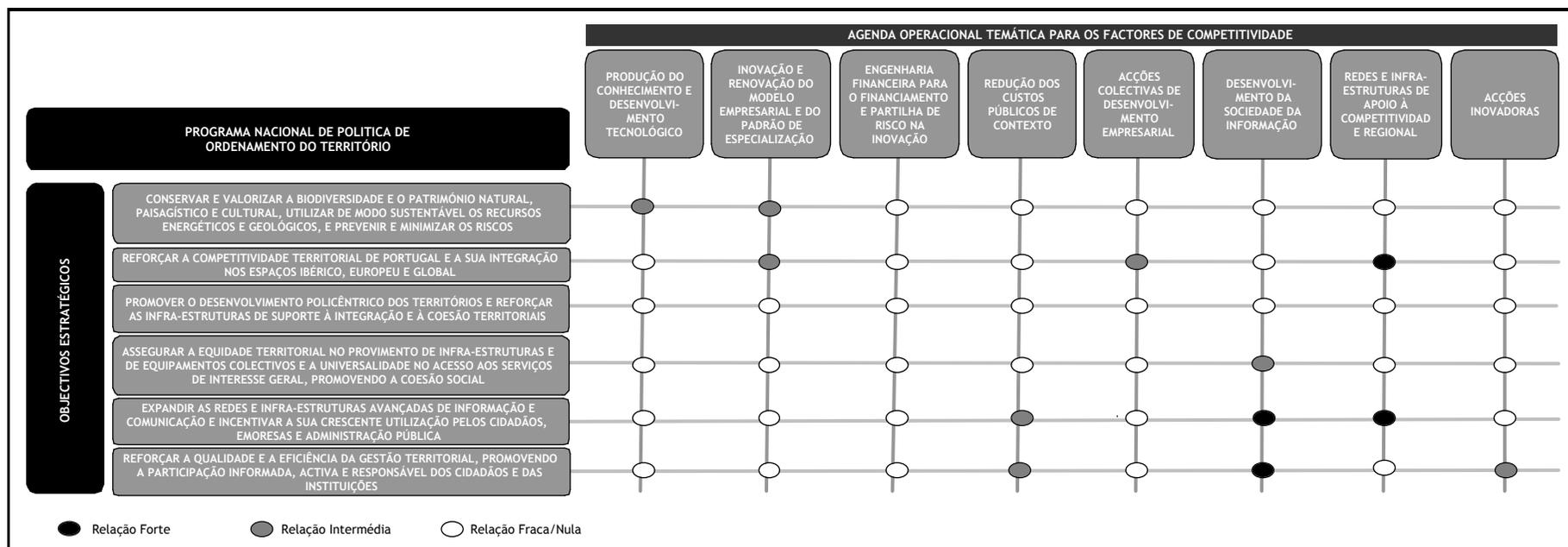


Figura 10 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade e o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

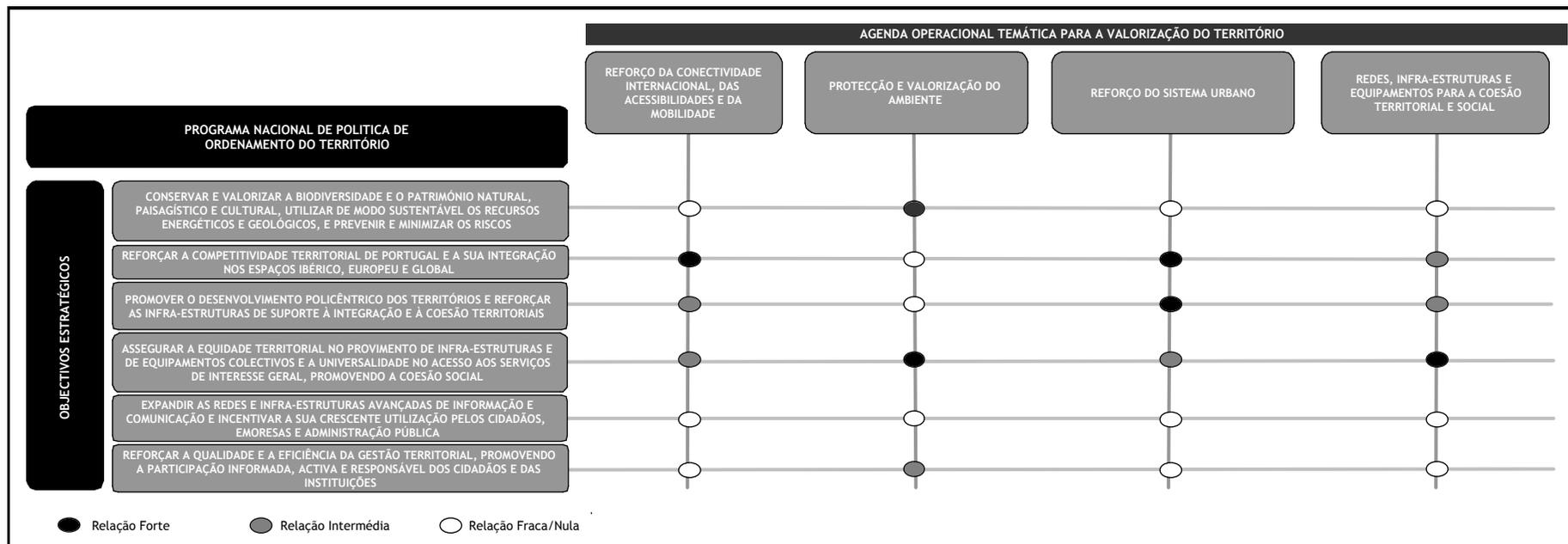


Figura 11 - Interações entre a Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território e o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Verifica-se uma elevada interacção entre o PNACE e a Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade, nomeadamente nas acções relativas à competitividade, inovação e empreendedorismo e também nas medidas com incidência no sector público. Espera-se que as acções estratégicas englobadas nesta agenda potenciem o crescimento e o emprego e consequentemente a prossecução dos objectivos da Estratégia de Lisboa. Por outro lado, existe uma relação muito forte entre a Agenda para a Valorização do Território e o PNPOT, o que não é de estranhar visto tratarem-se de intervenções com incidência territorial.

As duas Agendas Operacionais Temáticas também apresentam uma grande coerência com os objectivos da ENDS, sendo, no entanto, a sua relação com a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia mais difusa, constituindo esta AAE uma oportunidade para a inclusão de alguns dos seus aspectos na operacionalização do QREN¹¹.

¹¹ Esta análise vai ao encontro das preocupações do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) que no seu comentário ao Relatório de Factores Críticos, datado de 25 de Setembro de 2006, salienta a necessidade de as prioridades estratégicas do QREN considerarem a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE, como referencial e não apenas a Estratégia de Lisboa.

5. Factores Ambientais e de Sustentabilidade

Em resultado da integração dos objectivos sintetizados nos Quadros 1 e 2 com as Prioridades Operacionais Temáticas preconizadas pelo QREN (Capítulo 3), identificam-se um conjunto de factores pertinentes para avaliação ambiental e de sustentabilidade, designadamente:

1. **Governança:** aspectos relacionados com a melhoria do Estado nomeadamente através de transparência, participação, responsabilização, eficácia e coerência dos seus processos e serviços;
2. **Desenvolvimento humano:** aspectos relacionados com a qualidade de vida das populações, nomeadamente saúde e pobreza;
3. **Utilização de recursos naturais:** aspectos relacionados com a dissociação entre o crescimento económico e o consumo de recursos naturais;
4. **Ordenamento do território e desenvolvimento regional:** aspectos relacionados com o ordenamento e planeamento do território e com as assimetrias regionais;
5. **Alterações climáticas:** aspectos relacionados com as emissões de gases com efeito de estufa e sua mitigação;
6. **Biodiversidade:** aspectos relacionados com a conservação da natureza e a variedade e riqueza da vida nos ecossistemas;
7. **Qualidade do ambiente:** aspectos relacionados com a qualidade da água, a gestão de resíduos, a qualidade do ar e a protecção do solo;
8. **Riscos naturais e tecnológicos:** aspectos relacionados com a prevenção e minimização de riscos naturais (e.g. desertificação, seca, incêndios e cheias) e tecnológicos (e.g. acidentes industriais).

Este conjunto de factores de avaliação traduz, no essencial, as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável preconizado para Portugal. De facto, a visão de futuro do país assenta essencialmente na valorização de factores humanos, económicos e ambientais, que constituem os pilares básicos da sustentabilidade. O QREN, e a correspondente AAE, constituem assim uma oportunidade para se analisarem estas áreas em particular potenciando o contributo para esse objectivo.

Os temas seleccionados permitem garantir que na AAE são contemplados os domínios ambientais referidos na Directiva 2001/42/CE. Naturalmente que nem todos os domínios ambientais serão considerados para os diferentes factores de avaliação. Pelo contrário, para cada um serão apenas considerados os domínios que, à escala de análise, sejam os mais relevantes, como se mostra no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação entre domínios ambientais da Directiva 2001/42/CE e factores ambientais e de sustentabilidade

	Biodiversidade	Fauna	Flora	População	Saúde Humana	Solo	Água	Atmosfera	Factores Climáticos	Bens Materiais	Património Cultural	Paisagem
Governança ¹²												
Desenvolvimento humano				X	X					X		
Desmaterialização da economia	X			X		X	X	X	X	X		
Orden. do território e desenv. regional	X			X		X	X	X	X	X	X	X
Alterações climáticas								X	X	X		
Biodiversidade	X	X	X			X					X	X
Qualidade do ambiente						X	X	X	X			
Riscos naturais e tecnológicos	X			X	X	X	X	X	X	X	X	

Os factores ambientais e de sustentabilidade seleccionados também permitem a avaliação dos potenciais impactes do QREN nos domínios estratégicos de intervenção identificados no estudo “Contribuição para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema Ambiente e Prevenção de Riscos” (IDAD, 2005):

A. Ambiente

1. Protecção, manutenção, recuperação e melhoria do recurso hídrico;
2. Valorização e protecção dos habitats marinhos e costeiros;
3. Valorização da Rede Natura 2000;
4. Cumprimento de Quioto;
5. Promoção da sustentabilidade urbana;
6. Descontaminação e recuperação de solos;
7. Promoção da sustentabilidade das actividades económicas;

B. Prevenção de riscos

1. Gestão integrada das zonas costeiras;
2. Protecção da floresta e prevenção de incêndios;
3. Prevenção da desertificação e combate à seca;
4. Gestão e planeamento territorial que contribua para a prevenção de riscos.

Para cada um dos factores ambientais e de sustentabilidade identificaram-se um conjunto de indicadores/temas, apresentados no Quadro 4, que são utilizados como base para a análise.

¹² O factor Governança apresenta uma relação indirecta com todos os domínios ambientais, representada a sombreado cinzento.

Quadro 4 – Indicadores por factor ambiental e de sustentabilidade

Factores ambientais e de sustentabilidade	Sub-temas/ Indicadores
Governança	Transparência, participação, responsabilidade, eficácia, coerência
Desenvolvimento Humano	Saúde
	Pobreza
Utilização de Recursos	Consumo de materiais e produtividade de recursos na economia
Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Ocupação e uso do solo
	Evolução da população
Alterações Climáticas	Emissões de gases com efeito de estufa
Biodiversidade	Áreas com estatuto de protecção com planos de ordenamento
	Fragmentação de ecossistemas
Qualidade do Ambiente	Qualidade da água
	Protecção do solo
	Gestão de resíduos
	Qualidade do Ar
Riscos Naturais e Tecnológicos	Erosão costeira, derrames de hidrocarbonetos, incêndios, secas, desertificação, cheias, sismos, substâncias perigosas

No próximo capítulo, descreve-se a situação actual e as tendências de evolução previsíveis (na ausência de QREN) para cada factor, sendo destacados os instrumentos de política relevantes bem como as metas e objectivos estratégicos preconizados.

Na avaliação estratégica de impactes procede-se à identificação das oportunidades (impactes positivos) e riscos (impactes negativos) resultantes das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão, segundo os Factores Ambientais e de Sustentabilidade acima indicados, bem como à apresentação de recomendações.

6. Situação Actual e Tendências de Evolução sem QREN

Neste capítulo apresenta-se um breve diagnóstico da situação actual do país para os factores de ambiente e sustentabilidade estudados, sendo igualmente descrita a sua evolução expectável na ausência do QREN. Para tal, foi efectuada uma análise pericial de estratégias, planos, programas e estudos relevantes e apresentado o diagnóstico com base num conjunto reduzido de sub-temas/indicadores para cada factor.

O objectivo central deste capítulo é sobretudo o de realçar, de uma forma muito sintética, os principais aspectos que devem enquadrar a avaliação ambiental estratégica, por forma a apresentar o referencial de análise para a avaliação de impactes.

6.1. Governança

A governança relaciona-se com a capacidade do Estado servir os cidadãos e diz respeito às regras, processos e comportamentos segundo os quais são articulados os interesses, geridos os recursos e exercido o poder na sociedade. O conceito de governança é hoje geralmente utilizado para avaliar a qualidade e desempenho de qualquer sistema político/administrativo, constituindo uma forma básica de aferir a estabilidade e o desempenho de um modelo de sociedade.

O conceito de governança implica uma mudança do modo de governação, privilegiando-se a transparência e o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão. Refere-se às instituições, normas, processos e condutas e pressupõe reformas administrativas, melhoria da gestão das finanças públicas, reforço da sociedade civil e da sua participação nas políticas públicas. Esta mudança exige um esforço por parte da administração e da sociedade civil, promovendo uma maior abertura e responsabilização de todos os envolvidos.

A governança assenta em cinco princípios¹³ fundamentais: transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência. Considerando estes cinco princípios, podem ter-se como referência de análise para este factor os seguintes instrumentos:

- Para a transparência e participação: a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente¹⁴;
- Para a responsabilidade e eficácia: a ENDS e os PNPOT, PNACE e PRACE¹⁵, que convergem na necessidade da reforma da administração pública para torná-la mais eficiente, moderna e aberta aos cidadãos, quer através de uma melhoria dos serviços, quer da promoção de uma sociedade participativa, coesa e solidária.
- O princípio da coerência está essencialmente relacionado com a integração sectorial, ou seja a integração do ambiente em todos os sectores de actividade, sendo o desenvolvimento sustentável o seu paradigma estruturante, e com o processo desta própria AAE, que visa garantir a coerência das opções estratégicas com os objectivos de sustentabilidade assumidos para o país.

¹³ Os cinco princípios referidos são adoptados pela União Europeia nos documentos: Governança e Desenvolvimento COM (2003) 615 final, de 20 de Outubro e Governança Europeia – Um Livro Branco COM (2001) 428 final, de 25 de Julho. Internet: http://ec.europa.eu/governance/index_en.htm

¹⁴ Também designada por Convenção de Aarhus, cidade da Dinamarca onde foi assinada em Junho de 1998 e ratificada por Portugal através da Resolução da Assembleia da República nº11/2003.

¹⁵ Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 39/2006.

6.1.1. Objectivos e Metas

A governança é um objectivo presente em praticamente todos os documentos de referência nacionais, tendo nesta AAE uma dupla existência quer como factor ambiental e de sustentabilidade, quer como princípio orientador do próprio QREN. Isso deve-se ao seu carácter transversal e à aposta do QREN em reforçar a sua implementação no sistema de governo português.

Os principais objectivos no domínio da governança centram-se numa administração pública aberta ao cidadão, orientada para a procura e garante de uma sociedade participativa, coesa e solidária, que contribui para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento económico, à competitividade e ao emprego, que aposta no desenvolvimento do seu capital humano e na racionalização dos seus organismos. O Estado assume-se como um promotor da cidadania, colocando a administração mais próxima e dialogante com o cidadão e apostando na melhoria da qualidade dos serviços prestados, exigindo simultaneamente comportamentos positivos e responsáveis. A promoção da participação cívica e institucional nos processos, nomeadamente de ordenamento e desenvolvimento territorial, e a garantia da universalidade no acesso aos serviços de interesse geral são também objectivos neste domínio.

Para além da administração pública, assume-se como fundamental a vertente de modernização tecnológica, que inclui a promoção da qualificação para a sociedade do conhecimento e o avanço a nível científico, tecnológico e inovação. O acesso à *internet* de banda larga em todo o país e um uso alargado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são objectivos neste domínio. Assim, espera-se que as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação sejam expandidas e que os cidadãos, as empresas e a administração pública os utilizem.

Na vertente da cidadania, espera-se o desenvolvimento de uma participação informada, activa e responsável por parte dos cidadãos e da sociedade civil. Para que os exercícios de cidadania funcionem é necessária também a correspondente abertura das instituições, organismos públicos e administração.

6.1.2. Situação Actual

As preocupações com a problemática da governança são relativamente recentes, verificando-se que nos últimos anos se traduzem essencialmente na constatação da sua abordagem na maioria dos documentos estratégicos de referência. Neste contexto, são de realçar as linhas de orientação no âmbito do PNACE, PNPOT e do PRACE, a publicação da própria ENDS e PIENDS, a ratificação da Convenção de Aarhus e, mesmo no âmbito deste QREN, a referência à governança como um princípio fundamental.

A Reforma da Administração Pública, que incentiva a adopção de novas tecnologias de informação e o desenvolvimento do *e-government*, envolvendo a simplificação administrativa e a adopção de medidas de desburocratização, e que aposta na racionalização de recursos, na motivação de funcionários e na prestação de serviços de qualidade, é talvez o processo em curso com maior efeito potencial na melhoria da governança.

Nesta fase, e embora já se sintam alguns progressos resultantes da aposta na melhoria da administração e na consciencialização da sociedade civil para o seu papel no desenvolvimento

do país, é sobretudo de realçar um conjunto de declarações de intenção e de orientações francamente positivo.

6.1.3. Tendências de Evolução

O Quadro 5 faz uma síntese de tendências de evolução perspectivadas pelo PNACE e PRACE, que se situam basicamente no âmbito da promoção de uma melhor administração pública.

Quadro 5 - Tendências para a governança no âmbito de uma melhor administração pública

PNACE	PRACE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ uma administração aberta ao cidadão, orientada para a procura e garante de uma sociedade participativa, coesa e solidária ▪ uma administração que contribua para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento económico, à competitividade e ao emprego ▪ uma administração que aposte no desenvolvimento do seu capital humano e na racionalização dos seus organismos ▪ um Estado promotor da cidadania, da igualdade de oportunidades e da coesão social, inclusão social, demografia e migração 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ modernizar e racionalizar a administração central crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética ▪ melhorar a qualidade de serviços prestados aos cidadãos pela administração, mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social ▪ colocar a administração central mais próxima e dialogante com o cidadão

Estes documentos apontam para uma aposta forte na transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência, sendo, portanto, a tendência preconizada muito positiva. No entanto, não se pode ignorar o risco de insucesso associado à implementação das orientações e à obtenção dos objectivos que se preconizam. Um aspecto determinante neste processo reside no facto de ser um processo de duas vertentes, ou seja, o esforço deve ser tanto do governo e suas instituições como dos próprios cidadãos, constatando-se que muitos dos objectivos no âmbito da governança relacionam-se sobretudo com atitudes e comportamentos, que são sempre difíceis de mudar.

Um segundo conjunto de tendências situa-se na vertente de modernização tecnológica, nomeadamente através do Plano Tecnológico que aposta no conhecimento – qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento – na tecnologia – vencer o atraso científico e tecnológico – e na inovação – imprimir um novo impulso à inovação numa lógica de desenvolvimento sustentável, coesão social, fomento da cidadania, modernização das instituições. Também o PNPTOT aposta nestas vertentes tecnológicas e de cidadania, nomeadamente no alargamento do acesso à internet de banda larga em todo o país e na promoção de uma rápida e efectiva apropriação económica e social das TIC.

Em síntese, as tendências de evolução preconizadas no âmbito da governança são manifestamente positivas, mas de difícil avaliação, devido à sua fase inicial de implementação e à natureza transversal e intangível de alguns resultados. O apoio financeiro do QREN permitirá reforçar o sinal positivo destas tendências, reduzindo naturais dificuldades financeiras para a concretização de alguns dos objectivos preconizados nos planos nacionais e permitindo acelerar o processo em curso.

Na vertente tecnológica o progresso a alcançar estará muito dependente da capacidade de investimento. Na vertente da administração pública, a obtenção de resultados em aspectos relacionados com a sua abertura, racionalização e modernização poderá ocorrer a um ritmo mais lento, se ocorrerem dificuldades de financiamento de projectos potenciadores dessas mudanças. Poderá também haver uma secundarização dos objectivos e metas da governança, face a outros mais prioritários, num cenário de restrições financeiras do Estado. Na vertente da cidadania, parecem existir condições para que a tendência se mantenha positiva embora não se perspetive uma evolução muito rápida.

6.2. Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano de um país está associado a aspectos como a educação, saúde, esperança de vida, pobreza e acesso a recursos básicos, como água potável e alimentação. Uma importante referência para este tema é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual Portugal figura, em 2006, na 28ª posição, entre 177 países¹⁶. Este índice mede três aspectos básicos do desenvolvimento humano: longevidade, educação e nível de vida. A longevidade é medida pela esperança de vida à nascença; a educação através da combinação entre a literacia adulta (2/3) e a taxa de registo na educação primária, secundária e terciária (1/3); sendo o nível de vida avaliado através do rendimento e da paridade do poder de compra. A ENDS preconiza como objectivo que Portugal figure, até 2015, entre os 15 primeiros países. Na Figura 12, apresenta-se a evolução do IDH, de 1975 a 2004, para diferentes regiões com evidência para Portugal.

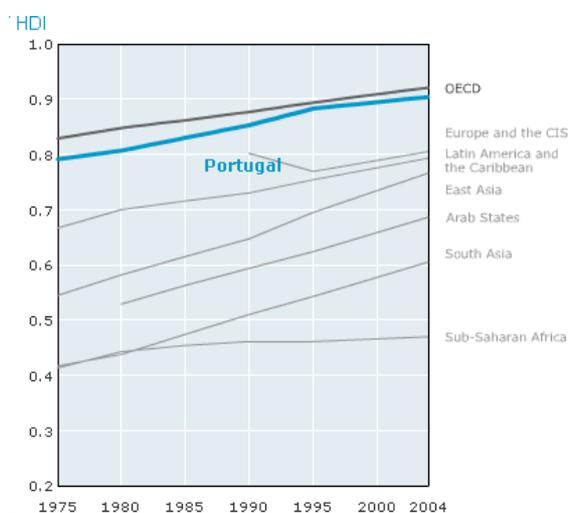


Figura 12 – Evolução do IDH de 1975 a 2004 (Fonte: PNUD)

A presente AAE foca essencialmente os domínios saúde e pobreza, já que o tema da educação e qualificação é objecto principal do PO Potencial Humano, não incluído no âmbito desta avaliação. Na análise dos aspectos relacionados com a saúde, é privilegiada a relação entre esta e o ambiente pois, apesar da esperança de vida ter aumentado substancialmente no último século, a incidência de doenças relacionadas com problemas ambientais tem vindo a tornar-se uma preocupação geral.

¹⁶ Internet: <http://hdr.undp.org/reports/global/2006/>

6.2.1. Objectivos e Metas

Num sentido lato, este factor de cariz transversal está relacionado com todas as prioridades estratégicas do QREN e tem sido preocupação de diversos planos e estratégias, como se sintetiza nos Quadros 6 e 7.

Quadro 6 – Referências à saúde nos planos e estratégias transversais

Estratégia ou plano	Desafio, objectivo ou prioridade
EDS	Desafio 5 – saúde pública Objectivo geral – promover a saúde pública em condições equitativas e melhorar a protecção relativamente às ameaças para a saúde
ENDS	Objectivo 4 - Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social: Prioridade estratégica 2 - reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde.
PNACE	Desafio 6 - Modernizar o Sistema de Protecção Social no quadro duma sociedade demograficamente envelhecida, antecipando e garantindo a resposta a novas necessidades, tornando-o mais amigável ao emprego, combatendo a pobreza e a sua inércia reprodutiva, promovendo a equidade e a coesão social e territorial e garantindo em simultâneo a sua sustentabilidade financeira, no quadro da sustentabilidade global das contas públicas.
PNPOT	Objectivo estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social: Objectivo específico 2 - Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do SNS, valorizando cuidados de saúde primários e resposta aos grupos mais vulneráveis.

Quadro 7 – Referências à pobreza nos planos e estratégias transversais

Estratégia ou plano	Desafio, objectivo ou prioridade
EDS	Desafio 6 – inclusão social, demografia e migração: Objectivo geral - criar uma sociedade socialmente inclusiva mediante a tomada em consideração da solidariedade intra e intergeracional e garantir e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos como condição prévia para um bem-estar individual duradouro
ENDS	Objectivo 4 - Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social: Prioridade estratégica 1. equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social Prioridade estratégica 4. sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas
PNACE	Desafio 6 - Modernizar o Sistema de Protecção Social no quadro duma sociedade demograficamente envelhecida, antecipando e garantindo a resposta a novas necessidades, tornando-o mais amigável ao emprego, combatendo a pobreza e a sua inércia reprodutiva, promovendo a equidade e a coesão social e territorial e garantindo em simultâneo a sua sustentabilidade financeira, no quadro da sustentabilidade global das contas públicas.
PNPOT	Objectivo Estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social: Objectivo específico 3 – desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitabilidade, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis Objectivo específico 4 - desenvolver programas que favoreçam a integração social e urbana dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social

A *Visão Saúde 2015* do estudo “O futuro do sistema de saúde português” realizado no âmbito dos Estudos Temáticos para a preparação deste ciclo de investimentos aponta as seguintes áreas prioritárias:

- mais bem-estar e melhor capital humano para o desenvolvimento, numa sociedade mais inovadora, atraente e segura;

- um sistema de saúde que promova a iniciativa e a autonomia individual e os princípios de coesão social;
- uma governação da saúde que assegure um elevado grau de inclusão, transparência e responsabilização e uma sólida base no conhecimento (valores) em todas as decisões de interesse comum para a saúde dos portugueses.

O Plano Nacional de Saúde 2004-2010 apresenta como objectivos estratégicos:

- obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- utilizar os instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados.

A prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde são também orientações importantes a concretizar. O objectivo é assegurar um sistema de saúde que promova os princípios de coesão social e cuja governação assegure um elevado grau de inclusão, transparência e responsabilização.

Providenciar oportunidades para uma boa qualidade de vida de todos os cidadãos é uma condição fundamental para uma sociedade com maior coesão social. Num cenário ideal a sociedade seria socialmente inclusiva, com redes de solidariedade e comunidades dinâmicas. A solidariedade seria intra e inter-geracional, a equidade e a igualdade de oportunidades seriam dados adquiridos. A prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social estaria assegurada. Neste cenário ideal a equidade também seria territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral.

6.2.2. Situação actual

Saúde

A situação relativa à saúde tem vindo a melhorar nos últimos anos, tendo os QCA anteriores resultado numa maior e melhor oferta de cuidados de saúde, o que tem contribuído para uma melhoria na saúde da população e na menor ocorrência de episódios de doença ou incapacidade. O Plano Nacional de Saúde faz um diagnóstico da situação, identificando as principais doenças que afectam os portugueses e as que mais mortalidade causam, bem como quais as áreas mais carenciadas de medidas, propondo objectivos e metas específicas.

A relação entre saúde e ambiente é uma preocupação que tem vindo a ocupar um espaço cada vez maior, tendo sido considerada como um tema prioritário na UE. A Comunicação da UE sobre a Estratégia Europeia de Ambiente e Saúde¹⁷ é disso prova, tendo como objectivo a redução da incidência de doenças causadas por factores ambientais e o aprofundamento das lacunas existentes no conhecimento da relação entre os factores ambientais e os seus efeitos na saúde.

Com efeito, o estabelecimento de um nexos de causalidade directa entre factores ambientais e os efeitos na saúde não é fácil, exigindo a realização de estudos integrados sobre o tema saúde e ambiente. Estima-se que nos países industrializados 20% das doenças registadas sejam

¹⁷ COM(2003) 333 final

imputáveis a factores ambientais, registando-se um aumento significativo de casos de asma e alergias.

Pobreza

Em 2001, 24% da população portuguesa auferia rendimentos inferiores ao limiar da pobreza antes das transferências sociais, que assumem um papel crucial na limitação da pobreza, embora só a melhorem em 4 pontos percentuais (IA, 2006). A média comunitária após transferências é de 15,5%, inferior ao valor de 20% em Portugal. A falta de mecanismos eficazes para alterar a situação das populações que vivem abaixo do limiar da pobreza contribui para um agravamento do fenómeno da exclusão social.

Segundo o Relatório de Diagnóstico da Presidência da República¹⁸, Portugal é o país da UE que apresenta maior desigualdade na distribuição do rendimento – a parcela auferida pela faixa dos 20% da população com rendimentos mais elevados é mais de 7 vezes superior à auferida pelos 20% da população com rendimentos mais baixos, sendo a média comunitária 4.6. Identificam-se os idosos, as crianças, as famílias monoparentais, as profissões pouco qualificadas, os deficientes, vítimas de violência doméstica como os grupos necessitando de maior atenção, sendo as áreas da habitabilidade, saúde, demografia, abandono escolar, alcoolismo e desemprego consideradas prioritárias.

6.2.3. Tendências de Evolução

Foi desenvolvido o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2003-2005)¹⁹ e recentemente publicado o seu Relatório de Actualização para 2005-2006, que faz uma análise e avaliação dos eixos estratégicos do PNAI anterior e estabelece um conjunto de desafios e metas. Estes documentos apontam para uma aposta no investimento que permita melhorar significativamente a situação do País. Consequentemente, a concretização dos objectivos preconizados cria a expectativa de se verificar uma tendência claramente positiva nesta área. No entanto, sem o QREN, que aposta fortemente na coesão social, na qualificação e no desenvolvimento sustentado, será mais difícil assegurar os recursos necessários para atingir as metas propostas.

De facto, para aplicar mecanismos eficazes que alterem a situação das populações que vivem abaixo do limiar da pobreza e que invertam o agravamento do fenómeno da exclusão social, é necessário assegurar um significativo esforço de investimento. A saúde, apesar da tendência positiva que se tem vindo a verificar em resultado de investimentos de anteriores QCA, é uma área também ainda muito carente de investimento. Sem QREN e os respectivos PO, o percurso positivo que tem vindo a ser concretizado irá certamente ser prejudicado.

6.3. Utilização de Recursos

Um dos requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável é a dissociação entre crescimento económico e a utilização de recursos naturais, isto é, criar mais valor gerando menos impactes ambientais, no sentido de uma maior eco-eficiência. O Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) refere três aspectos essenciais para uma maior eco-eficiência²⁰:

¹⁸ Disponível em <http://www.presidencia.pt/>

¹⁹ Disponível em http://www.dgeep.mtss.gov.pt/estudos/peis/rapnai0506_pt.pdf

²⁰ WBCSD 2000. Eco-efficiency: creating more value with less impact.

- Redução do consumo de recursos, incluindo a minimização do uso de energia, materiais, água e solo e aumentando a reciclagem e durabilidade dos produtos e fechando os ciclos de materiais.
- Redução do impacte ambiental, minimizando as emissões atmosféricas, a descarga de águas residuais, a produção de resíduos e a dispersão de substâncias tóxicas no ambiente, e promovendo o uso sustentável de recursos renováveis.
- Valorização económica de serviços e produtos, fornecendo aos consumidores mais benefícios e funcionalidades utilizando menos materiais e recursos.

A implementação de sistemas de gestão ambiental (SGA), a adopção de tecnologias de produção mais limpa (PML) e o desenho de produtos e serviços mais eco-eficientes (*eco-design*) são exemplos de ferramentas que as empresas têm utilizado para promover integração de todos estes factores.

A ideia fundamental é o aumento da produtividade de recursos (riqueza gerada por unidade de recursos utilizada) através da redução dos fluxos de materiais e energia²¹ associados a uma economia em crescimento. A Estratégia Temática da UE sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais²² salienta que uma utilização mais eficiente dos recursos naturais contribui para um maior crescimento económico e consequentemente para a compatibilização dos dois objectivos.

O uso eficiente da água deve igualmente ser promovido, através de um consumo mais racional, tanto no sector doméstico, como nos sectores agrícola e industrial e de uma melhoria das redes de abastecimento que minimizem as perdas no transporte de água.

6.3.1. Objectivos e Metas

A dissociação entre crescimento económico e utilização de recursos naturais é um dos objectivos centrais das políticas de desenvolvimento sustentável, sendo claramente abordada em dois dos sete desafios da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia: “Promover Padrões de Consumo e de Produção Sustentáveis” e “Melhorar a Gestão e Evitar a Sobreexploração dos Recursos Naturais”. No âmbito destes desafios são enunciados um conjunto de objectivos operacionais relevantes, tais como:

- Promover o consumo e a produção sustentáveis mantendo o desenvolvimento social e económico dentro da capacidade de carga dos ecossistemas e dissociando o crescimento económico da degradação ambiental.
- Melhorar o desempenho ambiental e social para os produtos e processos e incentivar a sua aceitação pelas empresas e pelos consumidores.
- Tentar aumentar a quota-parte da UE no mercado mundial das tecnologias ambientais e das inovações ecológicas.
- Melhorar a eficiência dos recursos para reduzir o uso global dos recursos naturais não renováveis e os impactos ambientais relacionados com o uso de matérias primas, utilizando para tal recursos naturais renováveis numa proporção que não exceda a sua capacidade de regeneração.
- Obter e manter uma vantagem competitiva mediante a melhoria da eficácia dos recursos, nomeadamente através da promoção das inovações eco-eficientes.

²¹ As questões relacionadas com a energia são transversais a vários factores, sendo tratadas no capítulo referente às Alterações Climáticas, dado a especial relevância da política energética no âmbito das emissões de GEE.

²² COM(2005) 670 final de 21 de Dezembro de 2005

- Evitar a geração de resíduos e reforçar o uso eficiente de recursos naturais mediante a aplicação do conceito de ciclo de vida e a promoção da reutilização e da reciclagem.

Para Portugal é desejável um aumento da produtividade de recursos e uma redução da intensidade energética que permita uma convergência com os parceiros europeus. No estudo “Inovação e Empreendedorismo”²³, é proposta como meta o “*aumento da produtividade dos recursos naturais para níveis iguais à média dos países mais desenvolvidos da UE em 2013*”.

O Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)²⁴ aponta como meta para 2015 uma eficiência de utilização da água no consumo urbano, agrícola e industrial de 80%, 65% e 85%, respectivamente.

6.3.2. Situação Actual

De acordo com o REA 2004 (IA, 2006), o Consumo de Materiais na Economia (CME) apresentou, de 1990 a 2000, uma tendência de crescimento (Figura 13). A produtividade dos recursos na economia portuguesa (riqueza gerada por materiais consumidos), registou um decréscimo significativo em 1997, não se tendo conseguido recuperar para os valores registados no início da década de 1990.

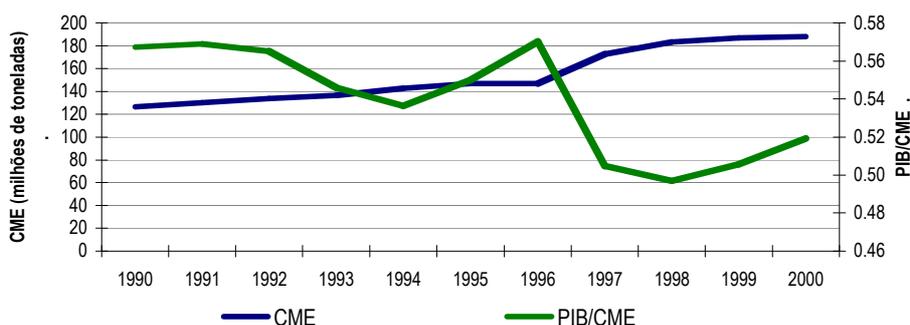


Figura 13 – Consumo de Materiais e Produtividade de Recursos na economia nacional (Fonte: IA, 2006)

O Estudo Temático sobre Inovação e Empreendedorismo mostra, igualmente, que desde 1991 a produtividade dos recursos naturais, em Portugal, tem divergido da média comunitária. Este padrão negativo de evolução relaciona-se com o forte investimento em infra-estruturas físicas efectuado nas últimas décadas, ao qual não correspondeu o desejado aumento de produtividade. Considerando a economia portuguesa como uma economia em transição, a caminho de um estágio de maior desenvolvimento, pode admitir-se que haverá condições favoráveis para inverter a situação negativa actual. A desmaterialização relativa das economias pode ser facilitada a partir de um certo nível de rendimento – aumentos de rendimento acompanhados de taxas de crescimento do consumo de materiais muito menores ou mesmo nulas.

A intensidade energética, expressa em consumo de energia primária por unidade de PIB, tem-se mantido estável ao longo da última década, registando-se uma manutenção dos baixos níveis de eficiência energética da economia portuguesa, não se verificando assim a desejada dissociação.

²³ Estudos temáticos para preparação do próximo ciclo de intervenções estruturais QREN 2007-2013. Internet: http://www.qca.pt/fundos/qren_estudos.asp

²⁴ INAG 2001. Internet: http://www.inag.pt/inag2004/port/quem_somos/pdf/uso_eficiente_agua.pdf

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo do número de organizações com sistemas de gestão ambiental certificados, que poderão conduzir à obtenção de maiores ganhos de eco-eficiência.

Em 2003 a eficiência do abastecimento de água foi de cerca de 65% (35% de perdas), abaixo da meta do PNUEA.

6.3.3. Tendências de Evolução

O Estudo Temático sobre Inovação e Empreendedorismo aponta que o grande desígnio de Portugal relativamente aos recursos naturais é o de aumentar a sua produtividade, passando de uma “economia baseada no betão” para uma “economia suportada pela inovação”, passando a produzir mais com menos, ou seja, passar para uma economia mais eco-eficiente. É assim desejável que a lógica de crescimento económico deixe de estar assente numa contínua e crescente exploração dos recursos naturais sem o retorno económico desejável (muito associada à indústria da construção), como tem acontecido nas últimas décadas. Portugal, deverá inovar e adoptar as experiências de sucesso na obtenção de mais valor acrescentado por unidade de material consumido.

A meta do aumento da produtividade dos recursos naturais é primordial a uma economia que se quer moderna e a caminho do desenvolvimento sustentável. Esta inversão de tendência pode ocorrer por uma de duas vias:

- dissociação absoluta - crescimento económico acompanhado por uma diminuição da utilização de recursos naturais;
- dissociação relativa - crescimento económico mais acentuado do que a taxa de crescimento da utilização de recursos.

O primeiro cenário é o desejável, pois implica um aumento da riqueza com uma redução absoluta dos impactes ambientais, sendo contudo de difícil concretização face à situação actual. O segundo cenário, em que a economia cresce mais depressa do que a utilização dos recursos, embora a quantidade absoluta de recursos utilizados continue a aumentar, mas mais lentamente, afigura-se, pois, como o mais realista para os próximos anos considerando a situação actual.

Note-se, no entanto, que na ausência de estímulos à inovação e à competitividade, a tendência de evolução deverá ser no sentido da manutenção da baixa produtividade de recursos naturais e da elevada intensidade energética de Portugal. A eficiência na utilização da água poderá mesmo vir a diminuir caso não sejam efectuadas intervenções na rede de abastecimento que permitam uma redução efectiva das perdas. Sem investimentos no sector dos serviços de água não se conseguirão atingir as metas propostas no PNUEA.

6.4. Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

No contexto do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, as fronteiras de análise são particularmente alargadas, constituindo um domínio claramente transversal a muitos factores ambientais e de sustentabilidade. Assim, na análise deste factor assumir-se-á o ordenamento do território enquanto “tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da

sociedade²⁵” e as suas intercepções com as variáveis ambientais e socio-económicas do desenvolvimento regional.

De acordo com o diagnóstico apresentado no REA 2004 (IA, 2006), constituem prioridades centrais do ordenamento do território os seguintes elementos: a promoção de padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional; a valorização e preservação do património natural e cultural, invertendo a tendência de urbanização desregrada, promovendo a contenção e requalificação urbanística; a reorientação do sector agrícola para actividades compatíveis com a conservação e recuperação dos solos, protecção dos recursos hídricos e fixação das populações em áreas rurais. Concorrem para estes objectivos a promoção de uma distribuição territorialmente equilibrada da população, bem como o fortalecimento das políticas que potenciem a existência de condições favoráveis à fixação das populações nas regiões do interior, minimizando o problema do abandono progressivo das zonas rurais e interiores e a migração populacional para as cidades.

Em Portugal, assume particular relevo a questão das assimetrias regionais em matérias condicionantes do desenvolvimento. O princípio da equidade inter-regional deverá constituir uma prioridade no contexto das opções de desenvolvimento do país. Urge dinamizar políticas, estratégias, planos e programas que contribuam para um sistema territorial mais equilibrado entre regiões interiores, litorais e ultraperiféricas. Contudo, o paradigma da política regional tem vindo a deslocar-se para o eixo da competitividade (DPP/MAOTDR, 2006). Nesta perspectiva o território constitui uma dimensão da própria competitividade e a solidariedade entre territórios só é sustentável se for geradora de competitividade para os territórios menos desenvolvidos, quer em termos de factores materiais, quer em termos de valorização de recursos humanos e da geração de iniciativas empresariais de sucesso.

6.4.1. Objectivos e Metas

O PNPT define as grandes orientações para a organização do território e a protecção do Ambiente, em estreita articulação com a ENDS e restantes estratégias, planos e programas sectoriais com influência no Ordenamento do Território.

O programa de acção do PNPT enuncia os seguintes objectivos estratégicos:

1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

²⁵ Definição apresentada pela carta Europeia de Ordenamento do Território

A ENDS apresenta um conjunto de objectivos e metas com incidência no ordenamento do território. Sem carácter de exaustividade apresentam-se de seguida algumas dessas metas (associadas ao objectivo 5º da referida estratégia, *Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território*):

- Estruturar uma rede nacional de infra-estruturas estratégicas de localização empresarial e de inovação que reforcem o potencial do sistema urbano nacional;
- Plano de Ordenamento Logístico do Território: construção de uma rede de plataformas logísticas;
- Atingir uma quota de mercado da ferrovia de 26%, até 2009;
- Atingir 15 programas reestruturação de redes regionais, em 2005-2009;
- Atingir 10 redes temáticas para valorização de património e recursos comuns, em 2005-2010
- Promover novos pólos regionais de competitividade: introduzir a figura de “contrato de aglomeração” para a cooperação entre o Estado, as Autarquias Locais e os actores económicos privados;
- Atingir 20 mil fogos urbanos reabilitados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, até 2009;
- Atingir um crescimento igual ou superior ao do restante território nacional do PIB *per capita* das zonas rurais;
- Atingir um crescimento de 2% por ano do VAB/UTA;
- Inverter, em termos reais, a tendência de decréscimo do VAB da agricultura, pecuária, caça e silvicultura.

Saliente-se ainda, à escala europeia, os objectivos preconizados pela Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (*Commission of the European Communities, 2006*)²⁶, focados na melhoria da qualidade do ambiente urbano, de forma a tornar as cidades locais mais atractivos e saudáveis, para viver, trabalhar e investir, e reduzir os impactes ambientais negativos originados pelas cidades, por exemplo ao nível das alterações climáticas. No contexto europeu, muitas outras iniciativas no domínio do ordenamento do território têm sido desenvolvidas.

6.4.2. Situação Actual

Ocupação e Uso do Solo

Este indicador retrata a utilização do solo segundo sete classes principais, considerando a desagregação por NUTS II (com excepção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira). Na análise utilizaram-se os dados apresentados pelo projecto *CORINE Land Cover 2000 (CLC2000)* para Portugal²⁷, que efectuou o levantamento a nível europeu da ocupação e uso do solo para o ano 2000, e no registo de alterações nos últimos dez anos, destacando-se os seguintes elementos:

- Em 2000, a proporção da superfície do território continental ocupada pelas áreas agrícolas (34%) e florestais (38%) é significativa; a maior parte da floresta nacional (41%) encontra-se na região Centro, enquanto 43% da agricultura se concentra no Alentejo (Figuras 14 e 15);

²⁶ Commission of the European Communities (2006). Communication from the Commission to the Council and the European Parliament on Thematic Strategy on the Urban Environment. COM(2005) 718 final, Brussels.

²⁷ Painho, M. e Caetano, M. (2005). Cartografia de ocupação do solo : Portugal continental, 1985-2000 : CORINE Land Cover 2000. Amadora : Instituto do Ambiente.

- Os territórios artificializados passam a ocupar, em 2000, cerca de 2.7% de Portugal Continental (Figura 14), enquanto que as zonas húmidas e as massas de água ocupam 0.3 e 0.9%, respectivamente;
- Entre 1985 e 2000 os territórios artificializados e as florestas aumentaram cerca de 41.2% (70000 ha) e 2.8 % (94 000 ha), respectivamente (Figuras 16 e 17);
- No mesmo período, a *vegetação natural* foi a classe que mais áreas perdeu em Portugal continental, cerca de 8.6 % (75 000 ha) (Figuras 16 e 17).

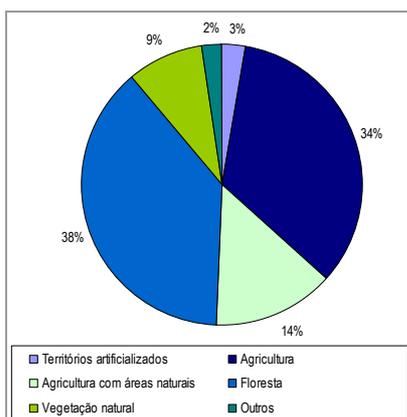


Figura 14 - Ocupação do solo em Portugal Continental em 2000. Fonte: IA, 2006

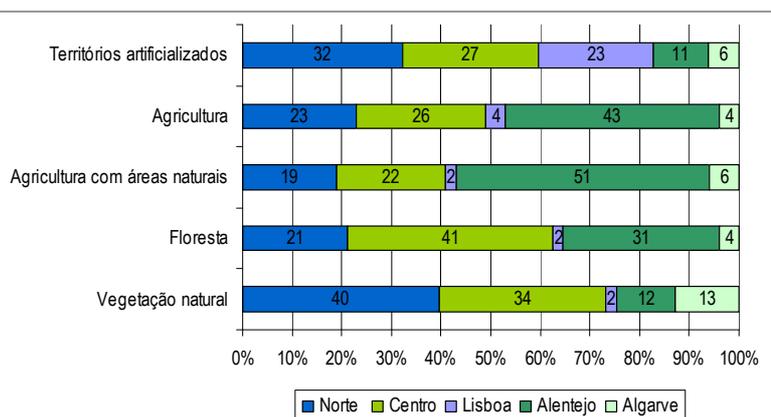


Figura 15 - Contribuição percentual de cada NUTS II para a área nacional de cada classe de ocupação do solo, em 2000. Fonte: IA, 2006

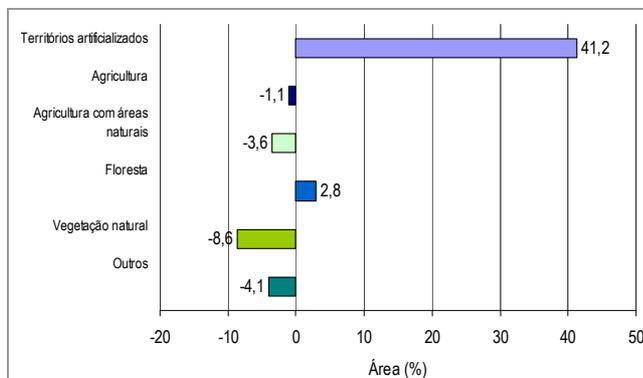


Figura 16 - Variação percentual (em relação à sua abundância em 1985) da área de cada classe de ocupação do solo entre 1985 e 2000. Fonte: IA, 2006

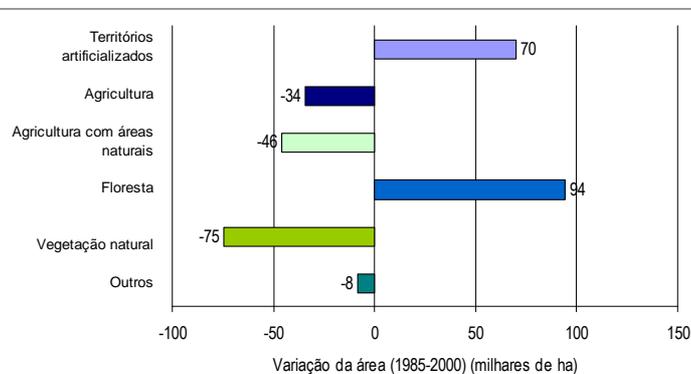


Figura 17 - Variação da área de cada classe de ocupação do solo entre 1985 e 2000. Fonte: IA, 2006

No período em análise houve uma expansão dos *territórios artificializados* e da *floresta e meios semi-naturais* e uma retracção da superfície *agrícola* e *vegetação natural*. Estes resultados, tal como sublinhado no REA 2004, reflectem o assinalável crescimento económico, que se traduziu na expansão das áreas urbanas. Este crescimento urbano intenso e frequentemente dissociado de um padrão de qualidade, nomeadamente ambiental, tem vindo a comprometer a sustentabilidade das unidades territoriais. A aposta centrou-se no sector da construção, descuidando o desenvolvimento de múltiplas actividades de particular valia socio-económica e ambiental. A ausência de políticas de gestão e planeamento territorial eficazes e a deficiente articulação entre os diferentes instrumentos de ordenamento do território e de planeamento

ambiental, têm conduzido a um cenário de intensificação do desordenamento territorial no país. Uma parte significativa das disfunções territoriais tem sido originada à escala local, com os correspondentes impactes negativos nas escalas regional e nacional.

A ausência de práticas de avaliação ambiental estratégica para as grandes opções de desenvolvimento para a escala nacional tem também permitido descurar um conjunto de impactes significativos no ambiente e ordenamento do território, conduzindo a situações de desequilíbrio intra e inter-regional nos sistemas ambiental, social, económico, cultural e institucional.

As transições mais importantes que se têm verificado entre classes de ocupação do solo foram de *vegetação natural para floresta*, de *agricultura para territórios artificializados* e de *agricultura com áreas naturais para floresta*.

O território nacional é alvo de inúmeras pressões que contribuem para o desordenamento territorial e para o desequilíbrio regional. Importa sublinhar que o actual estado da ocupação do solo está associado a diversos problemas transversais, designadamente: incêndios florestais; instrumentos de ordenamento do território que ainda não foram implementados; crescimento do parque habitacional nas faixas litorais; erosão costeira; áreas degradadas nos grandes centros urbanos; evolução crescente da população.

Evolução da População

Este indicador avalia a variação temporal e espacial da população residente no território de Portugal Continental, considerando a desagregação por NUTS II, sendo a sua análise efectuada a partir dos dados dos Recenseamentos Gerais da População.

Portugal apresenta uma distribuição espacial da população residente marcada por uma concentração nas regiões Norte, Centro e Lisboa (cerca de 84% da população) e nas NUTS III do litoral (72% da população, dos quais 38% estão na Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal). Adicionalmente, a variação sazonal da população constitui também um problema de ordenamento do território e ambiental, acentuando-se no Verão e nas regiões marcadamente turísticas, sendo o Algarve o caso paradigmático. Este desequilíbrio sazonal conduz a soluções pouco eficientes e eficazes de sub e sobredimensionamento, sendo frequente a ocorrência de situações de rotura ou funcionamento deficiente de muitas infra-estruturas, cujo dimensionamento não acautelou estes cenários.

Da variação da população residente no território português entre 1991 e 2001, salientam-se os seguintes pontos (Figuras 18 e 19):

- Manteve-se a concentração populacional na faixa litoral entre Braga e Setúbal;
- Registou-se o decréscimo da população no Alentejo, no interior Norte e Centro e em algumas Áreas do Vale do Tejo;
- Acentuou-se o crescimento populacional nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, na faixa litoral a Norte do Tejo e no Algarve. Assinale-se que as cidades de Lisboa e Porto perderam população residente;
- Destacou-se o crescimento populacional de alguns concelhos do interior, que integram cidades de média dimensão.

A população portuguesa vive cada vez mais em zonas urbanas, maioritariamente localizadas no litoral. Este padrão tem vindo a reflectir-se em acentuados problemas de ordenamento territorial

e de desenvolvimento regional, intensificando-se as pressões na sustentabilidade do litoral e do interior, ainda que por razões opostas (crescimento populacional excessivo no litoral e desertificação do interior).

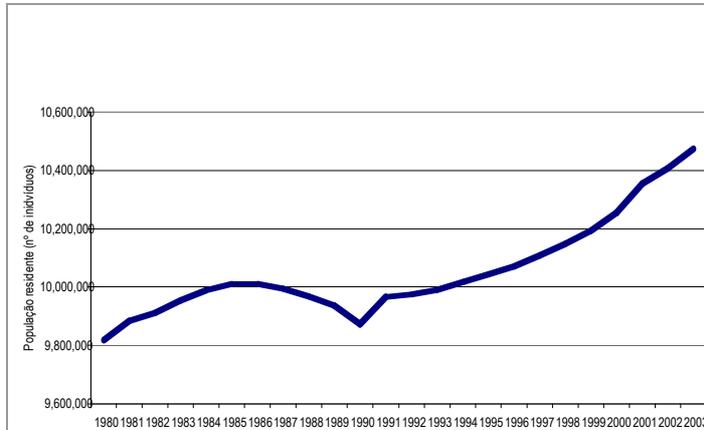


Figura 18 - Evolução da população residente (Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2005)

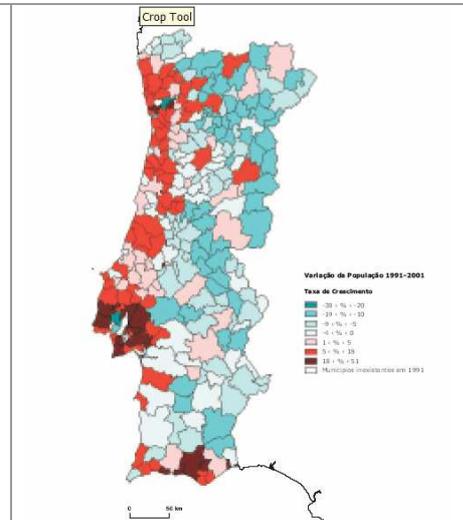


Figura 19 - Taxa de variação da população residente 1991-2001 (Fonte: IA, 2006)

Entre 1995 e 2003 o país sofreu um acréscimo de cerca de 400 000 residentes, decorrente essencialmente da imigração. Este incremento positivo não teve, contudo, efeitos positivos no interior ao nível das regiões NUTS III (DPP/MAOTDR, 2006).

6.4.3. Tendências de Evolução

A tendência actual da ocupação e uso do solo em Portugal é negativa, estando longe de atingir os objectivos e metas desejáveis para o ordenamento do território e desenvolvimento regional do país. No entanto, e tendo presente o actual quadro de instrumentos de ordenamento do território, planeamento ambiental e intervenção sectorial, bem como as actuais orientações estratégicas de desenvolvimento para Portugal, perspectiva-se que seja possível inverter parcialmente a evolução da situação actual, particularmente marcada pelo aumento significativo dos territórios artificializados e diminuição da vegetação natural. Neste contexto, assinala-se o potencial associado às áreas naturais e, em particular, às zonas classificadas no âmbito da política de conservação da natureza²⁸. Antevê-se também que seja possível mitigar algumas das situações negativas já existentes, caso se implementem as medidas preconizadas pelos principais instrumentos legais e/ou técnicos aplicáveis.

A evolução da população revela uma tendência globalmente negativa, ainda que sejam registados sinais positivos em alguns concelhos do interior. Este indicador, quando equacionado com as restantes variáveis da dinâmica regional (ver estudo DPP/MAOTDR, 2006), consubstancia um quadro de desenvolvimento regional marcado ainda por assinaláveis desequilíbrios intra e inter-regionais. A manter-se esta tendência da distribuição espaço-temporal da população residente, Portugal deverá continuar a confrontar-se com dificuldades substanciais na gestão e ordenamento do território, e nas correspondentes implicações nas economias regionais, tornando-se assim prioritário promover a sua inversão. As medidas previstas pelas

²⁸ Cerca de 21 % da superfície do país de acordo com o PNPOT

principais iniciativas de planeamento territorial, em particular, o PNPT, poderão constituir uma componente essencial para a mudança desta tendência. Saliente-se ainda que, em face da complexidade em redor deste aspecto, para atingir metas sustentáveis é necessária uma articulação integrada entre os vários instrumentos das diferentes políticas sectoriais e os respectivos actores-chave envolvidos.

Apesar da possibilidade de uma evolução positiva em alguns aspectos do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, o cenário sem QREN traria dificuldades para a concretização de muitas das políticas, planos, programas e projectos, e em muitos casos poderia mesmo originar a impossibilidade de concretização dessas iniciativas.

6.5. Alterações Climáticas

As actividades humanas são responsáveis pelas alterações climáticas resultantes do aumento da concentração de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera. No sentido de contribuir para a resolução deste problema, Portugal, no âmbito do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades da UE, assumiu limitar, no período de cumprimento de 2008-2012, a 27% o crescimento das emissões de GEE, face ao registado em 1990.

As emissões de GEE são fortemente influenciadas pelo sistema energético nacional, mas também pelas estruturas industrial, agrícola e florestal, pelos sistemas de transportes e de gestão de resíduos e, na sua origem, pelos padrões de consumo da população.

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) visa dar resposta a este problema, tendo o objectivo específico de controlar e reduzir as emissões de GEE, de modo a respeitar os compromissos de Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto e da partilha de responsabilidades no seio da UE, bem como antecipar os impactes das alterações climáticas e propor as medidas de adaptação relevantes. O PNAC teve a sua primeira versão em 2001, tendo sido revisto em 2004. Mais recentemente foi aprovado o PNAC 2006²⁹, que pretende reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto através de um conjunto de medidas adicionais. Outro instrumento importante neste domínio é o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂ (PNALE)³⁰, decorrente da aplicação do sistema de Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

6.5.1. Objectivos e Metas

O combate às Alterações Climáticas é um tema prioritário quer da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável, quer da ENDS. Como já foi referido, o principal objectivo no domínio das alterações climáticas é limitar, no período de cumprimento de 2008-2012, a 27% o crescimento das emissões de GEE, face ao registado em 1990³¹.

No âmbito do sector energético, as principais metas para 2010 são:

²⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006 de 3 de Agosto.

³⁰ O PNALE 2008-2012 esteve em discussão pública até 15 de Junho de 2006. Neste relatório utilizou-se como fonte a versão de 1 de Junho de 2006 elaborada pelo Instituto do Ambiente.

³¹ No seu conjunto, e para o mesmo período, a UE-15 comprometeu-se com uma redução de 8% das suas emissões, relativamente a 1990

- Diminuir a intensidade energética e a redução efectiva da dependência do petróleo em cerca de 20%.³²
- Atingir 39% da produção de electricidade, a partir de fontes de energia renovável (FER): ondas, biomassa, biogás, hídrica, eólica, fotovoltaica³³.
- Alcançar 4500 MW de potência instalada a partir da energia eólica, 5000 MW de potência em grandes hídricas e cerca de 930 MW a partir de outros recursos renováveis (e.g. mini-hídricas, biomassa, biogás, fotovoltaico, ondas)³⁴.

6.5.2. Situação Actual³⁵

As emissões de GEE em Portugal aumentaram cerca de 37% de 1990 a 2003, ultrapassando em 10% a meta acordada para 2008-2012 no âmbito do Protocolo de Quioto (Figura 20) Verifica-se que as emissões de GEE têm registado um padrão semelhante ao Consumo de Energia Primária e ao crescimento do PIB, situação também identificada para o consumo de materiais (Capítulo 6.3), daí que as intensidades carbónica e energética se tenham mantido relativamente constantes desde 1990.

O sector energético (incluindo a produção e transformação de energia, a indústria e os transportes) é o principal responsável pelo aumento das emissões de GEE em Portugal. Com efeito, este sector constitui uma das principais origens de GEE, em Portugal e na Europa, mais especificamente devido à queima de combustíveis fósseis nas centrais termoeléctricas (Figura 21).

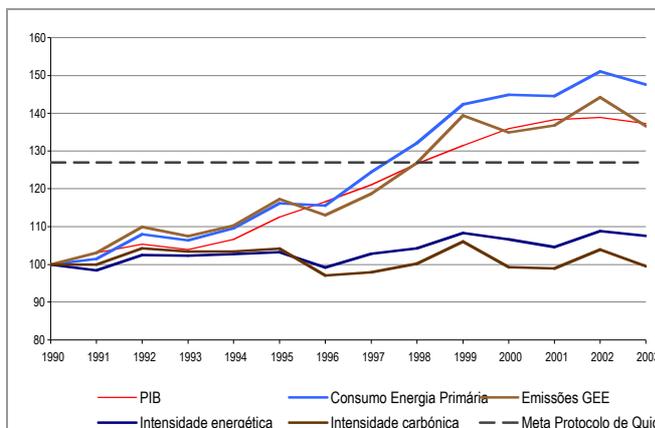


Figura 20 – Evolução do PIB e indicadores associados às Alterações Climáticas (Fonte: IA, 2006)

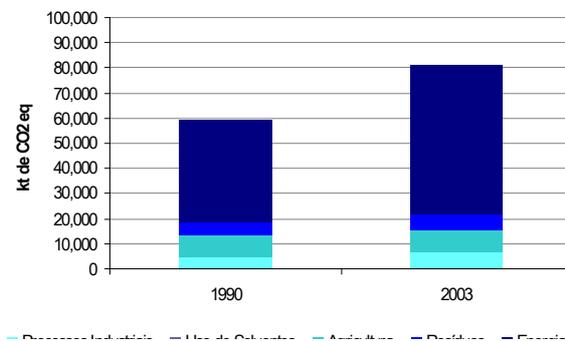


Figura 21 - Emissões de GEE por sector de actividade (Fonte: IA, 2006)

No âmbito do sector energético, as emissões de GEE da produção e transformação de energia e dos transportes aumentaram cerca de 53% e 95%, representando estes dois sectores, em 2003, cerca de 50% do total de emissões de GEE. Os transportes são o sector mais crítico, com o acréscimo de emissões inerente ao aumento do número de veículos em circulação. Na realidade o transporte rodoviário consome cerca de 80% da energia final do sector dos transportes, sendo

³² "Programa de Actuação para Reduzir a Dependência de Portugal face ao Petróleo" (RCM n.º 171/2004, de 29 Novembro)

³³ Directiva n.º 2001/77/CE de 27 de Setembro. Para a UE o objectivo é 22.1%.

³⁴ Metas indicativas da Política Energética Portuguesa (RCM n.º 63/2003, de 28 Abril), com a alteração da meta para a energia eólica introduzida pela RCM n.º 171/2004 e pelo PNAC 2004.

³⁵ Fontes: REA 2004 e Estudo Temático sobre Energia.

a penetração no mercado dos biocombustíveis ou de outros combustíveis menos poluentes bastante incipiente.

A produção de energia eléctrica em Portugal está ainda muito dependente dos combustíveis fósseis, embora se tenha vindo a verificar um aumento na potência instalada de FER. A energia eólica é, actualmente, a que apresenta maior taxa de crescimento médio anual (51.7%) em comparação com as outras FER, tendo, em 2004, alcançado 616 MW de potência instalada. A incorporação de FER no consumo bruto de energia eléctrica foi de 36% em 2003, aproximando-se da meta estabelecida pela UE para Portugal (39% em 2010). É, contudo, de salientar que a produção de energia eléctrica a partir das FER em Portugal é muito variável devido ao forte peso da componente hídrica (80% da potência instalada em 2004).

6.5.3. Tendências de Evolução

A tendência de evolução é francamente negativa no que diz respeito às emissões de GEE. Todos os cenários apontam para que dificilmente se consigam cumprir os objectivos fixados pelo Protocolo de Quioto. É pois urgente a implementação das medidas propostas no PNAC 2006, para as quais o QREN e respectivos PO podem dar um contributo muito importante, através do incentivo à eficiência energética e às energias renováveis e contribuindo também para uma política de transportes mais sustentável.

Há sinais positivos no sector das energias renováveis, nomeadamente da energia eólica. No entanto, no sector dos transportes as emissões de GEE devem continuar a intensificar-se assim como no sector residencial e dos serviços.

6.6. Biodiversidade

O conceito de biodiversidade³⁶ é utilizado para descrever a variedade e riqueza da vida na biosfera. Esta variedade baseia-se na hereditariedade a todos os níveis de organização, desde os genes de uma única população ou espécie, passando pelas espécies que compõem o todo ou parte de uma comunidade local, até às próprias comunidades que definem os elementos vivos dos diferentes ecossistemas mundiais³⁷. Assim, apesar deste conceito ser vulgarmente associado ao número de espécies diferentes de plantas, animais e microorganismos vivos, a biodiversidade inclui ainda as componentes genética e ecológica.

As múltiplas interacções dentro e entre ecossistemas, para além do seu valor intrínseco, constituem o suporte de vida do qual dependem todas as actividades humanas, traduzindo-se na provisão de um conjunto de bens e serviços essenciais para o bem-estar humano (Figura 22).

³⁶ A "biodiversidade" é definida no Artigo 2º da CDB como "a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, *inter alia*, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas".

³⁷ Wilson, E.O. (1997) "Introduction to Biodiversity", in *Biodiversity II*, Reaka-Kudla, M.L., Wilson, D.E., Wilson, E.O. (eds.), Joseph Henry Press, Washington DC.

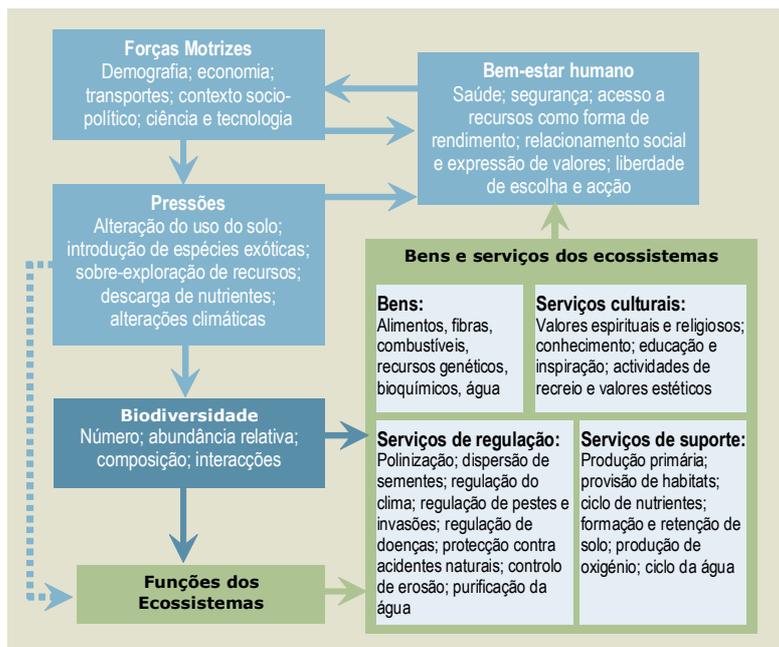


Figura 22 – Relações entre a biodiversidade, as actividades humanas e os bens e serviços dos ecossistemas³⁸

Em resultado da perda de biodiversidade e da disrupção das funções dos ecossistemas, estes tornam-se mais vulneráveis a perturbações, menos resilientes e menos capazes de garantir o aprovisionamento dos bens e serviços essenciais ao bem-estar humano. As evidências científicas recolhidas nas últimas décadas relativamente às alterações no estado (e.g. diminuição e fragmentação de habitats) e aos impactes (e.g. extinção de espécies) resultantes das pressões humanas sobre a biodiversidade justificam a prioridade que tem sido atribuída a este tema³⁹.

De acordo com o *Millennium Ecosystem Assessment*⁴⁰, os ecossistemas da Europa sofreram uma fragmentação maior do que a ocorrida em qualquer outro continente. A nível de espécies, 42% dos mamíferos nativos da Europa, 43% das aves, 45% das borboletas, 30% dos anfíbios, 45% dos répteis e 52% dos peixes de água doce encontram-se ameaçados de extinção; para a maioria das principais unidades populacionais de peixes marinhos observam-se níveis inferiores aos limites biológicos seguros; cerca de 800 espécies de plantas estão em risco de extinção e verificam-se alterações desconhecidas, mas potencialmente significativas, nas formas de vida inferiores, incluindo a diversidade microbiana e dos invertebrados⁴¹.

6.6.1. Objectivos e Metas

A perda de biodiversidade é um problema com relevância à escala global pelo que a inversão desta tendência carece, necessariamente, de uma abordagem holística e de um conjunto de respostas concertadas entre os diversos países. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), adoptada em 1992, tem vindo a nortear as políticas a nível internacional e nacional, tendo definido três objectivos principais:

³⁸ Adaptado de Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2006) *Global Biodiversity Outlook 2*, Montreal.

³⁹ A conservação da biodiversidade foi considerada como um objectivo-chave do 6º Programa de Acção da União Europeia em matéria de ambiente (2002-2010) e da Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável. A sua importância foi também reconhecida no âmbito da Estratégia de Lisboa, entre diversos outros planos e estratégias.

⁴⁰ Millennium Ecosystem Assessment (2005). *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Island Press.

⁴¹ COM (2006) 216, de 22 de Maio de 2006.

- a conservação da diversidade biológica;
- a utilização sustentável das componentes da biodiversidade; e
- a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos.

Para a prossecução destes objectivos, a CDB estabelece que as Partes devem desenvolver estratégias, planos e programas nacionais para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e devem ainda integrar, na medida do possível, estes objectivos nas restantes políticas. O Quadro 8 resume os principais objectivos e metas definidos nos planos e estratégias sectoriais e intersectoriais relevantes.

Quadro 8 – Principais objectivos e metas relacionadas com a biodiversidade

Estratégia ou plano	Objectivos e metas
Plano Estratégico para a Convenção sobre a Diversidade Biológica ⁴²	Inclui 7 <u>áreas focais</u> : 1) Reduzir a taxa de perda de biodiversidade e suas componentes; 2) Promover um uso sustentável da biodiversidade; 3) Reduzir as pressões humanas; 4) Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas; 5) Proteger o conhecimento tradicional, inovações e práticas; 6) Assegurar a partilha justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos; 7) Mobilizar recursos técnicos e financeiros. <u>Meta global</u> : obtenção até 2010 de uma redução significativa da taxa de perda de biodiversidade à escala global, regional e nacional.
Estratégia Europeia de Conservação da Biodiversidade ⁴³	Organizada em 4 temas que incluem objectivos específicos, alinhados com as grandes prioridades da CDB. Destaca-se a abordagem da conservação <i>in situ</i> , nomeadamente através da criação e protecção de uma rede de sítios de elevado valor natural – a Rede Natura 2000 ⁴⁴ . Contudo, reconhece-se que muita da biodiversidade se encontra fora desses sítios, pelo que a acção fora do âmbito da Rede Natura 2000, deve ser garantida pela integração das necessidades da biodiversidade nas políticas agrícola, da pesca e outras.
Plano de Acção da União Europeia para 2010 e mais além ⁴⁵	10 <u>objectivos prioritários</u> : 1) Salvaguarda dos habitats e espécies mais importantes da UE; 2) Conservação e recuperação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas nas zonas rurais e 3) no meio marinho; 4) Reforço da compatibilidade do desenvolvimento regional e territorial com a biodiversidade; 5) Redução do impacte na biodiversidade de espécies alóctones invasivas e de genótipos exóticos; 6) Reforço da eficácia da governança internacional; 7) Reforço do apoio à biodiversidade no âmbito da ajuda externa; 8) Redução do impacto do comércio internacional; 9) Apoio para a adaptação às alterações climáticas; 10) Reforço da base de conhecimentos para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, na UE e a nível global.
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade ⁴⁶	Objectivos: 1) Conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; 2) Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; 3) Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área de conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em particular os da CDB.
ENDS	Objectivo 3) Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural, designadamente através de: i) Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade que vise sustentar a redução e fragmentação dos habitats, a protecção de espécies ameaçadas e a valorização das paisagens, articulada com as políticas agrícola, florestal, de desenvolvimento urbano e económico e de obras públicas; ii) Conservação da biodiversidade e criação de uma rede de AP no meio marinho. <u>Metas</u> : Sustentar, até 2010, o declínio da biodiversidade e assegurar a compensação das espécies e dos habitats afectados; Aumentar até 2015 o valor do “Índice de Aves Comuns”; Conferir maior visibilidade às áreas classificadas e aos seus valores naturais; Assegurar que até 2008 todas as AP e sítios da Rede Natura 2000 tenham planos de ordenamento e gestão eficazes.

⁴² Adoptado pela Conferência das Partes da CDB (COP-CDB) em 2002 através da decisão VI/26.

⁴³ COM (98) 42, de 4 de Fevereiro de 1998.

⁴⁴ A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário resultante da aplicação das Directivas nº 79/409/CEE e nº 92/43/CEE e tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros.

⁴⁵ COM (2006) 216, de 22 de Maio de 2006.

⁴⁶ Adoptada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro.

6.6.2. Situação Actual

De acordo com o REA 2003⁴⁷, ao longo das três últimas décadas tem-se registado um acentuado incremento na superfície do território nacional abrangido por Áreas Protegidas (AP). A Rede Nacional de Áreas Protegidas inclui actualmente 44 áreas em Portugal Continental, abrangendo 693 461 hectares, o que equivale a cerca de 7.8% do território continental (atingindo-se assim o objectivo nacional para 2006 de 7.5% do território continental abrangido por AP⁴⁸).

Na Figura 24 representa-se a evolução da superfície de AP, bem como da aprovação de planos de ordenamento, os quais estabelecem a política de salvaguarda e conservação das AP, através da regulamentação dos usos do solo e suas condições de alteração, hierarquizados de acordo com os valores do património em causa⁴⁹. Pode observar-se que apenas cerca de 60% das AP aprovaram o respectivo plano de ordenamento, sendo que grande parte destes planos se encontravam ainda em 2004 na fase de caracterização e diagnóstico. Esta situação revela um atraso significativo na prossecução daquela que era uma meta do Programa Operacional do Ambiente (QCA III, 2000-2006) – atingir os 100% do território com estatuto de AP abrangido por plano de ordenamento. Assim, tal como indicado no Quadro 8, espera-se que esta meta possa ser atingida até 2008, em resultado da implementação da ENDS.



Figura 23 – Rede Nacional de Áreas Protegidas, Fonte: Instituto de Conservação da Natureza, 2006.

⁴⁷ Instituto do Ambiente (2005) *Relatório do Estado do Ambiente 2003*, Amadora.

⁴⁸ Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional do Ambiente (2000-2006).

⁴⁹ Instituto do Ambiente (2005) *Relatório do Estado do Ambiente 2004*, Amadora.

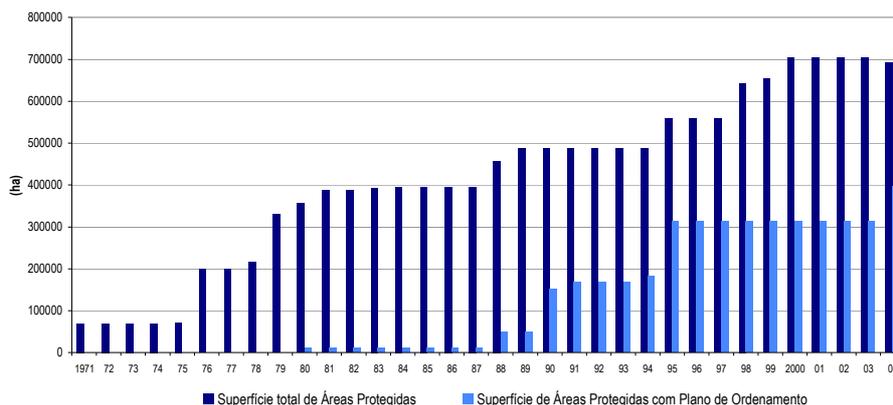


Figura 24 – Superfície total de áreas protegidas e de áreas protegidas com plano de ordenamento em Portugal

No âmbito da Rede Natura 2000, encontram-se actualmente classificadas 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE) e 60 Sítios de Importância Comunitária (SIC) no território continental, sendo que duas novas ZPE (Monchique e Caldeirão) estão em processo de classificação. Estas áreas classificadas, que nalguns casos apresentam uma sobreposição com as AP, abrangem uma superfície terrestre total de 1820978.19 hectares o que representa 20.47% do território do Continente⁵⁰. Prevê-se ainda que no período de vigência do QREN esta rede venha a ser alargada ao meio marinho. Na Figura 25 apresenta-se a evolução da superfície abrangida pelos SIC e ZPE classificados em Portugal e na União Europeia (UE-15)⁵¹.

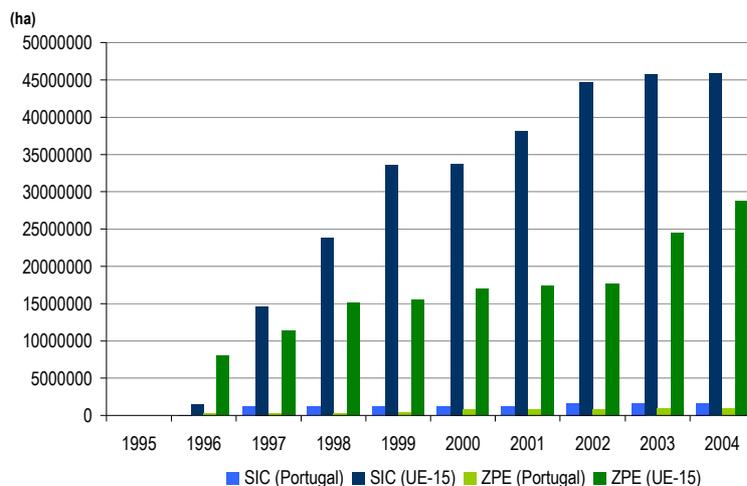


Figura 25 – Evolução da superfície de SIC e ZPE classificadas em Portugal e na UE-15

O indicador “fragmentação de ecossistemas” possibilita uma aproximação à avaliação da integridade dos ecossistemas, independentemente do seu estatuto de protecção⁵². A manutenção da integridade dos ecossistemas é essencial para garantir um fluxo sustentável de bens e serviços. Por outro lado, a sua fragmentação resulta em efeitos negativos que se traduzem na redução de áreas, exposição e isolamento das zonas de fronteira, bem como numa

⁵⁰ Instituto de Conservação da Natureza (2006) *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, Lisboa.

⁵¹ European Environment Agency (2005) Designated areas (CSI 008) - May 2005 Assessment

⁵² De acordo com o Relatório “Biodiversity in Strategic Environmental Assessment” publicado pelo European Environment Bureau (2005), as áreas com elevada biodiversidade que não estão classificadas como áreas protegidas devem igualmente ser consideradas numa AAE. Este tipo de áreas inclui, por exemplo, corredores ecológicos, áreas de suporte a habitats ou ecossistemas vulneráveis, e áreas de suporte de grandes extensões de habitats semi-naturais.

interrupção de processos ecológicos. Recorrendo ao indicador “uso do solo”, anteriormente apresentado no factor de avaliação “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional”, é possível analisar as principais alterações registadas na área total das classes de ecossistemas descritas pelo projecto *CORINE Land Cover 2000*, entre 1985 e 2000 (IA, 2006):

- A área de vegetação natural perdeu cerca de 75 000 ha (redução de 8.6%);
- A área mista de agricultura com áreas naturais diminuiu 3.6%, o que representa uma perda de 46 000 ha;
- A área total de ocupação agrícola (culturas e pastagens) registou uma variação negativa de 1.1% (perderam-se cerca de 34 000 ha nesta classe);
- O conjunto das zonas descobertas e com pouca vegetação, das zonas húmidas e das massas de água foi reduzido em cerca de 8 000 ha (variação de -4.1%);
- Os territórios artificializados ocupam mais 70 000 ha face a 1985 (aumento de 41.2%);
- A área florestal (florestas de folhosas, de resinosas e mistas) aumentou em 2.8% (94 000 ha).

6.6.3. Tendências de Evolução

Os efeitos positivos esperados com a designação das Áreas Protegidas e da Rede Natura 2000 estão dependentes da implementação dos correspondentes Planos de Ordenamento e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Com a aprovação destes planos devem ficar estabelecidos quais os usos e regimes de gestão compatíveis com a conservação dos valores naturais ao abrigo dos quais os SIC e ZPE foram criados. Prevê-se que o financiamento da Rede Natura 2000 venha a alicerçar-se durante o período 2007-2013 em diversos fundos comunitários, em particular, nos Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no Fundo de Coesão (FC), no Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu de Pescas (FEP)⁵³. Assim, num contexto de evolução sem QREN, prevê-se que os investimentos infraestruturais de suporte à gestão destas áreas fiquem comprometidos.

Os resultados relativos às alterações de uso do solo evidenciam uma tendência negativa de evolução face ao aumento significativo dos territórios artificializados em detrimento das áreas de vegetação natural e agrícolas. Ainda que os dados não permitam avaliar, em toda a sua extensão, os efeitos da fragmentação destes ecossistemas, a sua integridade continuará ameaçada caso não sejam adoptadas medidas capazes de travar aquela tendência, nomeadamente, através de uma maior articulação das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade com as políticas agrícola, florestal, e de desenvolvimento urbano e económico.

6.7. Qualidade do Ambiente

A análise do factor *qualidade do ambiente* incide sobre os domínios qualidade da água, qualidade do ar, protecção do solo e gestão de resíduos.

Apesar dos esforços desenvolvidos no controlo das pressões sobre as águas interiores e estuários e zonas costeiras, a protecção da qualidade da água para salvaguarda da integridade dos ecossistemas aquáticos e garantia dos usos humanos continua a ser uma preocupação das políticas ambientais nacionais e comunitárias. O cumprimento das exigências da Directiva

⁵³ Instituto de Conservação da Natureza (2006) Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Lisboa.

Quadro da Água (DQA)⁵⁴ coloca diversos desafios aos agentes económicos e autoridades ambientais. Também o sector dos serviços de águas (abastecimento e saneamento) enfrenta desafios importantes, de modo a garantir o cumprimento dos objectivos destes serviços de interesse geral essenciais ao bem-estar dos cidadãos, ao funcionamento do sistema económico e à protecção da qualidade do ambiente.

A poluição do ar tem efeitos extremamente nocivos sobre o ambiente e a saúde humana. O SO₂, os NO_x e o NH₃ são os principais gases responsáveis pelo fenómeno de acidificação que tem efeitos nefastos nos ecossistemas. Os NO_x e os COVNM são os principais precursores do ozono troposférico, poluente extremamente nocivo para a saúde humana.

Dada a sua grande variedade de funções vitais, manter o bom estado do solo é essencial para a sustentabilidade. Contudo, o solo é cada vez mais ameaçado por toda uma série de actividades humanas que minam a sua disponibilidade e viabilidade a longo prazo. Na UE-15, calcula-se que 52 milhões de hectares, equivalendo a mais de 16% da superfície terrestre total, estão afectados por um processo de degradação, valor que atinge os 35% para a UE-25.

Uma eficiente gestão de resíduos é essencial para a Qualidade do Ambiente tendo efeitos significativos sobre os solos, a qualidade dos recursos hídricos e a qualidade do ar ambiente. O cumprimento das metas de gestão associadas aos vários fluxos de resíduos (urbanos, industriais, agrícolas e hospitalares), consignadas na legislação nacional deve ser garantido.

6.7.1. Objectivos e Metas

Existe um conjunto de documentos de referência para os aspectos incluídos no factor Qualidade do Ambiente, destacando-se:

- Qualidade da Água: Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II 2007-2013), Lei da Água⁵⁵, Plano Nacional da Água.
- Qualidade do Ar: Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica e Programa para os Tectos de Emissão Nacional (PTEN).
- Protecção do Solo: Estratégia Temática de Protecção do Solo.
- Gestão de Resíduos: Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II 2007-2016), Estratégia Nacional Para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterros (ENRRUBDA), Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIERSU), Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI) e Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI).

Os principais objectivos e metas estratégicas para cada sector estão sintetizados no Quadro 9.

⁵⁴ Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000)

⁵⁵ Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro.

Quadro 9 – Principais objectivos e metas relacionados com a qualidade do ambiente

Domínio	Estratégia ou plano	Objectivos e metas
Qualidade da água	Directiva Quadro da Água - DQA Lei da Água	Objectivo geral: Alcançar um bom estado de qualidade das águas até 2015 Estabelece o enquadramento para gestão das águas superficiais (interiores, de transição e costeiras) e subterrâneas, apresentando um conjunto de objectivos que visam a protecção e melhoria dos ecossistemas aquáticos, incluindo a redução da poluição e uma utilização mais sustentável dos recursos hídricos. O seu cumprimento é o objectivo fundamental da política de ambiente para o sector.
	PEAASAR II	Em 2013 servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 90%; servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 85%.
Gestão de resíduos	PERSU II	Metas a cumprir por Portugal em 2011 relativamente a Resíduos de Embalagem (RE): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização total de RE: > 60% ▪ Reciclagem total de RE: 55-80% ▪ Reciclagem de RE de vidro: > 60% ▪ Reciclagem de RE de papel e cartão: > 60% ▪ Reciclagem de RE de plástico: > 22,5% ▪ Reciclagem de RE de metais: > 50% ▪ Reciclagem de RE de madeira: > 15% Para o período após 2011 e até 2016 o PERSU II considera um aumento aproximado de 25% das quantidades de RE conduzidos para reciclagem. São fixados limites de deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro, face ao total de RUB produzidos em 2005: Janeiro de 2009: 50%; Janeiro de 2016: 35%. Relativamente ao encaminhamento directo de RSU são apontadas as seguintes metas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aterro (2009: 32%; 2011: 29%; 2016: 12 a 21%) ▪ Incineração (2009: 21%; 2011: 21%; 2016: 21 a 22%) ▪ Tratamento mecânico e biológico (2009: 25%; 2011: 26%; 2016: 27 a 38%) ▪ Tratamento mecânico (2009: 3%; 2011: 1%; 2016: 0 a 1%) ▪ Recolha selectiva de RUB (2009: 6%; 2011: 8%; 2016: 9%) ▪ Recolha selectiva de materiais (2009: 13%; 2011: 15%; 2016: 19%)
	PESGRI PNAPRI	Preconiza preferencialmente a prevenção, seguida de reutilização, reciclagem, valorização e a deposição como destino final, esgotadas as outras soluções. Prevê-se a construção de centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos (CIRVER). Redução relativa de cerca de 20%, tanto para a totalidade dos resíduos industriais, como para os resíduos industriais perigosos de 2000 a 2015.
Qualidade do ar	Directiva 2001/81/CE PTEN	Tectos nacionais de emissão para 2010: 160 kton SO ₂ ; 250 kton NO _x ; 180 kton COVNM; e 90 kton NH ₃ O cumprimento dos valores estipulados implica reduzir, face às emissões de 2000: 51.1% das emissões de SO ₂ ; 16,5% das de NO _x ; 27,8% das de COVNM. As emissões de NH ₃ encontravam-se, em 2000, de 0.8 kton abaixo do respectivo tecto emissão.
Protecção do solo	Estratégia temática de protecção do solo	Deve ser dada especial atenção à prevenção da erosão, deterioração, contaminação e desertificação, de modo a assegurar uma protecção do solo de forma mais completa e sistemática.

6.7.2. Situação Actual

Qualidade da Água⁵⁶

De acordo com o Instituto da Água, em 2005, a qualidade da água superficial foi classificada como *Muito Má* em 19 estações de monitorização, *Má* em 17, *Razoável* em 29, *Boa* em 13, e *Excelente* em nenhuma. Assim, o panorama descrito justifica preocupações, sendo necessário uma redução efectiva das pressões de origem urbana, industrial e agrícola, tanto tópicos como difusos.

Nos últimos anos foram realizados investimentos importantes ao nível das infra-estruturas relacionadas com o ciclo urbano da água, mas continuam a existir significativas carências (Figura 26). Em 2003, cerca de 92% da população residente em Portugal tinha abastecimento de água no domicílio. A nível regional verifica-se que apenas a Região Norte se encontra ainda longe dos objectivos do PEAASAR, com apenas 83% da população servida (Figura 27).

O sector do saneamento de águas residuais está mais distante de atingir os objectivos: em 2003 os níveis de atendimento para a população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais eram de 74% e 60% respectivamente, ainda longe do objectivo de 90% preconizado no PEAASAR (Figura 26). As Regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve são as que estão mais próximas do objectivo contrastando com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Figura 27).

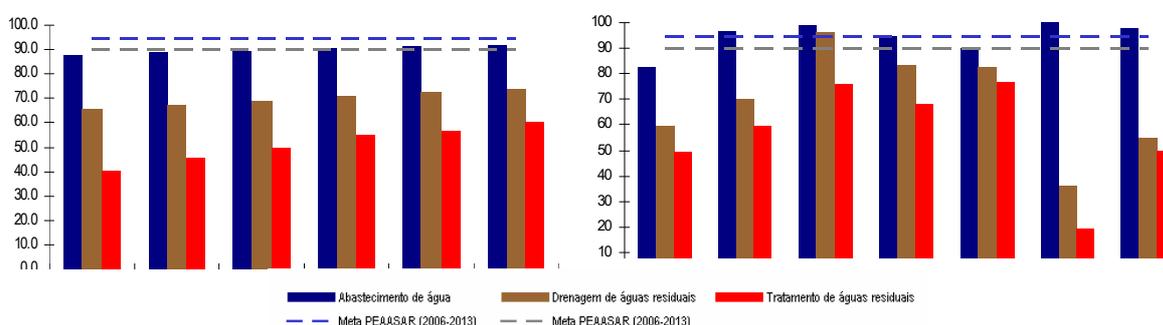


Figura 26 – Níveis de atendimento para abastecimento de água e saneamento de águas residuais (Fonte: IA 2006)

Figura 27 - Níveis de atendimento para abastecimento de água e saneamento de águas residuais para 2003 (Fonte: IA, 2006)

Qualidade do Ar⁵⁷

As principais fontes de emissão para cada poluente, em 2000, distribuíam-se da seguinte forma:

- As emissões de SO₂ são sobretudo devidas à combustão na oferta de energia (65.8% das emissões totais), e ainda no sector da indústria e construção (28.9%);
- O transporte rodoviário contribui com mais de 37.0% das emissões totais de NO_x, seguido pela combustão na oferta de energia (27.2%);
- As emissões de COVNM são, na sua maioria (cerca de 43.0%), geradas na indústria e construção, seguidos pelos transportes (24.2%) e o sector doméstico (15.0%);

⁵⁶ Fonte: REA 2004 e PEAASAR II

⁵⁷ Fontes: Estratégia temática sobre poluição Atmosférica, Instituto do Ambiente, Março de 2006; Estudos de Base do PTEN, Instituto do Ambiente, Maio de 2004; REA 2004.

- A agricultura e pecuária são responsáveis por cerca de 86.4% das emissões de NH₃.

O REA 2004 refere melhorias significativas ao nível das substâncias acidificantes e eutrofizantes, tendo-se reduzido em 2003 as emissões em cerca de 16% face aos valores de 1990, no sentido da aproximação dos compromissos assumidos para 2010. Para o ozono troposférico a situação é negativa, tendo-se verificado um aumento de 1.5%, de 1990 a 2003, das emissões de gases precursores⁵⁸ do ozono troposférico.

A rede de monitorização da qualidade do ar, a nível nacional, tem vindo a ser alargada. O acesso do público à informação sobre qualidade do ar e das suas consequências na saúde tem vindo a melhorar, e está em curso o desenvolvimento de um sistema de previsão dos níveis de ozono ao nível do solo.

Protecção do Solo⁵⁹

A contaminação dos solos encontra-se normalmente associada às actividades industriais. Em Portugal continental, as áreas industriais mais importantes encontram-se localizadas no litoral (Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines). Por seu lado, a indústria extractiva (histórica e actual) representa também um importante foco de poluição do solo.

A Estratégia Temática da UE sobre Protecção do Solo identifica como principais ameaças para o solo: erosão; diminuição da matéria orgânica; contaminação; impermeabilização; compactação; diminuição da biodiversidade; salinização; cheias e desabamentos de terras. É referido, também, que não há indícios de que as tendências negativas dos processos de degradação estejam a sofrer uma inversão significativa. Pelo contrário, alguns processos de degradação aumentaram nas últimas décadas.

Os aspectos relacionados com o uso do solo foram tratados na secção 5.4 (Ordenamento do território e desenvolvimento regional), sendo os aspectos relacionados com erosão e desertificação abordados no próxima secção (Riscos naturais e tecnológicos).

Gestão de Resíduos

Portugal apresenta uma das mais baixas capitações de resíduos urbanos da UE: cerca de 1.2 kg/habitante.dia em 2004, mas com uma tendência crescente, como se observa na Figura 28. Por este motivo, não devem ser descuradas as medidas e acções no âmbito da prevenção da produção de resíduos.

Em 2004 cerca de 66% dos Resíduos Urbanos (RU) produzidos tiveram como destino final o aterro sanitário, 20% a incineração, 7% a compostagem e 7% a recolha selectiva. Os valores de compostagem e recolha selectiva estão ainda longe das metas estabelecidas. No âmbito da valorização de resíduos, têm vindo a ser cumpridas as metas de reciclagem para resíduos sólidos urbanos, excepto para a fileira dos plásticos.

Segundo o REA 2004, foram produzidas, em 2002, cerca de 13 milhões de toneladas de resíduos industriais dos quais aproximadamente 1.4% são considerados perigosos. A região de Lisboa é a que apresenta maior produção de resíduos industriais, banais e perigosos, seguida

⁵⁸ NOx e COVNM são os principais precursores do ozono.

⁵⁹ Fonte: Estratégia Temática para a Protecção do Solo - COM(2002) 179 final

da região Centro. Em 2003 foram produzidas cerca de 64 mil toneladas de resíduos hospitalares (RH) nos Hospitais e Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde, das quais apenas 11 mil toneladas correspondem a resíduos perigosos.

A gestão de resíduos industriais baseia-se na implementação de centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos (CIRVER), unidades integradas que permitem viabilizar uma solução específica para cada tipo de resíduo, de forma a otimizar as condições de tratamento e a minimizar os custos.

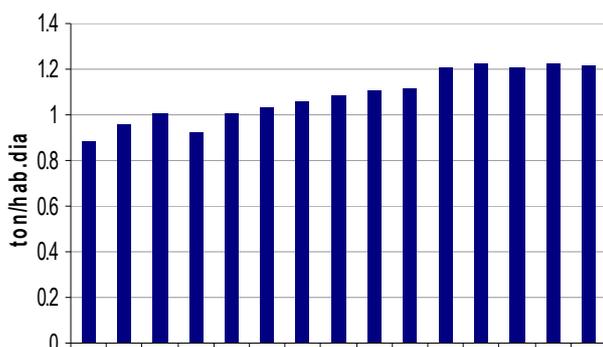


Figura 28 – Capitação de Resíduos Urbanos em Portugal (Fonte: IA, 2006)

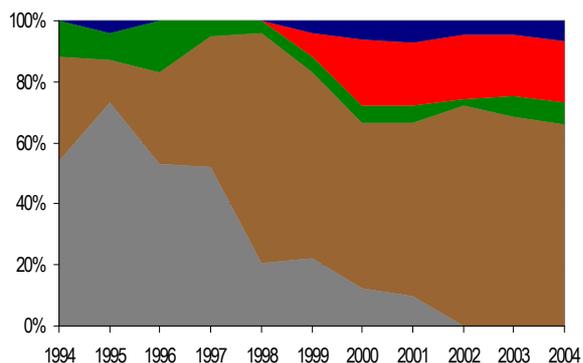


Figura 29 - Tratamento e destino final dos Resíduos Urbanos em Portugal Continental (Fonte: IA, 2006)

6.7.3. Tendências de Evolução

Qualidade da Água

As pressões sobre os recursos hídricos tendem a acentuar-se, sobretudo no litoral, nas zonas urbanas e industriais, requerendo intervenções adequadas. O ritmo de realização das infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais necessárias para o cumprimento do PEAASAR II será muito prejudicado na ausência de apoios ao investimento associados à execução dos PO, pela falta de capacidade de auto-financiamento do sector para executar os investimentos necessários.

Qualidade do Ar

As tendências de evolução a nível de qualidade do ar são positivas no que diz respeito às substâncias acidificantes, sendo necessário esforços adicionais no sentido de cumprimento dos tectos de emissão para COVNM, um dos principais percussores do ozono troposférico. Para os restantes poluentes, o cumprimento dos tectos de emissão nacional depende, em absoluto, da implementação plena dos instrumentos de política em vigor, até 2010.

Protecção do Solo

A recuperação de locais contaminados, nomeadamente zonas mineiras abandonadas, necessita de financiamento, sendo a sua execução prejudicada na ausência de QREN.

Gestão de Resíduos

O país está ainda carenciado de infra-estruturas de valorização e tratamento de resíduos que permitam uma redução substancial dos quantitativos depositados em aterro sanitário. Para tal são necessários investimentos, cujo financiamento está dependente da afectação de fundos comunitários para o sector.

6.8. Riscos Naturais e Tecnológicos

As sociedades modernas estão cada vez mais expostas a riscos naturais e tecnológicos que podem ter importantes implicações económicas, sociais e ambientais. A vulnerabilidade das sociedades aos riscos depende em grande medida do seu grau de preparação. O risco é o resultado da interacção entre a ameaça de acidente (a probabilidade de ocorrência física) a exposição de uma comunidade (estrutura social) e a sua vulnerabilidade (grau de preparação para acidentes).

Para evitar a ocorrência de acidentes graves, catástrofes ou calamidades são necessárias medidas e práticas adequadas de prevenção e minimização de riscos. A preparação permite uma redução de vulnerabilidades e uma atenuação da gravidade das consequências dos desastres, auxiliando a intervenção da protecção civil em resposta a situações de emergência.

Dos vários tipos de riscos naturais e tecnológicos, consideram-se mais relevantes, no âmbito da presente AAE, os seguintes:

- Poluição marítima por hidrocarbonetos
- Erosão costeira
- Incêndios florestais
- Seca e desertificação
- Cheias
- Sismos
- Substâncias perigosas

Em seguida descrevem-se os principais objectivos, a situação actual e as tendências de evolução para os sete tipos de riscos.

6.8.1. Objectivos e Metas

No Quadro 10 sintetizam-se os principais objectivos e metas associados aos diferentes tipos de riscos considerados.

Quadro 10 – Principais objectivos e metas associados aos diferentes tipos de risco

Risco	Estratégia ou plano	Objectivos e metas
Poluição marítima por hidrocarbonetos		Melhoria da vigilância e aumento da capacidade de resposta em caso de derrame
Erosão costeira	POOC	Concretização das acções e intervenções previstas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).
Incêndios florestais	PNDFCI ⁶⁰	Redução da área ardida a menos de 100 000 ha/ano em 2012
Seca e desertificação	PANDC ⁶¹	Redução da susceptibilidade do território nacional à desertificação
Cheias		Minimização de danos materiais e humanos decorrentes de cheias
Sismos		Minimização de danos materiais e humanos decorrentes da actividade sísmica
Substâncias perigosas		Cumprimento e fiscalização adequada da legislação na matéria

6.8.2. Situação Actual

Poluição marítima por hidrocarbonetos⁶²

O mar é um dos recursos naturais mais importantes para Portugal. A Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL), regulamenta todas as formas de poluição marinha, excepto as disposições referentes aos resíduos produzidos em terra e despejados no mar. Na Figura 30 observa-se a incidência espacial de grandes derrames causados por petroleiros na Europa. Verifica-se uma elevada incidência de derrames superiores a 10 mil toneladas na costa atlântica, em parte devido às exigentes condições climáticas da zona.

Em 2002, foi criada a Agência Europeia para a Segurança Marítima (EMSA), com o objectivo global de contribuir para uma progressiva melhoria da segurança nas águas da UE. Na Figura 31 apresenta-se a capacidade de resposta a acidentes por parte dos diferentes países europeus, em termos de navios disponíveis e respectiva capacidade de armazenagem. Verifica-se uma fraca disponibilidade de navios no Atlântico Norte, tanto em quantidade como em capacidade de armazenagem, situação que urge modificar. Portugal tem planeada a construção de dois navios patrulha com capacidade de 200 m³ de armazenamento que se prevê estarem operacionais em 2007.

A EMSA tem também responsabilidades no apoio à vigilância contra a poluição. A existência de um sistema operacional para facilitar a identificação dos responsáveis pela poluição, poderá contribuir para a protecção eficaz de toda a costa da UE contra os derrames acidentais e deliberados de petróleo e outros poluentes.

⁶⁰ PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 65/2006 de 26 de Maio.

⁶¹ PANCD - Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, Resolução de Conselho de Ministros 69/99, de 17 de Junho. Internet: <http://panda.igeo.pt/pancd/>

⁶² Baseado na informação disponibilizada pela Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA). Internet: <http://www.emsa.europa.eu>



Figura 30 - Grandes derrames causados por petroleiros desde 1984 (Fonte: EMSA)
Círculos vermelhos – derrames superiores a 7 000 ton
Círculos vermelhos sublinhados a amarelo – derrames superiores a 10 000 ton



Figura 31 – Distribuição de navios de resposta e respectiva capacidade de armazenagem (Fonte: EMSA)
Círculos amarelos – 50 a 299 m³ de capacidade
Círculos azuis – 300 a 999 m³ de capacidade
Círculos vermelhos – 1000 a 3500 m³ de capacidade

Erosão costeira

A erosão costeira está associada a um fenómeno essencialmente natural: a subida relativa do nível médio do mar. No entanto, os fenómenos resultantes da intervenção humana no litoral aceleram o processo, contribuindo para uma maior erosão costeira. Para Portugal, o REA 2004 identifica os seguintes aspectos no domínio da erosão costeira:

- Os troços de litoral mais intensamente sujeitos a erosão marinha no território continental correspondem às áreas de costa baixa arenosa, coincidindo muitas vezes com locais onde existe uma elevada pressão urbana;
- O Norte e o Centro do país foram as regiões que apresentaram os valores mais elevados de taxas médias de recuo do litoral;
- Em 2001 a extensão da erosão da costa portuguesa elevou-se a 28,5%, colocando Portugal entre os países da UE mais afectados por este fenómeno.

Muitos dos problemas relacionados com a erosão costeira podem ser minimizados pela implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), os quais abrangem uma faixa ao longo do litoral, designada por zona terrestre de protecção, que visa a valorização e gestão dos recursos presentes no litoral.

O processo de erosão costeira tem obrigado o INAG a realizar diversas intervenções, umas planeadas e estruturadas, outras executadas em condições de emergência em zonas sensíveis, onde a segurança de bens e pessoas pode estar em causa. Estas intervenções incluem operações de reparação e manutenção de obras de protecção costeira já existentes (que protegem frentes edificadas), da execução de obras novas previstas em POOC, de alimentação artificial de praias, da reconstituição e preservação de cordões dunares e consolidação de arribas. Muitas destas intervenções têm sido financiadas no âmbito dos fundos estruturais⁶³.

Incêndios florestais

O território nacional tem sido afectado, nos últimos anos, por graves incêndios que causaram danos materiais e ambientais consideráveis. Na Figura 32 podem observar-se as áreas

⁶³ As principais intervenções na orla costeira efectuadas desde 1995 estão listadas no sítio do Instituto da Água: http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/obras/int_o_costeira_01.html

queimadas para os períodos de 1990-1996 e 1997-2004, verificando-se uma maior incidência nas Regiões Centro e Norte, mas também no Algarve (serra de Monchique). Na Figura 33 apresenta-se a Carta de Risco de Incêndio de 2004 elaborada pela Direcção Geral dos Recursos Florestais. As áreas de maior risco de incêndio são as zonas interiores a Norte do Tejo, as regiões de Trás-os-Montes e Minho interior, bem como a zona montanhosa do Sudoeste Algarvio.

As áreas protegidas têm sido particularmente afectadas pelos incêndios: em 2003 arderam 28 000 ha nas AP do país destacando-se o caso do Parque Natural de S. Mamede (cerca de 10 000 ha ardidos) e o Parque Natural da Serra da Estrela (cerca de 9 000 ha)⁶⁴.

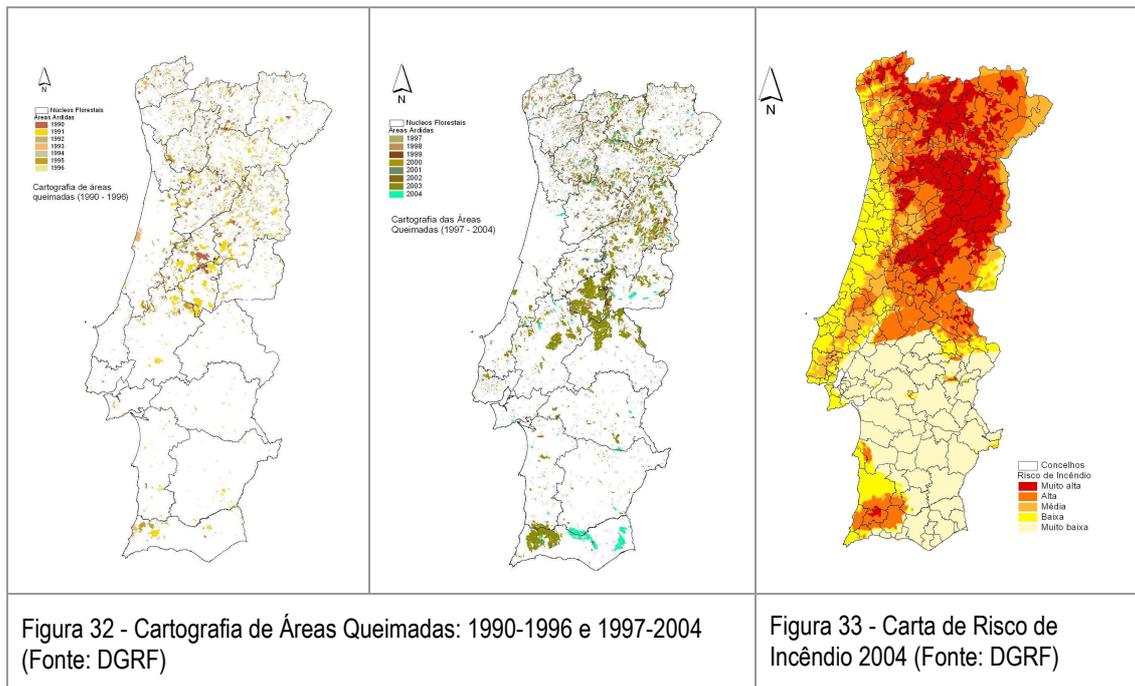


Figura 32 - Cartografia de Áreas Queimadas: 1990-1996 e 1997-2004 (Fonte: DGRF)

Figura 33 - Carta de Risco de Incêndio 2004 (Fonte: DGRF)

Em Maio 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) que visa fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais. Em articulação com o PNDFCI, foi aprovado⁶⁵ o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI) que prevê o conjunto de medidas e acções estruturais e operacionais relativas à prevenção e protecção das florestas contra incêndios, nas vertentes de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infra-estruturação, vigilância, detecção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no sector florestal.

Seca e desertificação⁶⁶

Geralmente uma seca é entendida como uma condição física transitória caracterizada pela escassez de água, associada a períodos extremos de reduzida precipitação mais ou menos longos, com repercussões significativas nos ecossistemas e nas actividades socio-económicas. Distingue-se das restantes catástrofes por o seu desencadeamento se processar de forma mais

⁶⁴ Segundo o Estudo Temático sobre Ambiente e Prevenção de Riscos

⁶⁵ Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho.

⁶⁶ Baseado no Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e no REA 2003

imperceptível, a sua progressão ser mais lenta, a ocorrência arrastar-se por um maior período de tempo, poder atingir áreas muito maiores e a sua recuperação processar-se de um modo mais lento.

As situações de seca são frequentes em Portugal continental, sobretudo nas regiões do Interior Norte e Centro e no Sul do País, estando intimamente ligadas à desertificação. A desertificação é um processo complexo, associado a situações de carência hídrica que, uma vez iniciado, é de difícil reversão, afectando extensas áreas. As suas manifestações incluem a salinização dos solos, o aumento do escoamento superficial e erosão hídrica acelerada do solo, a redução da biodiversidade e a redução da produtividade agrícola, conduzindo ao empobrecimento das comunidades humanas dependentes destes ecossistemas.

A desertificação é um dos mais graves problemas da actualidade, uma vez que tem implicações evidentes de âmbito social, económico e ambiental. De acordo com as Nações Unidas, a desertificação e a seca já afectaram 1/6 da população mundial e aproximadamente 30% dos territórios continentais do Planeta.

Na sequência da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, foi aprovado, em Portugal, o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)⁶⁷, com o intuito de classificar as regiões do país de acordo com a sua susceptibilidade à desertificação. Mais de um terço da área do território de Portugal Continental, em condições climáticas médias, está em risco de desertificação (36%). As áreas mais susceptíveis à desertificação situam-se no Alentejo, particularmente na bacia do Guadiana, no litoral algarvio, Vale do Douro, Trás-os-Montes e zona da raia na Beira Baixa (REA 2003).

Cheias⁶⁸

O Plano Nacional da Água define cheias como fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade, que fazem aumentar o caudal dos cursos de água, originando o extravase do leito normal e a inundação das margens e áreas circunvizinhas. O tempo que medeia entre a previsão de uma inundação e a sua concretização é um factor essencial para a preparação atempada das acções de socorro.

Segundo o Plano Nacional da Água, as situações mais críticas em termos de cheias situam-se nas bacias do Tejo (distrito de Santarém), Douro (distritos do Porto e Vila Real) e Vouga (distrito de Aveiro). Para dar uma resposta célere a situações de emergência, o Instituto da Água desenvolveu o Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH) que torna possível aceder, em tempo real, a toda a informação pertinente para a gestão das situações previsíveis ou declaradas de cheia. O Sistema permite visualizar informação sobre precipitações ocorridas em curtas durações, níveis e caudais em rios, bem como níveis, volumes armazenados e caudais afluentes e efluentes de albufeiras.

Sismos

O território de Portugal Continental tem sofrido, ao longo do tempo, as consequências de sismos de magnitude moderada a forte, que resultaram muitas vezes em danos importantes, como o

⁶⁷ Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 17 de Junho

⁶⁸ Baseado no Plano Nacional da Água

comprovam diversos relatos históricos. O risco sísmico no Continente é significativo: as maiores concentrações demográficas situam-se no litoral, precisamente nas áreas de maiores intensidades sísmicas observadas. Saliente-se ainda a situação da Região Autónoma dos Açores, dada a sua especificidade por se situar numa zona de instabilidade tectónica e vulcânica, sofrendo ciclicamente os efeitos de desastres naturais. Os danos humanos e materiais provocados dependem da prevenção e actuação perante a catástrofe.

Actualmente estão em curso um conjunto de estudos neste domínio, nomeadamente o Estudo de Risco Sísmico do Algarve e a realização de programas de simulação, e o desenvolvimento de um modelo de gestão de emergências.

Substâncias perigosas

Os riscos associados a acidentes graves envolvendo substâncias perigosas são tratados no âmbito da Directiva Seveso II⁶⁹ que tem como objectivos principais a prevenção de acidentes graves e a limitação das suas consequências. Refira-se também a importância dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POP), substâncias químicas que, possuindo certas propriedades tóxicas, resistem à degradação, o que as torna particularmente nocivas para a saúde humana e o ambiente. Os POP acumulam-se nos organismos vivos e propagam-se pelo ar, água e espécies migratórias, acumulando-se nos ecossistemas terrestres e aquáticos. O problema é portanto transfronteiriço, tornando indispensável acção a nível internacional, tendo sido adoptada⁷⁰ uma Convenção das Nações Unidas que visa a eliminação de 12 POP.

Para fazer face à elevada quantidade de substâncias e produtos químicos, a União Europeia desenvolveu o REACH⁷¹, um sistema integrado único de registo, avaliação e autorização de produtos químicos, e criou uma Agência Europeia dos Produtos Químicos. O sistema REACH determina que as empresas que fabriquem e importem produtos químicos avaliem os riscos decorrentes da sua utilização e tomem as medidas necessárias para gerir todos aqueles que identificarem. Trata-se de um instrumento fundamental para a prevenção do risco associado às substâncias e produtos químicos.

Síntese dos Riscos Naturais e Tecnológicos

Em síntese, constata-se a existência de instrumentos legais de prevenção e minimização de risco e actuação em situações de emergência. Também têm sido desenvolvidos diversos sistemas de monitorização e vigilância para os diferentes tipos de riscos.

A costa portuguesa é extremamente vulnerável a derrames de hidrocarbonetos provocados por petroleiros, tendo os incêndios florestais causado graves danos materiais e ambientais, nos últimos anos. A erosão costeira e o processo de desertificação do interior são, igualmente, situações críticas de riscos que parecem estar a intensificar-se. Note-se que estes riscos são de reversão relativamente lenta: as medidas que possam ser tomadas nestes domínios apenas têm efeitos a longo-prazo, não deixando, no entanto, de ser urgentes.

⁶⁹ Directiva do Conselho 96/82/CE (Seveso II), relativa à prevenção e controlo dos perigos de acidentes graves, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei nº 164/2001 de 23 de Maio.

⁷⁰ A Convenção foi adoptada por 150 governos, incluindo os Estados-Membros da UE, e pelo Conselho, em nome da União Europeia, por ocasião da Conferência de Estocolmo de 22 e 23 de Maio de 2001. Entrou em vigor em 17 de Maio de 2004. Portugal aprovou a Convenção através do Decreto nº 15/2004 de 3 de Junho.

⁷¹ Mais informação em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l21282.htm>

O PNPTOT inclui, na sua versão para discussão pública, uma carta de riscos que resume num só mapa, grande parte dos riscos acima referidos (Figura 34).

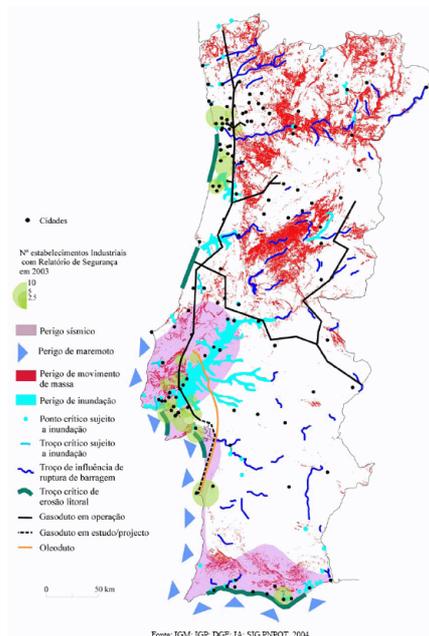


Figura 34 – Riscos em Portugal Continental (Fonte: PNPTOT)

6.8.3. Tendências de Evolução

A capacidade de resposta face a situações de risco tem vindo a melhorar, embora a prevenção e preparação para emergências careçam de meios financeiros, que serão previsivelmente insuficientes na ausência do apoio de fundos comunitários.

As tendências de evolução no domínio da erosão costeira são francamente negativas, tendo nos últimos anos sido registadas taxas médias de recuo anual da costa que chegaram a atingir os 9 metros. Também a seca e desertificação e os incêndios florestais são riscos que se têm vindo a acentuar nos últimos anos.

A vulnerabilidade das populações a riscos naturais e tecnológicos está muito relacionada com problemas de ordenamento do território e desenvolvimento regional. A correcção de assimetrias regionais, com a fixação da população nas regiões do interior e uma diminuição da pressão sobre o litoral, o ordenamento da floresta, bem como a política de desenvolvimento rural, podem contribuir para inverter os fenómenos de erosão, de desertificação e reduzir o risco de incêndio. A política de coesão visa corrigir estes desequilíbrios regionais, sendo previsível uma evolução negativa da situação na ausência do QREN.

6.9. Síntese

No Quadro 11 apresenta-se uma síntese da avaliação da situação actual do país para os diferentes factores ambientais e de sustentabilidade avaliados na presente AAE, bem como a indicação da projecção das tendências de evolução expectáveis na ausência do QREN.

Quadro 11 – Síntese da avaliação do estado actual do ambiente e das tendências de evolução sem QREN

Factores ambientais e de sustentabilidade	Sub-temas/ Indicadores	Situação actual	Tendências de evolução sem QREN
Governança	Transparência, participação, responsabilidade, eficácia, coerência		↪
Desenvolvimento Humano	Saúde		→
	Pobreza		→
Utilização de Recursos	Consumo de materiais e produtividade de recursos na economia		→
Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Ocupação e uso do solo		↪
	Evolução da população		↪
Alterações Climáticas	Emissões de gases com efeito de estufa		↪
Biodiversidade	Áreas com estatuto de protecção com planos de ordenamento		→
	Fragmentação de ecossistemas		↪
Qualidade do Ambiente	Qualidade da água		↪
	Protecção do solo		→
	Gestão de resíduos		↪
	Qualidade do Ar		↪
Riscos Naturais e Tecnológicos	Erosão costeira, derrames de hidrocarbonetos, incêndios, secas, desertificação, cheias, sismos, substâncias perigosas		↪

Legenda:

Distância à situação desejável (objectivos e metas)				
	Muito distante	Distante	Próximo	Muito próximo
Tendências de evolução	↪		→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas		Sem alteração significativa	
			↪	
			Positiva Aproximação aos objectivos e metas	

Apesar dos esforços que têm sido realizados nos últimos anos para o controlo das pressões sobre os sistemas ambientais, o estado do ambiente em Portugal ainda não cumpre os padrões de qualidade desejáveis em muitas áreas. As principais ameaças relacionam-se com os problemas associados ao ordenamento do território, à intensidade na utilização de energia e materiais na economia portuguesa, à degradação da qualidade do ambiente e perda de biodiversidade, e ao controlo de diversos riscos naturais e tecnológicos. Da mesma forma, as

áreas da governança e do desenvolvimento humano têm vindo a registar sinais positivos apesar da distância ainda verificada face aos objectivos e metas preconizados para o país.

Simultaneamente, o país confronta-se actualmente com um conjunto de desafios de natureza ambiental a que se torna necessário dar resposta, tais como cumprir as obrigações do Protocolo de Quioto, sustentar o declínio da biodiversidade, atingir os objectivos nacionais em termos de saneamento básico, implementar a Lei-Quadro da Água, alcançar as metas de recuperação e valorização de resíduos, assegurar a protecção contra diversos tipos de riscos, o que exige um esforço de investimento por parte do sector público e dos agentes económicos.

Um outro conjunto de desafios importantes são os decorrentes das tendências e obrigações no domínio da governança (e.g. Convenção de Aarhus) que exigem uma alteração de diversos aspectos, designadamente no que se refere à abertura e transparência na actuação da administração, a promoção da cidadania e participação dos cidadãos nos processos de decisão, a modernização da administração e a difusão da adopção das tecnologias de informação e comunicação. Nos domínios da saúde e pobreza perspectivam-se igualmente desafios no sentido de assegurar um sistema de saúde que promova os princípios de coesão social e oportunidades para uma boa qualidade de vida de todos os cidadãos, bem como a criação de mecanismos eficazes para alterar a situação das populações que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Relativamente às tendências de evolução na ausência de QREN observa-se que, para a maioria dos factores de ambiente e sustentabilidade, é esperado um afastamento dos objectivos e metas, ou uma manutenção do estado actual.

7. Avaliação Estratégica de Impactes

Neste capítulo apresenta-se a avaliação estratégica dos impactes do conjunto dos PO do QREN objecto de avaliação nos factores de ambiente e sustentabilidade adoptados como base para a presente AAE. Tal como se referiu anteriormente, o exercício de avaliação de impactes foi realizado considerando, numa primeira fase, as Prioridades Operacionais Temáticas (POT) relativas à Agenda Operacional para os Factores de Competitividade e à Agenda Operacional para a Valorização do Território. Estas POT configuram diferentes tipologias de intervenção do QREN a nível operacional, apresentando, conseqüentemente, impactes de natureza distinta.

Na segunda fase, foi efectuada uma identificação das principais oportunidades, riscos e recomendações para cada um dos PO temáticos e regionais que constituem o objecto da presente avaliação, tendo como base a análise dos impactes associados às POT, bem como os resultados do processo de consulta pública, em particular o *workshop* de discussão pública.

No final do capítulo é apresentada uma síntese global dos impactes e das principais recomendações, onde se analisam cumulativamente os impactes do conjunto das propostas de PO.

Tratando-se de uma avaliação de carácter essencialmente estratégico, e decorrente da própria natureza do QREN e das Agendas e Prioridades Operacionais Temáticas, que reflectem sobretudo uma identificação de prioridades e afectação de dotações financeiras, cuja materialização estará, em última análise, dependente da implementação das acções, a avaliação realizada traduz sobretudo uma identificação de potenciais impactes positivos e negativos, ou seja, uma identificação dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade associados ao QREN. Decorrentes desta identificação de riscos e oportunidades são também apresentadas as principais recomendações que poderão contribuir, em cada caso, para potenciar os impactes positivos ou ultrapassar os principais obstáculos/riscos identificados.

7.1. Avaliação dos Impactes das Prioridades Operacionais Temáticas do QREN

Nas páginas seguintes apresenta-se um conjunto de tabelas que sintetizam a identificação de impactes e as correspondentes recomendações para as POT incluídas em cada uma das Agendas Operacionais, segundo os factores de ambiente e sustentabilidade analisados. Note-se que algumas POT são avaliadas conjuntamente, por se ter considerado que incluíam intervenções com impactes ambientais de natureza semelhante.

Para cada POT/grupo de POT é também apresentada uma análise da incidência das intervenções previstas, e correspondentes impactes, nos diferentes PO Temáticos e Regionais, bem como uma avaliação global e recomendações de natureza transversal, que poderão contribuir para maximizar o seu potencial contributo para o desenvolvimento sustentável, ou para acautelar eventuais riscos para a sustentabilidade.

Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade

“Abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação e do desenvolvimento tecnológico, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto.”

Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Sistemas de incentivos à I&DT empresarial, através do desenvolvimento de projectos de I&DT por empresas de forma individual, colectiva ou em consórcio com outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), da criação de núcleos de I&DT nas empresas, de projectos e actividades de demonstração tecnológica e da participação em programas europeus de I&DT. Apoios às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional através do desenvolvimento de projectos de I&DT por entidades do Ensino Superior, Estado e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos em domínios prioritários para o desenvolvimento económico e competitivo do país, do estímulo à respectiva participação em programas europeus de I&DT e do apoio a projectos e actividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos junto do tecido empresarial.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Os incentivos poderão ter impactes positivos a médio e longo prazo na promoção de uma cultura de excelência e de um modelo organizacional mais adequado nas entidades financiadas, criando condições para a melhoria da relação entre os cidadãos e os sistemas público e privado. A implementação de projectos de I&D em empresas e parcerias com entidades do STCN poderá contribuir para a melhoria da interface entre a ciência e a sociedade.	A produção do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico só terão impactes potencialmente negativos se negligenciarem o contacto com as novas necessidades de uma sociedade civil interessada em acompanhar, compreender e participar.	Os impactes positivos poderão ser potenciados se os projectos contemplarem a dimensão da governança, nomeadamente fomentando a transparência e a participação, permitindo assim um intercâmbio directo entre o conhecimento e a sociedade. Sugere-se ainda que sejam contemplados projectos no âmbito das ciências sociais que permitam acompanhar e compreender as mudanças necessárias a novos paradigmas de investigação.
Desenvolvimento humano	Esta intervenção gerará, potencialmente, externalidades positivas no desenvolvimento sócio-económico do país, nomeadamente através da qualificação dos recursos humanos, do aumento da eficiência das organizações, da inovação e da criação de novas oportunidades para os cidadãos e as empresas. Poderá, até, existir um impacte positivo directo associado à criação de emprego qualificado. Contudo, não se prevê que estes empregos possam vir a beneficiar grupos socio-económicos mais desfavorecidos e com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.	Importa avaliar o risco da orientação dos incentivos para áreas de elevado potencial de desenvolvimento científico e de incorporação do conhecimento no sistema sócio-económico, mas em que não se equilibram aspectos de ordem económica e social. É essencial promover a conciliação de aspectos de eficiência e equidade, atendendo nomeadamente à distribuição de rendimentos e de oportunidades entre diferentes grupos de cidadãos e regiões. A modernização tecnológica pode gerar situações localizadas e temporárias de desemprego, nomeadamente nalguns sectores industriais tradicionais.	Podem ser potenciados os impactes positivos através de uma boa articulação com as políticas sociais, designadamente ao nível da promoção de emprego qualificado, de actividades no âmbito da responsabilidade social, bem como de promoção da qualidade de vida numa lógica de promoção do desenvolvimento humano.

Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Sistemas de incentivos à I&DT empresarial, através do desenvolvimento de projectos de I&DT por empresas de forma individual, colectiva ou em consórcio com outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), da criação de núcleos de I&DT nas empresas, de projectos e actividades de demonstração tecnológica e da participação em programas europeus de I&DT. Apoios às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional através do desenvolvimento de projectos de I&DT por entidades do Ensino Superior, Estado e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos em domínios prioritários para o desenvolvimento económico e competitivo do país, do estímulo à respectiva participação em programas europeus de I&DT e do apoio a projectos e actividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos junto do tecido empresarial.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Utilização de recursos	O investimento em I&DT poderá contribuir para uma utilização mais sustentável dos recursos naturais se for aplicado, por exemplo, no desenvolvimento de tecnologias mais limpas e mais eco-eficientes. As tecnologias para utilização racional da água e da energia assumem particular relevância neste contexto. Uma aposta na investigação em energias renováveis de elevado potencial endógeno será muito positiva.	Caso não existam preocupações de eco-eficiência na selecção de projectos de I&DT, corre-se o risco de incentivar o desenvolvimento de tecnologias intensivas na utilização de recursos naturais e pouco eficientes.	Privilegiar tecnologias eco-eficientes, que permitam uma redução do consumo de recursos naturais e uma menor produção de resíduos e emissões. Um eventual desenvolvimento de projectos na área da ecologia industrial (através de parecerias entre centros de investigação e empresas do sector industrial) poderá contribuir para uma utilização mais sustentável dos recursos naturais. Salienta-se ainda que a investigação na área da "Gestão Sustentável de Recursos" é uma das prioridades do Sétimo Programa-Quadro para a Investigação da União Europeia (FP7).
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	O incentivo e a promoção de projectos de I&DT, envolvendo o tecido empresarial e os agentes do SCTN, poderão contribuir para a cooperação inter e intra-regional, dinamizando as economias regionais e assim contribuir para a uma melhor distribuição territorial da população, promovendo a descentralização espacial. Esta acção estratégica poderá assim contribuir directamente para o aumento da competitividade e da coesão territorial.	Poder-se-ão verificar potenciais situações de interferência negativa com o território caso esta acção estratégica sustente iniciativas de I&DT que promovam a utilização de práticas inadequadas de ordenamento do território e planeamento ambiental. Adicionalmente, poder-se-á também originar efeitos negativos se as acções com vista à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico descurarem o estabelecimento de parcerias e redes inter-regionais entre as instituições envolvidas.	Potenciar projectos que incidam directa ou indirectamente sobre o ordenamento do território, urbanismo e planeamento ambiental, e que contribuam para o desenvolvimento regional, aumentando a competitividade e coesão das regiões. Algumas das áreas a focar poderão estar associadas aos seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ desenvolvimento de indicadores que permitam avaliar o estado do território; ▪ aplicação de instrumentos de monitorização estratégica de políticas, planos e programas; ▪ utilização de novas tecnologias aplicadas à gestão e planeamento territorial (âmbito nacional, regional e local); ▪ desenvolvimento de modelos que relacionem a mobilidade e o ordenamento urbano. Importa associar esta acção com o estabelecimento e consolidação de redes de infra-estruturas de suporte a actividades alicerçadas em conhecimento, nomeadamente parques de ciência e tecnologia.

Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Sistemas de incentivos à I&DT empresarial, através do desenvolvimento de projectos de I&DT por empresas de forma individual, colectiva ou em consórcio com outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), da criação de núcleos de I&DT nas empresas, de projectos e actividades de demonstração tecnológica e da participação em programas europeus de I&DT. Apoios às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional através do desenvolvimento de projectos de I&DT por entidades do Ensino Superior, Estado e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos em domínios prioritários para o desenvolvimento económico e competitivo do país, do estímulo à respectiva participação em programas europeus de I&DT e do apoio a projectos e actividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos junto do tecido empresarial.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Alterações climáticas	A investigação em energias renováveis de elevado potencial endógeno ou em tecnologias mais limpas e energeticamente mais eficientes poderá contribuir para uma redução das emissões de GEE. Poderá também haver oportunidade para o desenvolvimento de projectos no domínio da arquitectura e construção bio-climáticas. O apoio a projectos no domínio da adaptação das populações e ecossistemas às AC poderá contribuir para melhorar a capacidade de resposta ao problema.	Se o desenvolvimento tecnológico não tiver em consideração as emissões de GEE associadas corre-se o risco de incentivar a investigação em projectos que agravem o problema das Alterações Climáticas.	Deve ser incentivado o desenvolvimento de projectos que contribuam directa ou indirectamente para uma redução das emissões de GEE, nomeadamente projectos na área das energias renováveis, da eficiência energética, na arquitectura bio-climática. Saliente-se que a Energia e as Alterações Climáticas são áreas prioritárias do FP7.
Biodiversidade	Uma aposta no avanço do conhecimento sobre a diversidade biológica e os serviços dos ecossistemas consubstancia oportunidades ao nível: <ul style="list-style-type: none"> da redução das pressões humanas sobre a biodiversidade (e.g. alterações do uso do solo; introdução de espécies exóticas, descargas de nutrientes, alterações climáticas); da promoção de uma utilização sustentável das componentes da biodiversidade; de uma maior eficácia na gestão de espécies e <i>habitats</i> protegidos. 	Determinados projectos de índole tecnológica poderão comportar os riscos de um aumento das pressões humanas sobre a biodiversidade (e.g. utilização de organismos geneticamente modificados) e de um afastamento dos cidadãos do contacto directo com os valores do património natural e da biodiversidade.	De acordo com os mais recentes objectivos da política nacional e comunitária neste domínio deve apostar-se em projectos que promovam a investigação sobre: <ul style="list-style-type: none"> o estado, tendências e distribuição de espécies e <i>habitats</i> de interesse para a conservação; o desenvolvimento e teste de medidas de prevenção e mitigação das pressões humanas sobre a biodiversidade; e o desenvolvimento e consolidação de indicadores-chave, bases de dados e inventários que possibilitem comparações a nível nacional, comunitário e internacional.
Qualidade do ambiente	Esta prioridade temática constitui uma oportunidade para o financiamento de projectos na área das tecnologias mais limpas, bem como no domínio das tecnologias ambientais e da monitorização ambiental em diversas áreas como recursos hídricos, protecção do solo, qualidade do ar, tratamento e valorização de resíduos.	Alguns projectos de desenvolvimento tecnológico podem afectar negativamente o ambiente caso não sejam consideradas preocupações ambientais no seu desenho e concepção.	Deve ser potenciada a investigação em tecnologias ambientais inovadoras e em novos métodos de monitorização que permitam uma melhoria da qualidade do ambiente.
Riscos naturais e tecnológicos	Impactes positivos associados ao apoio a projectos de I&DT no âmbito da avaliação e preparação para riscos naturais e tecnológicos.	Eventuais riscos tecnológicos associados a certo tipo de projectos de I&DT poderão ter efeitos negativos na saúde e no ambiente.	O princípio da precaução deve ser aplicado, não devendo a aposta na investigação e no conhecimento descuidar os aspectos relacionados coma incerteza associada a eventuais efeitos nocivos na saúde e no ambiente que certo tipo de tecnologias podem acarretar.

Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Sistemas de incentivos à I&DT empresarial, através do desenvolvimento de projectos de I&DT por empresas de forma individual, colectiva ou em consórcio com outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), da criação de núcleos de I&DT nas empresas, de projectos e actividades de demonstração tecnológica e da participação em programas europeus de I&DT. Apoios às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional através do desenvolvimento de projectos de I&DT por entidades do Ensino Superior, Estado e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos em domínios prioritários para o desenvolvimento económico e competitivo do país, do estímulo à respectiva participação em programas europeus de I&DT e do apoio a projectos e actividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos junto do tecido empresarial.

Síntese e Recomendações Transversais

Os incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico são globalmente positivos, podendo ser potenciados do ponto de vista ambiental caso sejam aplicados na sector do ambiente, no desenvolvimento de tecnologias mais limpas, mais eco-eficientes e que permitam uma utilização mais sustentável dos recursos. O Princípio da Precaução deve ser aplicado, de modo a que as inovações tecnológicas que se visa incentivar não originem novos riscos para a saúde humana e para os ecossistemas. A promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem económica, tecnológica, ambiental e social poderá potenciar o contributo para um desenvolvimento sustentável. O estabelecimento de redes de conhecimento e de parcerias entre empresas e as entidades do SCTN assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, potenciando o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e para a implementação de políticas, promovendo ainda uma melhor interface entre ciência e sociedade.

Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional

Sistemas de incentivos às empresas que envolvem um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estruturante onde se destacam a qualificação, a diferenciação, a diversificação e a inovação na produção de bens e serviços transaccionáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado. Disseminação de instrumentos alternativos de financiamento (de que são exemplos o capital de risco ou capital semente) que apresentam melhores condições para apoiar projectos de investimento empresarial com um forte cariz de inovação. Favorecimento e aceleração da alteração do perfil de especialização da economia, através do desenvolvimento de estratégias de criação de novos pólos de crescimento, a melhoria da oferta de serviços às empresas, reforçando e capacitando as infra-estruturas e equipamentos colectivos especializados, orientando as suas actividades para as necessidades das PME, e a promoção da formação de redes e de outras formas de parceria e cooperação empresarial (e entre empresas, entidades de I&DT e instituições de formação profissional, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração). Criação de Áreas de Acolhimento para a Inovação Empresarial (áreas de localização empresarial, parques tecnológicos, incubadoras, parques de ciência e tecnologia), promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação, estabelecimento e alargamento da rede logística regional, disseminação da banda larga (a nível académico-científico e no acesso universal), bem como a constituição de redes de energia.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Vai exigir a modernização do tecido empresarial a todos os níveis, o que implicará uma maior consciencialização do papel e responsabilidades das empresas na estrutura económica e social do país e das regiões. Exigirá uma nova cultura e organização das empresas o que potenciará uma nova atitude perante as características da governança. Estas exigências serão não só a nível interno (das empresas), mas também externas (com outras empresas, instituições, sociedade em geral) o que potenciará a governança.	Há o risco de algumas empresas não estarem preparadas para estes desafios.	Recomenda-se que os incentivos às empresas sejam acompanhados de formação adequada, para promover a modernização das empresas, não só material e tecnologicamente mas também a nível de atitude perante estes novos desafios. A lógica de eficiência colectiva vai exigir particularmente algumas das características da governança, nomeadamente transparência, responsabilidade, eficácia e coerência quer a nível das empresas, quer a nível da organização dos incentivos a nível nacional e regional. Actividades que envolvem inovação e risco exigem, mais do que outras, e particularmente das políticas públicas, todas as características da governança. Recomenda-se assim um cuidado especial neste factor.
Desenvolvimento humano	Haverá a oportunidade de apostar também em incentivar processos de responsabilidade social e na área de segurança no trabalho e saúde, poderá ter um impacte positivo tanto no domínio da pobreza, como da saúde. O ênfase na competitividade regional poderá atenuar alguns desequilíbrios, embora tal tenha que ser concertado com outras acções de forma a que tais apoios sejam eficazes. Todos estes incentivos irão potenciar a criação de novos empregos em áreas até agora pouco representativas, o que exigirá saltos qualitativos na qualificação da população e nas suas oportunidades de desenvolvimento.	Estes sistemas vão beneficiar apenas as empresas que tiverem capacidade para aderirem a estes novos modelos de crescimento e desenvolvimento, o que implicará provavelmente algum desemprego.	A ligação com a formação e qualificação de mão-de-obra especializada será fundamental para que estes incentivos consigam alcançar os seus objectivos. Não se devem descuidar processos de responsabilidade social. Recomenda-se uma articulação e ligação muito forte à agenda do potencial humano para investir na qualificação de pessoas nas áreas e regiões necessárias, de forma a potenciar todo este esforço. Áreas de desemprego (recente) onde existem já uma série de infra-estruturas e populações deverão ser privilegiadas para localização de algumas destas empresas. O aproveitamento de estruturas, edifícios, acessibilidade, etc, não deverá ser descuidado na selecção de áreas para desenvolvimento.

Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional

Sistemas de incentivos às empresas que envolvem um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estruturante onde se destacam a qualificação, a diferenciação, a diversificação e a inovação na produção de bens e serviços transaccionáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado. Disseminação de instrumentos alternativos de financiamento (de que são exemplos o capital de risco ou capital semente) que apresentam melhores condições para apoiar projectos de investimento empresarial com um forte cariz de inovação. Favorecimento e aceleração da alteração do perfil de especialização da economia, através do desenvolvimento de estratégias de criação de novos pólos de crescimento, a melhoria da oferta de serviços às empresas, reforçando e capacitando as infra-estruturas e equipamentos colectivos especializados, orientando as suas actividades para as necessidades das PME, e a promoção da formação de redes e de outras formas de parceria e cooperação empresarial (e entre empresas, entidades de I&DT e instituições de formação profissional, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração). Criação de Áreas de Acolhimento para a Inovação Empresarial (áreas de localização empresarial, parques tecnológicos, incubadoras, parques de ciência e tecnologia), promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação, estabelecimento e alargamento da rede logística regional, disseminação da banda larga (a nível académico-científico e no acesso universal), bem como a constituição de redes de energia.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Utilização de recursos	A inovação e renovação do padrão de especialização empresarial podem conduzir a um maior desenvolvimento tecnológico que estimule a eficiência energética a nível industrial e também a alterações de tecido empresarial, promovendo sectores e actividades menos poluentes e mais eco-eficientes. A criação de parques tecnológicos constitui uma oportunidade para a criação de sinergias de natureza ambiental entre diversas actividades contribuindo para uma maior eficiência na utilização de recursos.	As poupanças de recursos decorrentes do potencial aumento da eco-eficiência poderão não ser suficientes para compensar o acréscimo de consumo de recursos naturais associado ao aumento da produção e, conseqüentemente, da escala das actividades económicas, podendo assim haver um impacte negativo na utilização de recursos.	Recomenda-se que os incentivos sejam dirigidos preferencialmente a empresas que apostem em processos de produção eco-eficientes e pouco consumidores de recursos. Deverá igualmente promover-se o desenvolvimento de modelos empresariais sustentáveis, por exemplo orientados para a venda de serviços, que substituam a aquisição de bens de consumo. Importa incentivar a criação de sinergias entre diversos tipos de actividades económicas, o que pode ser potenciado pela criação de áreas de acolhimento para a inovação empresarial.
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	O incentivo e a promoção da competitividade, inovação e empreendedorismo, inter e intra-regional, poderão contribuir de forma relevante para uma melhor distribuição territorial da população, promovendo a descentralização espacial. Desta forma, poder-se-á apoiar a fixação das populações em territórios mais desfavorecidos. Paralelamente, esta acção estratégica poderá suportar directamente o aumento da competitividade, nomeadamente nas vertentes associadas à valorização de recursos humanos e à geração de iniciativas empresariais, contribuindo para a equidade inter-regional. Esta acção pode alicerçar o estabelecimento de uma rede nacional de infra-estruturas estratégicas de localização empresarial e de inovação, bem como para o ordenamento logístico do território.	Poder-se-ão verificar potenciais situações de interferência negativa com o território caso esta acção estratégica seja desenvolvida na ausência de critérios de ordenamento territorial, nomeadamente em relação à localização de novas instalações e respectivas acessibilidades. Acresce ainda salientar que se esta acção se traduzir essencialmente num reforço da dinâmica de desenvolvimento das regiões litorais e/ou mais desenvolvidas poderá contribuir para que se acentuem as assimetrias de desenvolvimento inter-territorial.	Importa que estas acções possam potenciar condições materiais equitativas de acesso aos serviços e funções urbanas. Apoiar a localização de organizações empresariais em faixas territoriais de interesse estratégico, nomeadamente em zonas de fronteira territorial, de modo a promover e desenvolver acções de cooperação transfronteiriça no plano económico, ambiental e social. Estimular a dinamização de pólos empresariais em unidades territoriais que estiveram ocupadas por instalações, nomeadamente industriais, que cessaram entretanto a sua actividade. Articular a localização de novas instalações empresariais com a disponibilidade de equipamentos, infra-estruturas e serviços de suporte base, evitando a duplicação e o desperdício de recursos; esta orientação deverá reflectir uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial de forma a garantir eficiência e a eficácia no desenvolvimento regional e permitir uma melhor gestão da ocupação e uso do solo.

Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional

Sistemas de incentivos às empresas que envolvem um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estruturante onde se destacam a qualificação, a diferenciação, a diversificação e a inovação na produção de bens e serviços transaccionáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado. Disseminação de instrumentos alternativos de financiamento (de que são exemplos o capital de risco ou capital semente) que apresentam melhores condições para apoiar projectos de investimento empresarial com um forte cariz de inovação. Favorecimento e aceleração da alteração do perfil de especialização da economia, através do desenvolvimento de estratégias de criação de novos pólos de crescimento, a melhoria da oferta de serviços às empresas, reforçando e capacitando as infra-estruturas e equipamentos colectivos especializados, orientando as suas actividades para as necessidades das PME, e a promoção da formação de redes e de outras formas de parceria e cooperação empresarial (e entre empresas, entidades de I&DT e instituições de formação profissional, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração). Criação de Áreas de Acolhimento para a Inovação Empresarial (áreas de localização empresarial, parques tecnológicos, incubadoras, parques de ciência e tecnologia), promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação, estabelecimento e alargamento da rede logística regional, disseminação da banda larga (a nível académico-científico e no acesso universal), bem como a constituição de redes de energia.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Alterações climáticas	A inovação e renovação do padrão de especialização empresarial constitui uma oportunidade para introduzir alterações significativas no sector empresarial e industrial que promovam as empresas mais eco-eficientes em prejuízo das actividades de elevada intensidade energética. A redução global das emissões de GEE associadas ao sector depende do sucesso desta renovação.	Apesar de eventuais ganhos de eco-eficiência, poderá haver um aumento da quantidade total emissões de GEE devido a um aumento da produção e consequentemente da escala das actividades económicas.	Deve ser evitado o incentivo a actividades de elevada intensidade energética, privilegiando o apoio a empresas que adoptem boas práticas ambientais, nomeadamente no âmbito das alterações climáticas. É essencial uma articulação entre os apoios às empresas previstos e as medidas propostas no PNAC para o sector, de modo a que não sejam dados sinais contraditórios. Recomenda-se ainda o incentivo a iniciativas que promovam a utilização de energias renováveis.
Biodiversidade	Podem esperar-se impactes indirectos com a aposta em estratégias de inovação e qualificação que valorizem a eco-eficiência e a conseqüente redução das pressões humanas sobre a biodiversidade. Estas acções estratégicas poderão criar oportunidades para o desenvolvimento de projectos de investimento empresarial e dinamização de parcerias inovadoras que promovam a utilização sustentável das componentes da biodiversidade (e.g. produtos e serviços associados às AP)	Poderão observar-se impactes directos resultantes de alterações do uso do solo e fragmentação de <i>habitats</i> em virtude da criação de novas redes e infra-estruturas, o que consubstanciará um risco para a integridade dos ecossistemas.	Recomenda-se o incentivo ao desenvolvimento de projectos inovadores com potencial para explorar vantagens competitivas nacionais associadas ao capital natural (e.g. agricultura biológica, eco-turismo). O apoio a estas acções deverá ser articulado com outros planos e programas (e.g. Plano de Desenvolvimento Rural). Deverá promover-se a adopção de práticas de responsabilidade social empresarial, nomeadamente orientadas para a conservação da biodiversidade.
Qualidade do ambiente	A qualidade do ambiente pode beneficiar de uma maior eco-eficiência no sector industrial. Um eventual apoio a empresas no sector do ambiente, que promovam a inovação ambiental, terá um impacte positivo directo no ambiente.	Eventuais impactes negativos dependentes da localização das infra-estruturas preconizadas, nomeadamente as áreas de acolhimento para a inovação empresarial.	Recomenda-se que o financiamento das actividades económicas inclua critérios que promovam um melhor desempenho ambiental a salvaguarda dos recursos naturais. Deve ser exigida responsabilidade ambiental às empresas e promovida a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental e a aplicação das Melhores Tecnologias Disponíveis.
Riscos naturais e tecnológicos	Uma modernização tecnológica pode levar à minimização da ocorrência de certo tipo de riscos, nomeadamente de natureza industrial.	Eventuais riscos associados a determinadas inovações tecnológicas podem ter efeitos negativos na saúde e no ambiente.	Deve ser aplicado o princípio da precaução, não devendo a aposta na inovação, desenvolvimento e competitividade descuidar os eventuais efeitos nocivos na saúde e no ambiente que algumas tecnologias acarretam.

Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional

Sistemas de incentivos às empresas que envolvem um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estruturante onde se destacam a qualificação, a diferenciação, a diversificação e a inovação na produção de bens e serviços transaccionáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado. Disseminação de instrumentos alternativos de financiamento (de que são exemplos o capital de risco ou capital semente) que apresentam melhores condições para apoiar projectos de investimento empresarial com um forte cariz de inovação. Favorecimento e aceleração da alteração do perfil de especialização da economia, através do desenvolvimento de estratégias de criação de novos pólos de crescimento, a melhoria da oferta de serviços às empresas, reforçando e capacitando as infra-estruturas e equipamentos colectivos especializados, orientando as suas actividades para as necessidades das PME, e a promoção da formação de redes e de outras formas de parceria e cooperação empresarial (e entre empresas, entidades de I&DT e instituições de formação profissional, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração). Criação de Áreas de Acolhimento para a Inovação Empresarial (áreas de localização empresarial, parques tecnológicos, incubadoras, parques de ciência e tecnologia), promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação, estabelecimento e alargamento da rede logística regional, disseminação da banda larga (a nível académico-científico e no acesso universal), bem como a constituição de redes de energia.

Síntese e Recomendações Transversais

Os incentivos à inovação, competitividade e modernização das empresas, que constituem grande parte do PO Factores de Competitividade e estão presentes em todos os PO Regionais, podem ser potenciados do ponto de vista ambiental se forem introduzidos critérios de eco-eficiência e adopção das melhores tecnologias disponíveis nos projectos a seleccionar, de modo a que seja possível ter uma economia mais competitiva e dinâmica, reduzindo simultaneamente a pressão sobre os recursos naturais, financiando actividades económicas que criem mais valor utilizando menos recursos (materiais, água e energia) e gerando menos poluição. Devem ser potenciadas boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade ambiental nas empresas e criação de sistemas de gestão ambiental. Do ponto de vista social é fundamental uma articulação entre a constituição de pólos empresariais e a existência de serviços e equipamentos sociais no âmbito, por exemplo, da saúde, educação e cultura. Deve ser apoiada, sempre que possível, a criação de centros de competência em tecnologias ambientais que respondam às necessidades dos sectores público e privado, permitindo reduzir a dependência do exterior para o cumprimento da legislação ambiental e potenciando a inovação e o aparecimento de núcleos competitivos em áreas específicas onde as exigências ambientais tenderão a ser crescentes no futuro.

Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Inovadoras

Simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos na Administração Pública Central Regional e Local; Promoção da Administração em Rede e do desenvolvimento do Governo Electrónico Central, Regional e Local; Qualificação do atendimento pelos serviços públicos centrais e regionais no seu interface com as empresas e com os cidadãos, incluindo o desenvolvimento de soluções institucionais de concentração sub-regional e municipal de serviços públicos e de facilitação do correspondente acesso em áreas de povoamento disperso e de baixa densidade; Melhoria da capacidade institucional pública para a monitorização e gestão do território. Desenvolvimento de projectos-piloto para a realização de acções inovadoras em matéria de política pública, constituindo espaços de aprendizagem e de teste a novas abordagens que propiciem melhores condições para concretização dos objectivos do QREN no âmbito da competitividade.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Esta POT pode contribuir positivamente para todos os aspectos da governança (melhorar a transparência, promover a participação, demonstrar responsabilidade, coerência e eficácia), constituindo uma excelente oportunidade para a recuperação do atraso indicado na situação de referência. O acesso generalizado à informação potenciará uma pro-actividade, da parte do Estado, das empresas e da sociedade em geral, que contribuirá para o desenvolvimento do país. As externalidades positivas destas prioridades contribuirão para o sucesso do QREN.	Existe o risco da concretização desta POT esquecer alguns aspectos da governança, e.g. promover a participação, que devem ser acautelados na selecção dos projectos a apoiar e das soluções a desenvolver para o sector público, sob pena de não se alcançarem os objectivos e transmitir uma mensagem de falta de vontade política.	Aproveitar esta prioridade para uma aposta assumida na área da governança, em todas as suas dimensões, não descurando a sua importância no desenvolvimento do país.
Desenvolvimento humano	Tanto na área da pobreza como da saúde, esperam-se impactes positivos, essencialmente decorrentes da melhoria dos serviços que lhes dão apoio.	Será necessário assegurar que as concentrações de serviços públicos não afectem populações, normalmente já desfavorecidas, por via de processos de isolamento.	Recomenda-se que haja um cuidado no compromisso entre as obrigações sociais do estado e a sua necessidade de modernização e melhorar a sua eficácia.
Utilização de recursos	Poderão haver impactes positivos neste factor associados ao aumento da produtividade de recursos e desmaterialização da economia associada à desburocratização da Administração Pública e à aposta na sociedade de informação.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	A introdução de novas tecnologias de informação e comunicação deve induzir uma poupança de recursos, por exemplo redução do consumo de papel, redução de deslocações (videoconferência).
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	Esta acção estratégica poderá ter impactes positivos na melhoria da capacidade institucional para conduzir programas de monitorização e gestão do território. A monitorização das políticas, planos e programas com incidência territorial constitui um pilar fundamental da política de ambiente e ordenamento do território; reforça o apoio à decisão e à gestão do território, que se pretende mais equilibrado e policêntrico. Todas as acções que contribuem para a desmaterialização das actividades económicas poderão originar efeitos positivos no ordenamento do território e desenvolvimento regional, mesmo que maioritariamente indirectos.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	-

Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Inovadoras

Simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos na Administração Pública Central Regional e Local; Promoção da Administração em Rede e do desenvolvimento do Governo Electrónico Central, Regional e Local; Qualificação do atendimento pelos serviços públicos centrais e regionais no seu interface com as empresas e com os cidadãos, incluindo o desenvolvimento de soluções institucionais de concentração sub-regional e municipal de serviços públicos e de facilitação do correspondente acesso em áreas de povoamento disperso e de baixa densidade; Melhoria da capacidade institucional pública para a monitorização e gestão do território. Desenvolvimento de projectos-piloto para a realização de acções inovadoras em matéria de política pública, constituindo espaços de aprendizagem e de teste a novas abordagens que propiciem melhores condições para concretização dos objectivos do QREN no âmbito da competitividade.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Alterações climáticas	Uma melhoria da capacidade institucional pode contribuir para uma implementação mais eficaz das medidas previstas no âmbito do PNAC.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	-
Biodiversidade	Estes eixos de programação podem criar oportunidades para o desenvolvimento de projectos que previsivelmente têm incidência no reforço da eficácia da governança nacional em matéria de biodiversidade.	Riscos associados a uma concentração excessiva dos organismos da administração com responsabilidades no desenvolvimento e implementação das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade, uma vez que estas requerem frequentemente uma intervenção de proximidade.	Devem privilegiar-se acções que promovam um reforço significativo da capacidade institucional pública para a monitorização e gestão das áreas territoriais com estatuto de protecção.
Qualidade do ambiente	Uma melhoria da capacidade institucional pode contribuir para uma implementação e fiscalização mais eficaz dos diversos instrumentos de planeamento no sector do ambiente.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	-
Riscos naturais e tecnológicos	Uma melhoria da capacidade institucional pode contribuir para uma melhor gestão do território e respectivos riscos associados.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	-

Síntese e Recomendações Transversais

Uma administração pública mais moderna e eficiente é um factor positivo que deve ser potenciado através de uma articulação eficaz com as medidas de apoio à competitividade, inovação e empreendedorismo. Uma melhoria da capacidade institucional pública tem impactes muito positivos a nível da governança, podendo contribuir para um aumento na eficácia da aplicação dos instrumentos de planeamento e monitorização do ambiente e do território. Estas acções estratégicas, focadas na Administração Pública, deverão ser articuladas com o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade para o sector público português. O Estado tem, por vezes, desconsiderado o contributo das suas actividades para originar impactes ambientais. Recentemente, a Administração Pública tem vindo a aperceber-se da necessidade de garantir a sustentabilidade das actividades que lhe são inerentes. Neste sentido, importa promover a adopção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, bem como a adopção de modelos de avaliação do desempenho ambiental e da sustentabilidade integrados num processo alargado de gestão e avaliação do desempenho da administração.

Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Impulsionar a criação e divulgação de novos conteúdos e serviços on-line, a generalização da utilização da Internet e a promoção de Regiões Digitais. Em termos estruturais, o desenvolvimento da sociedade da informação compreende instrumentos privilegiados para a utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação (TIC), no seio de uma economia e de uma sociedade que se pretendem cada vez mais baseadas no conhecimento.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	A aposta numa sociedade de informação terá impactes positivos a longo prazo no modo de organização e cultura da sociedade e na melhoria da relação entre os cidadãos e o sistema público e também o sistema privado. Potenciará a cidadania participada; o acesso à informação possibilita uma pro-actividade que pode ser muito positiva para o desenvolvimento do país.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica. Apenas devem ser controlados os riscos associados à exclusão de franjas da sociedade incapazes de acompanhar o processo de utilização generalizada das TIC como instrumentos de governança, bem como o risco de promover a partilha de informação excessiva e sem controlo de qualidade a par da que é fundamental.	A sociedade civil tenderá a exigir, de forma crescente, que o sector privado e o público respondam a características que a governança promove, pelo que importa assegurar que essa capacidade de resposta seja promovida nos projectos a apoiar.
Desenvolvimento humano	A eficácia e eficiência dos sistemas de saúde, segurança social, educação, bem como outros serviços de interesse geral, poderão aumentar, o que beneficiará todos os seus utilizadores.	Há um risco elevado de uma parte significativa da população, principalmente a da faixa etária mais elevada e a de menor qualificação, ficar prejudicada numa sociedade de informação que requer qualificações para a utilização das novas tecnologias.	A sociedade de informação deverá ser a norma, mas não exclusiva. Deverão acautelar-se muitas situações de potencial exclusão por impossibilidade da sua universalização. A sua implementação deverá também ser faseada, de modo a permitir uma adaptação gradual às suas exigências.
Utilização de recursos	Utilização mais eficiente de recursos devido a uma desburocratização da Administração Pública e de uma aposta na sociedade de informação.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	A introdução de novas TIC deve induzir uma poupança de recursos, por exemplo redução do consumo de papel, redução de deslocações (videoconferência).

Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Impulsionar a criação e divulgação de novos conteúdos e serviços on-line, a generalização da utilização da Internet e a promoção de Regiões Digitais. Em termos estruturais, o desenvolvimento da sociedade da informação compreende instrumentos privilegiados para a utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação (TIC), no seio de uma economia e de uma sociedade que se pretendem cada vez mais baseadas no conhecimento.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	A generalização da Internet, suportada pela disponibilização de infra-estruturas de comunicações de banda larga, é essencial para o desenvolvimento das regiões e para a redução das assimetrias regionais. Níveis elevados de qualidade de vida estão cada vez mais associados à possibilidade de opção por modos de vida locais, suportados por modelos de proximidade e melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade. Tal como sublinhado no PNPT, o lugar onde os portugueses vivem a sua vida deverá corresponder, cada vez mais, a uma selecção individual, e não a uma imposição penalizadora. A adopção de novos modelos de acessibilidade constitui um pilar essencial do desenvolvimento, onde a Internet de banda larga poderá constituir uma base para um novo quadro de escolha da residência. Saliente-se que este impacte também se poderá verificar, de forma análoga, ao nível da uma maior liberdade de escolha do local para instalar organizações privadas e públicas, em particular as de reduzida dimensão que fornecem serviços. Saliente-se que este impacte poderá gerar outros impactes positivos indirectos e cumulativos em vários factores ambientais.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	Associar a esta acção medidas de divulgação, comunicação e formação junto do potencial público-alvo das regiões digitais e da utilização da Internet. Importa também relacionar com esta acção estratégica a criação de incentivos de dinamização do mercado do trabalho a distância, de forma a potenciar os modos de vida locais e os correspondentes modelos de proximidade e melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade.
Alterações climáticas	O contributo das TIC para a adopção de modos de vida locais e de novos paradigmas de acessibilidade e localização de actividades poderá ter efeitos positivos nas emissões de GEE pela redução das necessidades de deslocação. As novas TIC, nomeadamente a Internet podem contribuir decisivamente no âmbito da informação e comunicação com o cidadão sobre esta temática, sensibilizando-o para as boas práticas ambientais.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	Associar a esta acção medidas de divulgação, comunicação e formação junto do potencial público-alvo das regiões digitais e da utilização da Internet.
Biodiversidade	Impactes positivos ao nível da comunicação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade e as funções dos ecossistemas.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	Impulsionar a criação, divulgação e dinamização dos conteúdos e serviços <i>on-line</i> associados às áreas protegidas nacionais.
Qualidade do ambiente	As novas TIC, nomeadamente a Internet podem contribuir decisivamente no âmbito da informação e comunicação com o cidadão sobre esta temática, sensibilizando-o para as boas práticas ambientais.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	Associar a esta acção medidas de divulgação, comunicação e formação junto do potencial público-alvo das regiões digitais e da utilização da Internet.

Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Impulsionar a criação e divulgação de novos conteúdos e serviços on-line, a generalização da utilização da Internet e a promoção de Regiões Digitais. Em termos estruturais, o desenvolvimento da sociedade da informação compreende instrumentos privilegiados para a utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação (TIC), no seio de uma economia e de uma sociedade que se pretendem cada vez mais baseadas no conhecimento.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Riscos naturais e tecnológicos	As TIC, nomeadamente a Internet, podem contribuir decisivamente no âmbito da informação e comunicação com o cidadão sobre esta temática, sendo ferramentas essenciais no desenvolvimento de sistemas de alerta a riscos naturais e tecnológicos.	Não se prevêem impactes negativos significativos decorrentes desta acção estratégica.	Associar a esta acção medidas de divulgação, comunicação e formação junto do potencial público-alvo das regiões digitais e da utilização da Internet.

Síntese e Recomendações Transversais

Uma aposta na sociedade de informação é globalmente positiva, sobretudo a nível social, no entanto, é preciso ter em atenção as situações de info-exclusão, principalmente nas faixas etárias mais elevadas e com menores qualificações. Uma aposta na sociedade de informação é extremamente positiva no âmbito da informação e comunicação ao cidadão, nomeadamente pela disponibilização de informação da natureza ambiental e por uma maior eficiência dos sistemas de alerta a riscos naturais e tecnológicos.

Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território

“Visa dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrangendo as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.”

Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade

Projectos prioritários: Rede Transeuropeia de Alta Velocidade Ferroviária (ligações Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto); Projecto Prioritário n.º 16 - Corredor Ferroviário de Transporte de Mercadorias Sines/Badajoz; Auto-estradas do Mar (contribuindo para a reorganização do sistema marítimo-portuário nacional); Novo Aeroporto de Lisboa. Melhoria das acessibilidades e mobilidade através da qualificação e modernização da rede ferroviária, conclusão das principais ligações rodoviárias (onde releva a transformação do IP4 em Auto-estrada no troço Vila Real – Bragança), bem como nas intervenções essenciais à promoção dos transportes públicos.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Não se prevêem impactes significativos.	Não se prevêem impactes significativos.	Recomenda-se que os princípios que informam a governança - transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência - sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação destes projectos
Desenvolvimento humano	A melhoria da conectividade, acessibilidades e mobilidade cria oportunidades para o crescimento económico e para o desenvolvimento humano através da aproximação de pessoas e lugares (e.g. maiores oportunidades de emprego, maior dinamismo da economia local, melhor acesso a serviços de saúde). Potenciais impactes positivos, decorrentes da criação de emprego por um período alargado. Também o investimento em transportes públicos será uma mais valia para uma parte significativa da população.	As ligações ferroviárias de alta velocidade, a modernização da rede ferroviária e o desenvolvimento de ligações rodoviárias poderão contribuir para um maior isolamento de populações residentes na área de implantação do projecto e não servidas por ligações às novas infra-estruturas.	Projectos de grande dimensão como os previstos nesta prioridade deverão atender a preocupações de responsabilidade social, de higiene e segurança no trabalho, e promoção de qualificação em sectores da população e áreas onde a criação de emprego seja previsível. Na selecção de alternativas e em acções complementares ao desenvolvimento dos projectos devem ser adoptadas soluções que minimizem os riscos apontados.
Utilização de recursos	Não se prevêem impactes positivos significativos.	O reforço da conectividade internacional e das acessibilidades engloba a construção de um conjunto significativo de infra-estruturas de transportes que implicam uma utilização intensiva de materiais e, conseqüentemente, um agravamento no consumo de materiais na economia.	Promover a utilização de materiais reciclados, nomeadamente material inerte proveniente do tratamento de escórias da incineração de RSU ou de resíduos de construção e demolição, na realização de algumas destas infra-estruturas de transportes, minimizando a extracção de matérias-primas.

Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade

Projectos prioritários: Rede Transeuropeia de Alta Velocidade Ferroviária (ligações Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto); Projecto Prioritário n.º 16 - Corredor Ferroviário de Transporte de Mercadorias Sines/Badajoz; Auto-estradas do Mar (contribuindo para a reorganização do sistema marítimo-portuário nacional); Novo Aeroporto de Lisboa. Melhoria das acessibilidades e mobilidade através da qualificação e modernização da rede ferroviária, conclusão das principais ligações rodoviárias (onde releva a transformação do IP4 em Auto-estrada no troço Vila Real – Bragança), bem como nas intervenções essenciais à promoção dos transportes públicos.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	Desta acção estratégica poderão resultar impactes positivos no desenvolvimento das regiões, através da melhoria da conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade. Estas infra-estruturas poderão assim ter um papel potencialmente importante no reforço da competitividade e da coesão nacional. Paralelamente, poderão ocorrer impactes positivos por via da criação de condições mais atractivos à fixação das populações nas regiões mais afastadas dos centros de decisão e desenvolvimento.	Antevêem-se impactes negativos muito significativos na ocupação e uso do solo, ao nível do aumento dos territórios artificializados e na interferência com áreas naturais e semi-naturais, com valor ambiental. Alguns dos projectos desta acção estratégica poderão colidir com a acção estratégica de Protecção e Valorização do Ambiente (e.g. as obras exteriores dos grandes portos são apontadas como uma das causas de erosão da costa portuguesa). Os impactes negativos que poderão ocorrer neste factor afectarão as regiões territoriais de forma desigual, pois estes efeitos estão marcadamente associadas à localização das infra-estruturas.	Garantir a que são propostas e avaliadas diferentes alternativas, realistas e viáveis, para os diferentes projectos em causa. Assegurar que todos os projectos de infra-estruturas serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental, e que os impactes no ordenamento do território são devidamente acautelados, nomeadamente ao nível da geração e selecção de alternativas.
Alterações climáticas	Uma maior aposta no transporte ferroviário poderá ter impactes positivos na redução de emissões de GEE associadas ao sector dos transportes se tal implicar uma diminuição do tráfego rodoviário, isto é, uma substituição efectiva de modos de transporte.	O aumento do tráfego aéreo potenciado pela construção do Novo Aeroporto de Lisboa, o reforço da rede rodoviária, bem como o aumento do tráfego marítimo devido à melhoria das acessibilidades aos grandes portos contribuem para um aumento das emissões de GEE.	As acções previstas para reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade devem ser integradas numa política de transportes coerente que desincentive a utilização do transporte rodoviário privado e que potencie os transportes colectivos, nomeadamente o ferroviário, de modo a que seja possível uma redução global das emissões de GEE associados ao sector dos transportes.
Biodiversidade	Não se prevêem impactes positivos significativos.	Impactes directos resultantes da construção das redes e infra-estruturas terrestres, conduzindo à alteração de uso do solo, destruição de habitats e efeito barreira. Prevêem-se igualmente impactes directos na integridade dos ecossistemas litorais com a criação das Auto-estradas do Mar.	Avaliação criteriosa das alternativas dos projectos prioritários, evitando-se a incidência de traçados em áreas classificadas, nomeadamente nas áreas da Rede Natura 2000.

Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade

Projectos prioritários: Rede Transeuropeia de Alta Velocidade Ferroviária (ligações Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto); Projecto Prioritário n.º 16 - Corredor Ferroviário de Transporte de Mercadorias Sines/Badajoz; Auto-estradas do Mar (contribuindo para a reorganização do sistema marítimo-portuário nacional); Novo Aeroporto de Lisboa. Melhoria das acessibilidades e mobilidade através da qualificação e modernização da rede ferroviária, conclusão das principais ligações rodoviárias (onde releva a transformação do IP4 em Auto-estrada no troço Vila Real – Bragança), bem como nas intervenções essenciais à promoção dos transportes públicos.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Qualidade do ambiente	Possibilidade de efeitos positivos na qualidade do ar, caso a modernização da rede de transporte ferroviário e a melhoria das redes urbanas de transportes colectivos conduza a uma redução do tráfego rodoviário.	Impactes negativos na qualidade do ar devido a um aumento do tráfego aéreo, marítimo e eventualmente rodoviário. Potencial afectação negativa do solo e recursos hídricos dependendo da localização específica e características dos projectos a realizar. As intervenções nos portos e o aumento do tráfego marítimo podem ter consequências negativas no ambiente marinho e zonas costeiras, muitas delas de especial sensibilidade ambiental. Aumento da produção de resíduos associados à construção de grandes infra-estruturas.	Como já foi referido deve ser assegurada uma adequada AIAI destes projectos, que, face à sua dimensão e complexidade, devem ser alvo de um acompanhamento ambiental exigente que permita a minimização e compensação dos impactes ambientais negativos que parecem ser significativos. Adopção de práticas de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas.
Riscos naturais e tecnológicos	Potencial redução do dano no caso de acidente com aeronaves devido à desactivação do Aeroporto da Portela localizado numa zona urbana de elevada densidade populacional.	Aumento dos riscos associados à poluição por hidrocarbonetos devido ao aumento do tráfego marítimo. Eventual aumento do risco de cheias causadas por uma maior artificialização do território.	Os processos de Avaliação de Impacte Ambiental devem ter em conta os diversos tipos de risco que este tipo de infra-estruturas de grande dimensão normalmente acarreta.

Síntese e Recomendações Transversais

As redes e infra-estruturas de grande dimensão previstas apresentam impactes ambientais potencialmente muito negativos, nomeadamente ao nível da ocupação do solo, da utilização de recursos, da biodiversidade e da qualidade do ambiente. Deve garantir-se que os projectos de infra-estruturas serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor, devendo ser sujeitos a um acompanhamento ambiental exigente nas fases de construção e operação, que permita a minimização dos impactes identificados e contribua para a sua adequada gestão ambiental. Deve, nomeadamente, assegurar-se que é apresentada a justificação da necessidade dos projectos, bem como que são identificados os visados pelos projectos (*para quê? para quem?*) e garantir que são propostas e avaliadas diferentes alternativas, realistas e viáveis, para os diferentes projectos em causa. Deverá ser promovida a adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias, nomeadamente através da adopção de SGA e/ou de métodos de Construção Sustentável.

Protecção e Valorização do Ambiente

Acções no domínio do ciclo urbano da água; valorização de resíduos sólidos urbanos; prevenção de riscos (erosão costeira, desertificação, secas e cheias, incêndios florestais, descontaminação de solos); valorização do património natural (em articulação com o PO de Desenvolvimento Rural co-financiado pelo FEADER). Desenvolvimento de um sistema global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Impactes positivos decorrentes dos objectivos preconizados para esta prioridade nomeadamente para o sistema global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos.	Não se verificam impactes negativos	Recomenda-se que todos os princípios que informam a governança sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação destes projectos.
Desenvolvimento humano	Melhorias na saúde humana decorrentes de uma melhoria da qualidade do ambiente, nomeadamente nos sectores da água, águas residuais e resíduos. Decorrente do sucesso do sistema preconizado para lidar com os riscos naturais e tecnológicos, prevê-se a melhoria de situação de populações que vivem em áreas de risco e que frequentemente coincidem com populações de alguma forma desfavorecidas.	Não se verificam impactes negativos	
Utilização de recursos	O aumento das taxas de reciclagem de RSU tem um efeito muito positivo neste factor. A melhoria da rede de abastecimento de água pode contribuir para uma redução das perdas e consequentemente para um uso mais eficiente da água.	Centrar a qualificação ambiental no domínio das infra-estruturas pode ter potenciais impactes negativos, com a intensificação da utilização de materiais.	As medidas preconizadas visam responder a problemas ambientais que persistem, nomeadamente no âmbito do saneamento básico. Contudo, deve-se apostar simultaneamente em acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente em termos de consumo de água, bem como para a redução na produção de resíduos e respectiva separação.
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	Prevêem-se impactes positivos no ordenamento do território decorrentes das acções de reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras e do sistema de alerta, combate à erosão costeira, gestão e monitorização e de riscos naturais e tecnológicos. Esta acção estratégica poderá contribuir para eliminar ou reduzir os problemas associados a áreas degradadas do território nacional (e.g. contaminação, desertificação, erosão), bem como para potenciar uma gestão adequada do território em relação aos riscos naturais e tecnológicos. Os projectos associados a esta acção poderão vir a colmatar a insuficiente/deficiente consideração dos riscos nas actividades de ocupação e transformação do território, em particular ao nível de sismos, incêndios florestais, inundações em leitos de cheia e erosão das zonas costeiras.	Algumas acções poderão vir a gerar impactes negativos por via da ocupação do solo, com uma expressão dependente da sua localização. Poderão pontualmente ser originados impactes negativos em projectos equacionados de forma menos integrada e que procuram soluções de curto prazo. Poderá ser disto exemplo as obras pesadas de protecção da zona costeira.	Para que esta acção estratégica possa potenciar os impactes positivos no ordenamento do território importa que os projectos de intervenção não sejam maioritariamente alicerçados em soluções exclusiva ou eminentemente curativas ou de fim de linha, que além de não resolverem a componente estrutural dos problemas, pode contribuir para que se gerem impactes negativos decorrentes dessas intervenções; constitui exemplo paradigmático deste tipo de situação as infra-estruturas de protecção costeira.

Protecção e Valorização do Ambiente

Acções no domínio do ciclo urbano da água; valorização de resíduos sólidos urbanos; prevenção de riscos (erosão costeira, desertificação, secas e cheias, incêndios florestais, descontaminação de solos); valorização do património natural (em articulação com o PO de Desenvolvimento Rural co-financiado pelo FEADER). Desenvolvimento de um sistema global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Alterações climáticas	A valorização energética de determinados resíduos tem impactes positivos na redução de emissões de GEE associadas ao sector energético.	Não se registam impactes negativos significativos.	Recomenda-se que as medidas preconizadas para a gestão de resíduos maximizem a contribuição para a redução de emissões de GEE, tal como é preconizado pelo PERSU II.
Biodiversidade	Impactes positivos poderão decorrer directamente de projectos direccionados para as áreas protegidas e biodiversidade (e.g. financiamento da gestão das ZPE e SIC no âmbito da Rede Natura 2000). Impactes positivos resultantes dos projectos de prevenção de riscos naturais e tecnológicos e da protecção das zonas costeiras. Efeitos positivos na utilização sustentável da biodiversidade e suas componentes.	A construção de infra-estruturas (embora no domínio da qualificação ambiental e dependendo da sua localização) pode ter impactes negativos ao nível da destruição de habitats e de um aumento da artificialização do território.	Deverão ser promovidas acções que visem fortalecer a coerência, a conectividade e a resiliência da rede de áreas classificadas, por forma a contribuir para a inversão da tendência global de perda de biodiversidade. Deve sublinhar-se o papel que diversos ecossistemas (e.g. florestas, zonas húmidas) desempenham na prevenção e mitigação dos efeitos de acidentes naturais; a preservação de ecossistemas potencia benefícios cumulativos que deverão ser equacionados de forma explícita na avaliação custo-eficácia de medidas de gestão de riscos.
Qualidade do ambiente	Impactes muito positivos decorrentes das intervenções previstas, nomeadamente no âmbito do ciclo urbano da água, valorização de resíduos, descontaminação de solos e monitorização ambiental.	Eventuais impactes negativos na qualidade do ambiente dependentes da localização e características operacionais das infra-estruturas preconizadas.	Foram realizados importantes investimentos nos sectores da água e resíduos ao longo dos últimos QCA, com resultados visíveis, mas aquém dos objectivos inicialmente estabelecidos. Deve ser feito um esforço para que as intervenções preconizadas para estas áreas no âmbito do QREN contribuam decisivamente para o alcançar das metas propostas no PEASAR II e no PERSU II. É necessário inverter a lógica de financiamento de modo a privilegiar uma atitude preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais.
Riscos naturais e tecnológicos	Impactes naturalmente positivos decorrentes das intervenções previstas no âmbito protecção do litoral, combate à desertificação, prevenção e mitigação de secas e cheias, prevenção e combate a incêndios florestais. O desenvolvimento do sistema global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos é muito positivo.	Deve garantir-se que as medidas que visam solucionar situações de emergência não venham a agravar os problemas a longo prazo nem criem novos problemas ambientais. Como já foi referido, tal poderá ocorrer no âmbito das intervenções de protecção da zona costeira.	Os investimentos preconizados devem ser canalizados essencialmente para a prevenção de riscos, devendo as medidas tomadas ter efeitos de longo-prazo. Caso o financiamento seja dirigido apenas para a resolução temporária de situações de emergência o agravamento dos problemas prosseguirá.

Protecção e Valorização do Ambiente

Acções no domínio do ciclo urbano da água; valorização de resíduos sólidos urbanos; prevenção de riscos (erosão costeira, desertificação, secas e cheias, incêndios florestais, descontaminação de solos); valorização do património natural (em articulação com o PO de Desenvolvimento Rural co-financiado pelo FEADER). Desenvolvimento de um sistema global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

Síntese e Recomendações Transversais

As actividades previstas no domínio da protecção e valorização do ambiente são globalmente positivas, contribuindo para se atingir um conjunto de metas em diversos domínios, como, por exemplo, a gestão de resíduos e os serviços de águas. Os investimentos a realizar no âmbito da prevenção de riscos são também muito importantes; neste domínio salienta-se que os investimentos devem ser canalizados para a prevenção e para soluções de longo-prazo. No âmbito da conservação da natureza os investimentos previstos são reduzidos, e podem ter consequências negativas caso a articulação com o PO de Desenvolvimento Rural seja deficiente. Algumas projectos concretos poderão ter impactes negativos nos domínios do ordenamento do território, da biodiversidade e da qualidade do ambiente, dependendo da sua localização e características operacionais. Salienta-se ainda a necessidade de se adoptar uma atitude proactiva na abordagem aos problemas ambientais, que aposte essencialmente na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face ao esgotamento previsível das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de “fim-de-linha”.

Reforço do Sistema Urbano

Intervenções integradas no sistema urbano: requalificação e reinserção urbana de bairros críticos e das periferias; recuperação e re-funcionalização de áreas abandonadas ou de usos obsoletos; valorização económica de áreas de excelência urbana (centros históricos, áreas comerciais, áreas de forte potencial para constituírem novas centralidades); fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de aumentar o leque de oportunidades individuais e colectivas e, assim, reforçar o papel regional, nacional e internacional das aglomerações urbanas; qualificar e intensificar a integração da cidade na região; estruturar aglomerações, principalmente em espaços de urbanização difusa; inovação nas soluções para os problemas urbanos, procurando soluções que se orientem, em termos físicos, para a eficiência e reutilização das infra-estruturas e dos equipamentos em detrimento da construção nova.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Impacte potencialmente positivo na criação de condições que fomentem a cidadania. Oportunidade de promover a participação alargada das pessoas nos processos de desenvolvimento das suas próprias cidades.	Não se verificam impactes negativos.	Recomenda-se que todos os princípios que informam a governança sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação de projectos no âmbito deste vector.
Desenvolvimento humano	Impactes positivos directos, se houver preocupações de desenvolvimento humano nos projectos desta prioridade, nomeadamente na reabilitação de zonas urbanas mais desfavorecidas.	Não se verificam impactes negativos.	Recomenda-se que a lógica do reforço do sistema urbano tenha em especial atenção a componente social e humana das cidades, em particular as mais desfavorecidas.
Utilização de recursos	A procura de soluções inovadoras para os problemas urbanos através duma maior eficiência e da recuperação e re-funcionalização de áreas abandonadas ou de usos obsoletos, em detrimento da construção nova é positiva.	Podem ocorrer impactes negativos caso o reforço do sistema urbano conduza a uma intensificação da utilização de materiais devido à construção de diferentes tipos de infra-estruturas.	Deve ser potenciada a requalificação em detrimento da construção nova que permita uma minimização da quantidade de matérias-primas utilizadas.
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	Esta acção estratégica poderá ter impactes significativos na melhoria da qualidade do ambiente urbano, de forma a tornar as cidades locais mais atractivos e mais sustentáveis, para viver, trabalhar e investir. Acções como a reabilitação urbana das áreas metropolitanas e a melhoria da acessibilidade e mobilidade poderão reforçar positivamente o potencial do sistema urbano nacional.	Caso, não se equacione o papel das cidades nas regiões e a necessidade de estabelecer um quadro integrado de desenvolvimento das diferentes unidades espaciais, poder-se-ão antever situações de risco associadas à manutenção do crescimento contínuo e desarticulado destas áreas territoriais urbanas em relação aos sistemas regionais. Neste contexto, importa ainda sublinhar o potencial risco de desarticulação entre cidades de diferentes dimensões e características culturais, sociais, ambientais e económicas.	Assegurar uma abordagem integrada dos projectos desta acção estratégica de forma a maximizar sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial.
Alterações climáticas	Um sistema urbano mais bem ordenado que promova a mobilidade e o incentivo a uma maior eficiência energética no interior dos edifícios são aspectos positivos que podem contribuir para a redução das emissões de GEE.	Não se verificam impactes negativos significativos.	As acções previstas no âmbito do Reforço do Sistema Urbano devem contribuir para uma redução das emissões de GEE associadas à mobilidade urbana e fundamentalmente ao sector residencial e de serviços, através de uma aposta na eficiência energética dos edifícios e do cumprimento dos regulamentos existentes neste domínio.

Reforço do Sistema Urbano

Intervenções integradas no sistema urbano: requalificação e reinserção urbana de bairros críticos e das periferias; recuperação e re-funcionalização de áreas abandonadas ou de usos obsoletos; valorização económica de áreas de excelência urbana (centros históricos, áreas comerciais, áreas de forte potencial para constituírem novas centralidades); fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de aumentar o leque de oportunidades individuais e colectivas e, assim, reforçar o papel regional, nacional e internacional das aglomerações urbanas; qualificar e intensificar a integração da cidade na região; estruturar aglomerações, principalmente em espaços de urbanização difusa; inovação nas soluções para os problemas urbanos, procurando soluções que se orientem, em termos físicos, para a eficiência e reutilização das infra-estruturas e dos equipamentos em detrimento da construção nova.

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Biodiversidade	Podem esperar-se efeitos positivos na redução das pressões humanas sobre a biodiversidade, em particular na sua componente ecológica, como resultado da qualificação do território, de uma maior eco-eficiência na utilização de recursos e da recuperação natural de áreas abandonadas ou de usos obsoletos.	A construção de novos equipamentos e infra-estruturas poderá afectar de forma directa e/ou indirecta as componentes da biodiversidade, com o risco associado de perda de valores naturais em resultado de um aumento da artificialização do território.	Deverão apoiar-se acções que promovam o investimento no capital natural das cidades enquanto vector de fortalecimento e diferenciação do seu capital humano, institucional, cultural e económico. A sustentabilidade das cidades depende de uma redução da sua pegada ecológica (a qual está associada à utilização sustentável das componentes da biodiversidade), nomeadamente através: <ul style="list-style-type: none"> ▪ da redução das necessidades de concentração de alimentos, água, energia e materiais; ▪ de um desenho dos espaços urbanos orientado para as pessoas e não para os veículos automóveis; ▪ da exploração de projectos inovadores, por exemplo, ao nível da agricultura urbana; ▪ da requalificação dos interfaces entre os espaços urbanos e as áreas naturais.
Qualidade do ambiente	Possíveis melhorias a nível da qualidade do ar nos centros urbanos como resultado de uma melhor ordenamento do espaço que favoreça a utilização dos transportes colectivos.	Eventuais impactes negativos dependentes da localização das infra-estruturas preconizadas.	Recomenda-se a requalificação em detrimento da construção nova que permita evitar novos impactes ambientais nomeadamente afectando o solo e os recursos hídricos.
Riscos naturais e tecnológicos	Possíveis melhorias na vulnerabilidade a certo tipo de riscos associados às cidades. A reabilitação prevista pode potenciar a construção anti-sísmica de edifícios, sobretudo em zonas de elevada sismicidade.	Eventuais impactes negativos dependentes da localização das infra-estruturas preconizadas.	Recomenda-se que as intervenções propostas contribuam para uma redução da vulnerabilidade das zonas urbanas aos riscos naturais e tecnológicos. Uma menor vulnerabilidade permite que os sistemas de alerta e combate previstos na prioridade operacional "Protecção e Valorização do Ambiente" sejam mais eficazes.

Síntese e Recomendações Transversais

As intervenções no sistema urbano que preconizam uma aposta na requalificação privilegiando a recuperação e re-funcionalização de áreas abandonadas ou de usos obsoletos e a reutilização de equipamentos e infra-estruturas em detrimento da construção nova são globalmente positivas, devendo ser articuladas com políticas de transportes que promovam a mobilidade e uma melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas.

Redes, Infra-Estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social

Investimentos significativos no âmbito do alargamento da Rede Nacional de Educação Pré-escolar, da concretização da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de prossecução do Programa Integrado de Modernização das Escolas do Ensino Secundário; intervenções relativas à requalificação dos serviços de urgência, à reestruturação dos cuidados de saúde primários e da melhoria do acesso à consulta e cirurgia; investimentos a realizar no domínio da cultura – particularmente os relativos à Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Nacional – e os respeitantes a Equipamentos de Acção Social (no âmbito da inclusão social).

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Governança	Melhorando-se a situação social do país, indirectamente contribui-se para promover o espírito de cidadania que fundamenta uma sociedade participativa e empenhada.	Não se registam impactes negativos significativos.	Recomenda-se que todos os princípios que informam a governança sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação de projectos no âmbito desta POT.
Desenvolvimento humano	Havendo uma coincidência de objectivos e filosofia entre a coesão social e o desenvolvimento humano, justifica dizer-se que o sucesso de um é o sucesso de outro, sendo assim os impactes positivos e directos. A melhoria das redes de equipamentos colectivos, nomeadamente saúde, educação e cultura e a promoção de uma sociedade inclusiva e de igualdade de oportunidades contribuem para um aumento do bem-estar humano.	Caso a requalificação e optimização da rede de serviços e equipamentos sociais não seja feita com critérios adequados de promoção da coesão social e territorial podem verificar-se situações negativas em algumas regiões do interior, mais isoladas e com menor densidade populacional.	Recomenda-se que a lógica destes investimentos e intervenções dê especial atenção à componente social e humana mais desfavorecida.
Utilização de recursos	Não se registam impactes positivos significativos.	Centrar a coesão social e territorial no domínio das infra-estruturas e equipamentos pode ter alguns impactes negativos devido a uma intensificação da utilização de materiais.	É desejável o aproveitamento de infra-estruturas já existentes e sua requalificação em detrimento de construção nova.
Ordenamento do território e desenvolvimento regional	Poderá contribuir para uma melhor distribuição territorial da população, promovendo a fixação da população em territórios mais carenciados de equipamentos sociais, designadamente infra-estruturas básicas de saúde, cultura e educação, apoiando também, ainda que de forma mais indirecta, o desenvolvimento das actividades económicas nessas regiões. Esta acção estratégica permitirá apoiar a coesão territorial e social no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e no acesso aos serviços sociais básicos.	Poder-se-ão verificar potenciais situações de interferência negativa com o território caso esta prioridade operacional seja desenvolvida na ausência de critérios de ordenamento territorial, incluindo a optimização da distribuição espacial, nomeadamente em relação à localização de novos equipamentos sociais e respectivas acessibilidades.	Assegurar que os projectos serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental, se aplicável. Assegurar uma abordagem integrada dos projectos desta acção estratégica de forma a maximizar sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial, incluindo a necessidade de otimizar a distribuição territorial, evitando a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas.
Alterações climáticas	Não se registam impactes significativos.	Não se registam impactes significativos.	
Biodiversidade	Indirectamente estas medidas poderão ter um impacto positivo na biodiversidade, em particular na forma como os cidadãos usufruem dos bens e serviços dos ecossistemas e expressam os seus valores culturais, estéticos, espirituais e religiosos, de educação e inspiração.	Risco de perda de valores naturais associado à localização das redes e infra-estruturas.	Dinamização de acções que visem a aproximação das redes de ensino aos valores do património cultural e natural.

Redes, Infra-Estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social

Investimentos significativos no âmbito do alargamento da Rede Nacional de Educação Pré-escolar, da concretização da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de prossecução do Programa Integrado de Modernização das Escolas do Ensino Secundário; intervenções relativas à requalificação dos serviços de urgência, à reestruturação dos cuidados de saúde primários e da melhoria do acesso à consulta e cirurgia; investimentos a realizar no domínio da cultura – particularmente os relativos à Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Nacional – e os respeitantes a Equipamentos de Acção Social (no âmbito da inclusão social).

	Impactes Positivos / Oportunidades	Impactes Negativos / Riscos	Recomendações
Qualidade do ambiente	Não se registam impactes significativos.	Poderá haver uma afectação da qualidade do ambiente, nomeadamente do solo e recursos hídricos caso a localização das infra-estruturas a realizar se situem em zonas de especial sensibilidade ambiental.	É desejável o aproveitamento de infra-estruturas já existentes e sua requalificação em detrimento de construção nova.
Riscos naturais e tecnológicos	Não se registam impactes significativos.	Não se registam impactes significativos.	

Síntese e Recomendações Transversais

O país carece de um conjunto de equipamentos sociais nas mais diversas áreas, tais como a educação, a saúde e a cultura. Este tipo de infra-estruturas contribuem para um maior bem-estar das populações tendo impactes muito positivos a nível social. Os investimentos a apoiar devem ser criteriosamente seleccionados, atendendo à previsível impossibilidade de responder no período do QREN a todas as necessidades. Contudo, apesar do cariz social deste tipo de equipamentos, o seu planeamento, nomeadamente a decisão sobre a localização das infra-estruturas, deve obedecer às boas práticas de planeamento e ordenamento do território e aos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental, se aplicável. Deve assegurar-se que é apresentada a justificação da necessidade dos projectos, bem como que são identificados os visados pelos projectos (*para quê? para quem?*) e garantir a existência, e correspondente avaliação, de diferentes alternativas realistas e viáveis para os diferentes projectos em causa.

7.2. Síntese da Avaliação por Agenda Operacional

7.2.1. Agenda Operacional Temática para os Factores de Competitividade

A Agenda Operacional para os Factores de Competitividade visa estimular o tecido produtivo nacional, apostando essencialmente na inovação e desenvolvimento tecnológico, na sociedade de informação, na renovação do tecido empresarial, na promoção de redes e infra-estruturas de apoio à competitividade e na redução dos custos públicos de contexto.

Se as actividades incluídas nesta Agenda Operacional forem orientadas no sentido da promoção da eco-eficiência (ou seja, produzir mais, e criar mais valor, utilizando cada vez menos recursos naturais e gerando menos poluição), através, por exemplo, da desmaterialização dos produtos e serviços, da adopção de tecnologias mais limpas ou da promoção de simbioses e eco-parques industriais, será possível aliar um aumento global na competitividade da economia portuguesa a ganhos ao nível do ambiente, conduzindo assim o país na direcção de um desenvolvimento sustentável. Este tipo de estratégias poderá ter efeitos positivos na utilização de recursos naturais, nas alterações climáticas, na qualidade do ambiente e na biodiversidade, por via da redução nas pressões ambientais.

Pelo contrário, se a dimensão ambiental for ignorada nos processos de concepção e decisão relativos aos projectos que vierem a ser apoiados, corre-se o risco de se gerar um aumento, eventualmente não sustentável, nas pressões no sistema ambiental, decorrentes do crescimento da economia portuguesa que se espera alcançar por via desta Agenda Operacional.

Neste contexto, assumem também particular relevância as opções que vierem a ser tomadas no que se refere ao padrão de especialização da economia portuguesa. Se a aposta para criação de valor incidir essencialmente no aumento da produção de bens transaccionáveis e no desenvolvimento de actividades com efeitos negativos significativos no ambiente (e.g. actividades muito intensivas na utilização de materiais e energia, processos produtivos particularmente poluentes, ou tecnologias com riscos ambientais significativos), o impacto no ambiente será necessariamente negativo e/ou de difícil mitigação.

Pelo contrário, se a aposta se centrar na promoção de actividades de elevado valor acrescentado, mas com reduzidas intensidades materiais e energéticas, será possível conciliar a obtenção simultânea de benefícios económicos com ganhos ambientais. Esta estratégia poderá passar, por exemplo, pela aposta em novos pontos da cadeia de valor em mercados tradicionais, (como a integração de actividades de concepção ou comercialização em complemento da transformação, em sectores tradicionais de especialização da economia portuguesa) ou no desenvolvimento de novos mercados em áreas de menor intensidade ambiental, nomeadamente no sector dos serviços ou das TIC.

O balanço final em matéria de impactes no ambiente e na sustentabilidade dependerá, em última análise, da relação entre as reduções que se alcançarem por via do aumento da produtividade de recursos e das medidas de controlo ambiental e os aumentos nas pressões ambientais gerados por via do crescimento da própria escala das actividades económicas.

Para além dos impactes positivos associados ao aumento da produtividade de recursos, esta Agenda Operacional Temática poderá ainda ter impactes positivos por via das oportunidades para o desenvolvimento humano e para o ordenamento do território e coesão regional

associadas a uma promoção das economias regionais, do empreendedorismo, de parcerias e redes de cooperação intra e inter-regionais.

É ainda de realçar a aposta simultânea desta agenda nos sectores público e privado, o que permitirá otimizar sinergias e facilitar a adopção de abordagens que promovam uma melhor governança, nas suas várias vertentes. A redução dos custos públicos de contexto e a promoção de uma sociedade de informação serão, aliás, dois vectores estratégicos para concretizar estas sinergias e potenciar as mudanças estruturais para o reforço dos mecanismos de governança.

Os incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico também poderão contribuir positivamente para a sustentabilidade, sobretudo se forem dirigidos para o desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem económica, tecnológica, ambiental e social. O estabelecimento de parcerias entre empresas e entidades de investigação e de redes de cooperação, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade.

As recomendações principais para esta Agenda Operacional Temática devem ser enquadradas nos dois níveis em que a própria agenda incide: o empresarial e o sector público.

No sector empresarial importa sobretudo garantir que os projectos de inovação, renovação e desenvolvimento tecnológico são desenvolvidos não só com respeito pelos factores ambientais, mas integrando-os na sua própria concepção. Nesse sentido sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (tecnologias mais limpas), da biodiversidade (agricultura biológica, ecoturismo), do ordenamento do território (localização adequada, redes de cooperação), riscos (aplicação do princípio da precaução), utilização de recursos (actividades eco-eficientes) e alterações climáticas (actividades de reduzida intensidade energética).

No âmbito desta AOT devem ser potenciadas as boas práticas ambientais e de responsabilidade social no sector empresarial. A promoção de pólos empresariais deverá ser articulada com preocupações de natureza ambiental na escolha das localizações, bem como com a existência de serviços e equipamentos sociais (no âmbito, por exemplo da saúde, educação e cultura).

Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização de todos os princípios estruturantes da governança, designadamente responsabilidade, transparência, participação, eficácia e coerência, nas acções inseridas no vector da redução dos custos públicos de contexto e da promoção da sociedade da informação, como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e político. Importa ainda salientar a oportunidade de se promover a adopção de boas práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no próprio sector público português.

Especial atenção deverá ser dada, no âmbito do desenvolvimento humano, ao compromisso entre o desenvolvimento económico e as obrigações sociais, quer do Estado, quer das empresas, assegurando-se que as faixas das populações mais desfavorecidas sejam devidamente consideradas, quer em processos de possível info-exclusão, falta de qualificação e possível isolamento territorial. Neste contexto, uma cuidada articulação com a Agenda Operacional Temática do Potencial Humano parece ser fundamental.

Os riscos e potenciais impactes negativos associados a esta Agenda Operacional poderão ser antecipados e mitigados através da implementação de um programa exigente de acompanhamento, articulação e monitorização com base em critérios decorrentes de factores ambientais e de sustentabilidade.

7.2.2. Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território

A Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território assenta essencialmente em acções no domínio das acessibilidades e mobilidade, da protecção e valorização do ambiente, da intervenção em sistemas urbanos e das infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial. A avaliação estratégica de impactes identifica, como na anterior AOT, essencialmente oportunidades e riscos. Note-se, no entanto, que esta Agenda inclui acções, nomeadamente nos vectores da conectividade, acessibilidades e mobilidade, com uma expressão muito significativa em termos físicos e financeiros e com consequências estruturantes na organização do território, que terão impactes ambientais negativos potencialmente significativos.

Com efeito, o reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade é, potencialmente, o vector com mais impactes negativos na vertente ambiental, pois pode afectar de forma muito significativa os padrões de ocupação e uso do solo, a qualidade do ambiente, a biodiversidade e a utilização de recursos, podendo ainda contribuir para o aumento de emissões de GEE. Assim, recomenda-se que os projectos a apoiar sejam avaliados de forma criteriosa, articulada, responsável, coerente e participada. Neste contexto, deve garantir-se que os projectos serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a AIA, incluindo uma cuidada avaliação e discussão transparente da justificação do projecto, das alternativas equacionadas e das partes afectadas. Eventualmente, algumas das intervenções equacionadas justificarão a realização de uma prévia avaliação de natureza estratégica.

No domínio da protecção e valorização do ambiente são preconizadas acções que, essencialmente, se traduzem em oportunidades e impactes positivos em todos os factores ambientais analisados, situando-se as recomendações mais no domínio de um adequado estudo da necessidade dos projectos, bem com da sua localização e gestão. Em particular, associam-se impactes muito positivos às medidas previstas no domínio da descontaminação e requalificação ambiental. Por outro lado, outras acções, mais dirigidas para os equipamentos e infra-estruturas ambientais, podem ter impactes ambientais negativos na ocupação e uso do solo, na biodiversidade e na qualidade do ambiente, cuja importância estará dependente da sua localização e características operacionais.

Neste domínio é ainda fundamental reforçar a promoção de uma atitude proactiva na abordagem dos problemas ambientais, apostando na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face a um esgotamento das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de “fim-de-linha”. Neste contexto, poderá ser relevante a articulação com as Agendas Operacionais Factores de Competitividade e Potencial Humano, apostando em acções e projectos que visem ouvir, informar e transmitir conhecimento à sociedade civil e ao sector empresarial.

O reforço do sistema urbano preconiza acções que também se traduzem essencialmente em oportunidades e impactes positivos, enfatizando-se a necessidade de uma nova filosofia para o

desenvolvimento das cidades, que como se preconiza neste vector, privilegie e aposte essencialmente na vertente humana e na sua valorização ambiental.

Os investimentos preconizados na melhoria de redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social, poderão constituir oportunidades geradoras de impactes positivos, sobretudo nos factores desenvolvimento humano e ordenamento do território e desenvolvimento regional visto haver uma lógica sobreposição de objectivos. Os impactes negativos associados à ocupação do território e qualidade do ambiente poderão ser significativamente atenuados através da promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas.

Importa igualmente articular as políticas de aumento da atractividade do espaço para os cidadãos, por via destes investimentos, com os incentivos ao desenvolvimento empresarial.

Neste domínio é ainda fundamental assegurar uma abordagem integrada dos projectos, por forma a maximizar sinergias e evitar potenciais problemas de ordenamento territorial, a desarticulação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas.

7.3. Análise dos Impactes Ambientais dos Programas Operacionais

Nas secções seguintes apresenta-se uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos, bem como das principais recomendações para os Programas Operacionais objecto de avaliação.

7.3.1. PO Temático Factores de Competitividade

PO Temático Factores de Competitividade

Eixo 1 – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

Financiamento Comunitário: € 500.000.000 (16,1% do PO)

Tipologias de intervenção

Sistemas de incentivos a empresas de média e grande dimensão

- Desenvolvimento de projectos de I&DT por empresas
- Criação de núcleos de I&DT
- Projectos e actividades de demonstração tecnológica
- Participação em projectos europeus de I&DT

Linhas de apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional

- Desenvolvimento de projectos de I&DT por entidades do Ensino Superior, Laboratórios do Estado, Laboratórios Associados e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial, em domínios prioritários
- Participação em projectos europeus de I&DT
- Projectos e actividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os incentivos ao conhecimento e desenvolvimento tecnológico, que serão suportados por um financiamento comunitário importante (€ 500 000 000), apresentam um potencial significativo para contribuir para um desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, ambiental e social. Para concretizar o potencial contributo deste eixo em termos ambientais, importa assegurar nos regulamentos dos programas uma orientação no sentido dos incentivos serem dirigidos para desenvolvimentos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo, para a promoção de I&DT interdisciplinar, integrando os três pilares do desenvolvimento sustentável, que seja relevante para os objectivos da política de ambiente e para a adopção de melhores práticas ambientais nas empresas, e simultaneamente para a competitividade e a coesão.

No sector empresarial importa, sobretudo, garantir que os projectos de inovação e desenvolvimento tecnológico são desenvolvidos não só com respeito pelos factores ambientais, mas integrando-os na sua própria concepção. Nesse sentido, sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (e.g. tecnologias mais limpas), da utilização eficiente de recursos naturais (e.g. eco-eficiência), da eficiência energética e da redução das emissões de GEE, da conservação da biodiversidade (e.g. agricultura biológica, eco-turismo) e do controlo de riscos para a saúde humana e os ecossistemas (aplicação do princípio da precaução).

A criação de centros de competência em I&DT nas empresas, ou em consórcios empresas/instituições científicas e tecnológicas, que integrem a dimensão ambiental é essencial para que o ambiente possa ser assumido como um importante factor dinâmico de competitividade (interna e externa) para o sector empresarial, e como uma área estratégica para a redução da dependência externa do país em relação às tecnologias e serviços ambientais, essenciais para o cumprimento de uma política de ambiente com exigências crescentes. O estabelecimento de parcerias entre empresas e entidades de investigação, e a promoção de redes de cooperação, assumem particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade.

Embora este eixo apresente, no essencial, diversas oportunidades para melhorar a integração dos aspectos ambientais nas acções de estímulo à inovação e competitividade da economia portuguesa, devem ser adoptados alguns cuidados para evitar riscos que podem estar associados às tipologias de intervenção consideradas.

Importa ter presente que não basta oferecer uma oportunidade de candidatura a incentivos para que esteja assegurada uma procura de qualidade e alinhada com os objectivos anteriormente descritos. De facto, a integração dos aspectos ambientais nas estratégias das empresas portuguesas está, na generalidade dos casos, num estágio de desenvolvimento anterior ao das empresas líderes no mercado internacional. Por outro lado, são ainda limitadas as iniciativas de promoção de consórcios entre empresas e instituições científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de projectos de I&DT. Assim, torna-se fundamental desenvolver iniciativas, e afectar os correspondentes recursos, que permitam estimular a procura dos incentivos que vão estar disponíveis. Considera-se particularmente relevante a promoção de acções que estimulem a apresentação de projectos que estejam em sintonia com as orientações preconizadas para a integração dos aspectos ambientais na inovação e desenvolvimento tecnológico, e nas estratégias de gestão empresarial. Este problema constitui um desafio à capacidade de governança associada à execução deste PO.

Considera-se igualmente relevante a necessidade de garantir uma adequada articulação da execução deste eixo do PO com os eixos dos PO regionais que visam incentivar a I&DT dirigida a micro e pequenas empresas. Os regulamentos destes eixos deverão ser desenvolvidos de forma consistente e que potencie os efeitos pretendidos, designadamente em termos ambientais.

As orientações prosseguidas para incentivar o desenvolvimento da C&T devem também ser adequadamente articuladas com as que serão adoptadas para a valorização do potencial humano, tendo, nomeadamente, em consideração as falhas de qualificações existentes no capital humano para a integração dos aspectos ambientais nas empresas aos diversos níveis.

PO Temático Factores de Competitividade

Eixo 2 – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

Financiamento Comunitário: € 1.220.000.000 (39,3% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a empresas de média e grande dimensão):

Sistemas de incentivos para projectos de investimento que fortaleçam uma economia baseada no conhecimento e na inovação:

- Investimento produtivo de inovação (inclui investimento estruturante)
- Empreendedorismo qualificado
- Utilização de factores imateriais da competitividade (e.g. eco-inovação)

Sistemas de incentivos para estratégias de eficiência colectiva:

- Apoio a projectos correspondentes às prioridades horizontais
- Promoção Pólos de Competitividade e Tecnologia
- Favorecimento de economias de aglomeração
- Criação de dinâmicas regionais de novos pólos de desenvolvimento e dinamização da renovação económica urbana

Eixo 3 – Financiamento e Partilha de Risco na Inovação

Financiamento Comunitário: € 360.000.000 (11,6% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a PME):

- Fundo Público de Apoio ao Financiamento e à Inovação: centraliza intervenções
- Instrumentos públicos existentes (e.g. diversos Fundos): racionalizados e concentrados
- Capital de risco: estimulado para criação e desenvolvimento de empresas (*clusters* estratégicos) e investimento em projectos inovadores
- Acesso ao crédito por parte das PME: reforço do sistema de garantia mútua e contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito garantidas; operações de garantia de programas de titularização de créditos a PME
- Apoio a veículos de investimento imobiliário para disponibilizar activos fixos essenciais ao desenvolvimento de projectos produtivos

Eixo 5 – Redes e Acções Colectivas Desenvolvimento Empresarial

Financiamento Comunitário: € 260.000.000 (8,4% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos):

- Divulgação de conhecimentos que potenciem espírito empresarial e articulação entre universidades, infra-estruturas de suporte às empresas e PME
- Redução da informação imperfeita, potenciando acesso à informação e ao conhecimento de mercados por parte das PME
- Promoção da coordenação, estimulando a cooperação e fomentando o funcionamento em rede a nível empresarial.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os eixos 2, 3 e 5, que representam cerca de 60% do financiamento comunitário para o PO temático factores de competitividade (€ 1 840 000 000), justificam uma avaliação integrada do ponto de vista ambiental, na medida em que as intervenções visam, no essencial, o apoio à inovação, empreendedorismo, renovação e desenvolvimento empresarial para PME (eixo 3) e empresas de média e grande dimensão (eixo 2), bem como acções colectivas que permitam a divulgação de conhecimentos e de informação que potencie o desenvolvimento de todas as empresas (eixo 5).

Estes eixos também apresentam um significativo potencial de contribuição para um desenvolvimento mais sustentável, nas vertentes económica, ambiental e social. Contudo, a sua concretização requer a adopção de orientações claras nos regulamentos dos programas, de modo a aliar um aumento global na competitividade da economia portuguesa a ganhos ao nível do ambiente. Os incentivos deverão ser dirigidos para a promoção da eco-eficiência (ou seja, produzir mais, e criar mais valor, utilizando cada vez menos recursos naturais e gerando menos poluição), bem como de outros objectivos referidos para o eixo 1. Nestes eixos também se considera fundamental estimular a procura, de modo a garantir a candidatura de projectos que estejam alinhados com os objectivos do PO e com as orientações ambientais estratégicas.

Se as orientações de renovação do modelo empresarial e de alteração do padrão de especialização da economia portuguesa integrarem critérios ambientais, será possível alcançar resultados positivos na utilização de recursos naturais, nas emissões de GEE, na qualidade do ambiente e na conservação da biodiversidade, por via da redução nas pressões ambientais. Pelo contrário, se a dimensão ambiental for ignorada nos processos de concepção e decisão relativos aos projectos que vierem a ser apoiados, corre-se o risco de se gerar um aumento, eventualmente não sustentável, nas pressões no sistema ambiental, decorrentes do crescimento da economia portuguesa que se espera alcançar por via deste Programa Operacional. Conclui-se, assim, que os efeitos ambientais destes três eixos estão dependentes das orientações e exigências que vierem a ser adoptadas nos regulamentos dos programas de incentivos e nos processos de avaliação de candidaturas (e.g. critérios de selecção de projectos). Deve ser reconhecida a importância do ambiente como factor de atracção do investimento estrangeiro e como factor dinâmico de competitividade (interna e externa), por via dos custos de produção (e.g. custos presentes e futuros de cumprimento da legislação ambiental; responsabilidade por danos ambientais; eco-eficiência), da diferenciação dos produtos em mercados exigentes, da imagem corporativa e do cumprimento das condições de acesso a determinados mercados.

Neste contexto, assumem também particular relevância as opções que vierem a ser tomadas para o padrão de especialização da economia portuguesa. Se a aposta para a criação de valor incidir essencialmente no aumento da produção de bens transaccionáveis, com o objectivo de aumentar as exportações e de reduzir as importações, tornam-se particularmente relevantes os aspectos referidos anteriormente. De facto, nos mercados internacionais mais atractivos muitas empresas líderes já adoptam

PO Temático Factores de Competitividade

Eixo 2 – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

Financiamento Comunitário: € 1.220.000.000 (39,3% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a empresas de média e grande dimensão):

Sistemas de incentivos para projectos de investimento que fortaleçam uma economia baseada no conhecimento e na inovação:

- Investimento produtivo de inovação (inclui investimento estruturante)
- Empreendedorismo qualificado
- Utilização de factores imateriais da competitividade (e.g. eco-inovação)

Sistemas de incentivos para estratégias de eficiência colectiva:

- Apoio a projectos correspondentes às prioridades horizontais
- Promoção Pólos de Competitividade e Tecnologia
- Favorecimento de economias de aglomeração
- Criação de dinâmicas regionais de novos pólos de desenvolvimento e dinamização da renovação económica urbana

Eixo 3 – Financiamento e Partilha de Risco na Inovação

Financiamento Comunitário: € 360.000.000 (11,6% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a PME):

- Fundo Público de Apoio ao Financiamento e à Inovação: centraliza intervenções
- Instrumentos públicos existentes (e.g. diversos Fundos): racionalizados e concentrados
- Capital de risco: estimulado para criação e desenvolvimento de empresas (*clusters* estratégicos) e investimento em projectos inovadores
- Acesso ao crédito por parte das PME: reforço do sistema de garantia mútua e contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito garantidas; operações de garantia de programas de titularização de créditos a PME
- Apoio a veículos de investimento imobiliário para disponibilizar activos fixos essenciais ao desenvolvimento de projectos produtivos

Eixo 5 – Redes e Ações Colectivas Desenvolvimento Empresarial

Financiamento Comunitário: € 260.000.000 (8,4% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos):

- Divulgação de conhecimentos que potenciem espírito empresarial e articulação entre universidades, infra-estruturas de suporte às empresas e PME
- Redução da informação imperfeita, potenciando acesso à informação e ao conhecimento de mercados por parte das PME
- Promoção da coordenação, estimulando a cooperação e fomentando o funcionamento em rede a nível empresarial.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

estratégias ambientais que estão muito para além do estrito cumprimento da legislação ambiental, tendo preocupações de eco-eficiência e de sustentabilidade (e.g. responsabilidade ambiental e social), respondendo às exigências dos consumidores e da sociedade, e melhorando, simultaneamente, a sua eficiência e posicionamento no mercado.

A aposta na promoção de actividades de elevado valor acrescentado, mas com reduzidas intensidades materiais e energéticas, permitirá conciliar a obtenção simultânea de benefícios económicos com ganhos ambientais (e.g. redução de emissões de GEE). Esta estratégia poderá passar, por exemplo, pela aposta em novos pontos da cadeia de valor em mercados tradicionais (e.g. integração de actividades de concepção ou comercialização em complemento da transformação, em sectores tradicionais de especialização da economia portuguesa) ou no desenvolvimento de novos mercados em áreas de menor intensidade ambiental, nomeadamente no sector dos serviços ou das TIC. Também se poderão incentivar projectos inovadores com potencial para aproveitar vantagens competitivas associadas ao capital natural (e.g. eco-turismo). Se os incentivos forem canalizados para o desenvolvimento e expansão de actividades com efeitos negativos significativos no ambiente (e.g. baseadas no acesso a recursos naturais abundantes e muito intensivas na utilização de materiais e energia, processos produtivos particularmente poluentes, ou tecnologias com riscos ambientais significativos), o impacto no ambiente será necessariamente negativo e/ou de difícil mitigação.

O balanço final em matéria de impactes no ambiente e na sustentabilidade dependerá, em última análise, da relação entre as reduções que se alcançarem por via da alteração desejável do padrão de especialização, do aumento da produtividade de recursos e das medidas de controlo ambiental e os aumentos nas pressões ambientais (e.g. emissões, uso do solo, fragmentação de habitats) gerados por via do crescimento da própria escala das actividades económicas.

A promoção de pólos empresariais e tecnológicos com sinergias ambientais deve ser incentivada, assim como a adopção de boas práticas ambientais e de responsabilidade social no sector empresarial. Considera-se igualmente importante apoiar a criação de centros de competência ambiental (e.g. tecnologias e gestão) que respondam às necessidades crescentes dos sectores público e privado e possam constituir um cluster competitivo. A promoção de pólos empresariais deverá ser articulada com preocupações de natureza ambiental na escolha das localizações (e.g. respeitar instrumentos de OT e recuperar áreas degradadas e contaminadas, sempre que viável), bem como com a existência de serviços e equipamentos sociais (e.g. saúde, educação e cultura).

É necessário garantir uma adequada articulação da execução destes eixos do PO com os eixos conexos dos PO regionais e com o PO Potencial Humano. Os regulamentos destes eixos nos diversos PO deverão ser desenvolvidos de forma consistente e que potencie os efeitos pretendidos, designadamente em termos ambientais.

PO Temático Factores de Competitividade

Eixo 4 – Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

Financiamento Comunitário: € 685.000.000 (22,1% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se a entidades da Administração Pública Central e prestadores de SIEG):

- Simplificação processual/organizacional, incluindo os processos de interacção entre a Administração e os utentes (cidadãos e empresas)
- Reformulação e avaliação do modelo de distribuição de serviços públicos
- Expansão de balcões integrados e especializados de atendimento
- Criação de sistemas de informação integrados, com disponibilização de serviços partilhados
- Aplicações inovadoras de tecnologia na Administração Pública
- Instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos

Eixo 6 – Acções Inovadoras e Assistência Técnica

Financiamento Comunitário: € 78.789.011 (2,5% do PO)

Tipologias de Intervenção (destinam-se aos órgãos de governação do Programa e outras entidades envolvidas na sua implementação):

Assistência Técnica

- Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico
- Informação, divulgação e publicitação do Programa e seus instrumentos
- Auditorias e acções de controlo
- Acompanhamento da execução do Programa e dos projectos aprovados
- Sistema de informação
- Estudos de avaliação globais e específicos

Acções Inovadoras

- Benchmarking
- Projectos-piloto de experimentação de novas metodologias e políticas

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os eixos 4 e 6 destinados, respectivamente, a entidades da Administração Pública Central e prestadores de SIEG, e aos órgãos de governação do Programa e outras entidades envolvidas na sua implementação, justificam uma análise conjunta dado que consubstanciam uma orientação geral de redução dos custos públicos de contexto e de alavanca para a optimização dos resultados obtidos com os recursos afectos aos restantes eixos deste e dos outros PO.

Estes eixos preconizam intervenções que se traduzem em oportunidades e impactes potencialmente positivos para todos os factores ambientais analisados. Uma administração pública mais moderna e eficiente, a prosseguir um forte esforço de desmaterialização, é um factor positivo que pode potenciar resultados através de uma articulação eficaz com as medidas de apoio à competitividade, inovação e empreendedorismo. Uma melhoria da capacidade institucional pública pode contribuir para uma melhor governança nas suas diferentes dimensões (participação, transparência, responsabilidade, coerência, eficácia) e, consequentemente, para um aumento da eficácia na aplicação de instrumentos de planeamento e monitorização do ambiente e do território. O fomento da participação pública é fundamental e deve ser considerado na concepção dos sistemas de informação e dos novos sistemas tecnológicos a desenvolver.

Estas intervenções, focadas na Administração Pública, deverão ser articuladas com o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade para o sector público português (e.g. práticas de gestão e de avaliação). O Estado nem sempre tem acautelado devidamente o contributo das suas actividades para originar impactes ambientais, tendo a Administração Pública vindo a aperceber-se da necessidade de garantir a sustentabilidade das actividades que lhe são inerentes. Neste sentido, importa promover a adopção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, bem como a adopção de modelos de avaliação do desempenho ambiental e da sustentabilidade integrados num processo alargado de gestão e avaliação do desempenho da administração.

As intervenções a prosseguir na busca de uma Administração Pública mais eficiente e menos consumidora de recursos financeiros, poderá conduzir à concentração de serviços públicos, em termos orgânicos e espaciais, ocorrendo o risco de se prejudicar a intervenção de proximidade que é essencial nalguns sectores da política de ambiente (e.g. conservação da natureza). Recomenda-se que este aspecto seja considerado na avaliação das iniciativas a apoiar.

A aplicação deste PO é limitada às regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo) pelo que constitui uma oportunidade de reforçar a descentralização e a coesão territorial. Contudo, importa garantir que as intervenções dirigidas a entidades públicas não criam distorções inaceitáveis e condições de desigualdade injustificada, de sentido contrário, no acesso a serviços e informação pública para as diferentes regiões do país.

7.3.2. PO Temático Valorização do Território

PO Temático Valorização do Território

Eixo 1 - Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais

Financiamento Comunitário: € 2.374.965.525 (51% do PO)

Tipologias de intervenção

Transportes:

- Construção de novas infra-estruturas de âmbito nacional e internacional (Rede Ferroviária de Alta Velocidade e Novo Aeroporto Internacional de Lisboa);
- Modernização das linhas e troços da rede ferroviária principal;
- Construção das principais plataformas logísticas multimodais;
- Construção de elementos viários (designadamente, IC17 CRIL Buraca - Pontinha e IC32 CRIPS Funchalinho - Coia).

Serviços urbanos de água e saneamento de águas residuais:

- Infra-estruturas em "alta" de abastecimento de água;
- Infra-estruturas de "alta e baixa integradas" de abastecimento de água;
- Infra-estruturas em "alta" de drenagem e tratamento de águas residuais;
- Infra-estruturas de "alta e baixa integradas" de drenagem e tratamento de águas residuais.

Eixo 5 – Infra-estruturas Nacionais para a Conectividade e Valorização Territorial

Financiamento Comunitário: € 700.000.000 (15% do PO)

Tipologias de intervenção

Transportes:

- Construir itinerários principais da rede rodoviária nacional;
- Construir e modernizar linhas e troços da rede ferroviária convencional, interfaces e ligações a portos incluídos.

Gestão de resíduos sólidos urbanos:

- Reforço da capacidade de tratamento mecânico e biológico e de Unidades de Valorização Orgânica (TMB) de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) recolhidos selectivamente, bem como de valorização de subprodutos dessas unidades;
- Reforço dos sistemas de recolha selectiva e melhoria da eficiência da triagem;
- Promoção da prevenção de resíduos;
- Mobilização dos cidadãos para melhoria do comportamento ambiental;
- Adopção das Melhores Tecnologias Disponíveis.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os Eixos 1 e 5 do Programa Operacional (PO) Temático Valorização do Território consubstanciam um financiamento significativo nos domínios dos transportes (reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade) e do ambiente (infra-estruturas para abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos) que incluem intervenções com impactes ambientais potencialmente muito significativos. No âmbito dos transportes estão previstos grandes projectos, tais como, a Rede Ferroviária de Alta Velocidade, o Novo Aeroporto Internacional de Lisboa, intervenções nas redes ferroviária e rodoviária e a rede de plataformas logísticas.

A melhoria da conectividade, acessibilidades e mobilidade cria oportunidades para o desenvolvimento das regiões através do reforço da competitividade e da coesão nacional, contribuindo para a aproximação de pessoas e lugares (e.g. maiores oportunidades de emprego, maior dinamismo da economia local, melhor acesso a serviços de saúde). Identificam-se também potenciais impactes positivos, decorrentes da criação de emprego por um período alargado e da criação de condições mais atractivas à fixação das populações nas regiões mais afastadas dos centros de decisão e desenvolvimento. Por outro lado, as redes e infra-estruturas de grande dimensão previstas apresentam impactes ambientais potencialmente muito negativos, pois podem afectar de forma muito significativa os padrões de ocupação e uso do solo, a qualidade do ambiente, a biodiversidade e a utilização de recursos, podendo ainda contribuir para o aumento de emissões de GEE. Assim, recomenda-se que os projectos a apoiar sejam avaliados de forma criteriosa, articulada, responsável, coerente e participada. Neste contexto, deve garantir-se que os projectos serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), incluindo uma cuidada avaliação e discussão transparente da justificação do projecto, das alternativas equacionadas e das partes afectadas. Deverá ser promovida a adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias, nomeadamente através da adopção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e/ou de métodos de Construção Sustentável. Eventualmente, algumas das intervenções equacionadas justificarão também a realização de uma avaliação prévia de natureza estratégica. Sublinhe-se, ainda, que as acções previstas devem ser integradas numa política nacional de transportes coerente que desincentive a utilização do transporte rodoviário privado e que potencie os transportes colectivos, nomeadamente o ferroviário, de modo a que seja possível uma redução global das emissões de GEE associados ao sector dos transportes contribuindo para que Portugal cumpra as suas obrigações internacionais decorrentes do Protocolo de Quioto.

As infra-estruturas ambientais propostas contribuem de forma muito positiva para o cumprimento das metas estabelecidas no PEAASAR II e PERSU II, indo ao encontro da legislação comunitária nestes domínios. No domínio das águas salienta-se a necessidade de articular estas intervenções destinadas ao uso doméstico, com as destinadas aos sectores agrícola e industrial e

PO Temático Valorização do Território

Eixo 1 - Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais

Financiamento Comunitário: € 2.374.965.525 (51% do PO)

Tipologias de intervenção

Transportes:

- Construção de novas infra-estruturas de âmbito nacional e internacional (Rede Ferroviária de Alta Velocidade e Novo Aeroporto Internacional de Lisboa);
- Modernização das linhas e troços da rede ferroviária principal;
- Construção das principais plataformas logísticas multimodais;
- Construção de elementos viários (designadamente, IC17 CRIL Buraca - Pontinha e IC32 CRIPS Funchalinho - Coima).

Serviços urbanos de água e saneamento de águas residuais:

- Infra-estruturas em "alta" de abastecimento de água;
- Infra-estruturas de "alta e baixa integradas" de abastecimento de água;
- Infra-estruturas em "alta" de drenagem e tratamento de águas residuais;
- Infra-estruturas de "alta e baixa integradas" de drenagem e tratamento de águas residuais.

Eixo 5 – Infra-estruturas Nacionais para a Conectividade e Valorização Territorial

Financiamento Comunitário: € 700.000.000 (15% do PO)

Tipologias de intervenção

Transportes:

- Construir itinerários principais da rede rodoviária nacional;
- Construir e modernizar linhas e troços da rede ferroviária convencional, interfaces e ligações a portos incluídos.

Gestão de resíduos sólidos urbanos:

- Reforço da capacidade de tratamento mecânico e biológico e de Unidades de Valorização Orgânica (TMB) de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) recolhidos selectivamente, bem como de valorização de subprodutos dessas unidades;
- Reforço dos sistemas de recolha selectiva e melhoria da eficiência da triagem;
- Promoção da prevenção de resíduos;
- Mobilização dos cidadãos para melhoria do comportamento ambiental;
- Adopção das Melhores Tecnologias Disponíveis.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

com a própria implementação da Directiva Quadro da Água, numa abordagem integrada e sustentável de gestão dos recursos hídricos. É nesta lógica que devem ser também avaliadas as infra-estruturas previstas no âmbito do sistema de rega de Alqueva, em que é fundamental a articulação com as medidas propostas no PO Alentejo e com as intervenções financiadas pelo FEADER. No âmbito da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é fundamental a prioridade à prevenção da sua produção, incluindo campanhas de sensibilização e mobilização dos cidadãos para uma melhoria do comportamento ambiental e uma maior optimização dos sistemas de recolha (e.g. recolha porta-a-porta; maior frequência de recolha). Importa tirar partido da receptividade da população mais jovem para a adesão a sistemas de recolha selectiva e de valorização de RSU.

Em síntese, as intervenções preconizadas para os serviços urbanos de água e saneamento de águas residuais e para a gestão de resíduos sólidos urbanos traduzem-se, essencialmente, em oportunidades e impactes positivos em todos os factores ambientais analisados, situando-se as recomendações mais no domínio de um adequado estudo da necessidade dos projectos, bem com da sua localização e gestão. Contudo, a construção de equipamentos e infra-estruturas ambientais, também podem originar impactes ambientais negativos na ocupação e uso do solo, na biodiversidade e na qualidade do ambiente, cuja importância estará dependente de vários factores associados aos projectos, designadamente, a tipologia, a localização, a dimensão e as características operacionais. Neste domínio é ainda fundamental reforçar a promoção de uma atitude proactiva na abordagem dos problemas ambientais, apostando na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face a um esgotamento das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de "fim-de-linha".

PO Temático Valorização do Território

Eixo 2 – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos

Financiamento Comunitário: € 515.000.000 (11% do PO)

Tipologias de Intervenção

- Identificar e corrigir as vulnerabilidades do território;
- Construir o Sistema Nacional de Gestão de Emergência;
- Valorizar as organizações e os agentes de protecção e socorro;
- Estruturar a Rede de Protecção Civil;
- Combate à erosão e defesa costeira;
- Reabilitação de locais contaminados e da reabilitação de zonas mineiras.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As actividades previstas neste domínio são globalmente positivas, contribuindo para se atingir um conjunto de metas em diversas áreas. Prevêem-se impactes positivos no ordenamento do território e na qualidade do ambiente decorrentes das acções de reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras e do sistema de alerta, combate à erosão costeira, gestão e monitorização e de riscos naturais e tecnológicos. Estas intervenções poderão contribuir para eliminar ou reduzir os problemas associados a áreas degradadas do território nacional (e.g. contaminação, desertificação, erosão), bem como para potenciar uma gestão adequada do território em relação aos riscos naturais e tecnológicos.

As intervenções associadas a este eixo poderão vir a colmatar a insuficiente/deficiente consideração dos riscos nas actividades de ocupação e transformação do território, em particular ao nível de sismos, incêndios florestais, inundações em leitos de cheia e erosão das zonas costeiras. Para que se possa potenciar os impactes positivos no ambiente e ordenamento do território importa que os projectos de intervenção não sejam maioritariamente alicerçados em soluções exclusiva ou eminentemente curativas ou de fim de linha, que além de não resolverem a componente estrutural dos problemas, pode contribuir para que se gerem impactes negativos decorrentes dessas intervenções; constitui exemplo paradigmático deste tipo de situação as obras pesadas de protecção da zona costeira.

Recomenda-se o investimento em processos naturais para controle de riscos. Deve sublinhar-se o papel que diversos ecossistemas (e.g. florestas, zonas húmidas) desempenham na prevenção e mitigação dos efeitos de acidentes naturais; a preservação de ecossistemas potencia benefícios cumulativos que deverão ser equacionados de forma explícita na avaliação custo-eficácia de medidas de gestão de riscos.

Deverá ser assegurado que as intervenções integradas neste eixo, particularmente os projectos de combate à erosão e defesa costeira e da reabilitação de locais contaminados e de reabilitação de zonas mineiras, serão alvo dos procedimentos de gestão e avaliação ambiental, obrigatórios e/ou voluntários, nomeadamente a AIA, SGA, auditorias ambientais, incluindo uma avaliação e discussão transparente da justificação do projecto, das alternativas equacionadas e das partes afectadas. Face à escala de actuação, algumas das intervenções equacionadas poderão justificar também a realização de uma avaliação prévia de natureza estratégica.

PO Temático Valorização do Território

Eixo 3 – Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma dos Açores

Financiamento Comunitário: € 70.000.000 (2% do PO)

Tipologias de Intervenção:

- Consolidação e modernização do sistema de transportes marítimos nos Açores;
- Realização de infra-estruturas de gestão de resíduos;
- Recuperação e correcção de situações de eutrofização das lagoas dos Açores;
- Prevenção e de correcção de poluição atmosférica.

Eixo 4 – Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira

Financiamento Comunitário: € 100.000.000 (2% do PO)

Tipologias de Intervenção:

- Introdução do gás natural na Região;
- Maximização da produção de energias renováveis na Região;
- Modernização e ampliação das actuais infra-estruturas portuárias do Porto Santo;
- Reforço do sistema de transportes terrestres;
- Gestão de resíduos.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os eixos 3 e 4 do PO Valorização do Território incluem intervenções específicas a realizar nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira financiadas pelo Fundo de Coesão.

As oportunidades e riscos para o ambiente e sustentabilidade são, no essencial, semelhantes às identificadas para restantes eixos onde se verificam intervenções com tipologia semelhante, contudo, é oportuno salientar alguns aspectos ambientais para cada uma das Regiões.

Na Região Autónoma dos Açores as intervenções previstas são globalmente positivas, nomeadamente: as infra-estruturas de gestão de resíduos (centros de processamento, triagem, tratamento mecânico e valorização orgânica), com efeitos muito positivos na qualidade do ambiente e na utilização de recursos; a recuperação e correcção de situações de eutrofização das lagoas dos Açores, contribuindo para uma melhoria do estado destes ecossistemas fundamentais para o Turismo Regional; e a prevenção e correcção de poluição atmosférica derivada da produção de energia termoeléctrica nos Açores contribuindo para uma melhoria da qualidade do ar e para a minimização de efeitos indesejáveis na saúde humana.

Estão ainda previstas intervenções para a consolidação e modernização do sistema de transportes marítimos nos Açores, que incluem investimentos vários nos diversos portos do arquipélago. O transporte marítimo é fundamental no contexto açoriano, sendo a sua modernização e eficiência essenciais para a coesão económica e social da Região, promovendo as acessibilidades e a mobilidade entre as nove ilhas do arquipélago. Contudo, estas intervenções de requalificação portuária podem ter riscos e impactes ambientais negativos, em particular para o ambiente marinho e costeiro, que importa acautelar. Deverá ser assegurado que estas intervenções serão alvo de procedimentos gestão e avaliação ambiental, obrigatórios e/ou voluntários.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM) está previsto o financiamento de intervenções na área da energia (introdução do gás natural na Região, energias renováveis: hídrica e eólica), dos transportes (infra-estruturas portuárias de Porto Santo e intervenções na rede viária) e gestão de resíduos.

As intervenções associadas às energias renováveis e à gestão de resíduos apresentam efeitos ambientais maioritariamente positivos e que podem contribuir para a melhoria do desempenho da RAM nesses domínios. Globalmente, as infra-estruturas previstas são potencialmente positivas para a coesão económica, social e territorial da região, no entanto, englobam um conjunto de projectos com impactes ambientais potencialmente negativos, pois podem afectar de forma muito significativa os padrões de ocupação e uso do solo, a qualidade do ambiente, a biodiversidade e a utilização de recursos, podendo ainda contribuir para o aumento de emissões de GEE. Assim, recomenda-se que os projectos a apoiar sejam avaliados de forma criteriosa, articulada, responsável, coerente e participada. Neste contexto, deve garantir-se que estes projectos também serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a AIA, incluindo uma cuidada avaliação e discussão transparente da justificação do projecto, das alternativas equacionadas e das partes afectadas.

Por último salienta-se a necessidade de articular as intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão com os PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nomeadamente no acompanhamento ambiental e monitorização do conjunto das intervenções.

PO Valorização do Território

Eixo 6 – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional

Financiamento Comunitário: € 799.000.000 (17% do PO)

Tipologias de Intervenção:

- Projectos-piloto, com componente maioritariamente não material, que traduzam a experimentação ou aplicação de soluções inovadoras susceptíveis de dar resposta aos problemas urbanos e às novas procuras urbanas;
- Construção de equipamentos colectivos (Rede de escolas com Ensino Secundário; Rede nacional de infra-estruturas desportivas).

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

O desenvolvimento do sistema urbano preconiza acções que se traduzem essencialmente em oportunidades e impactes positivos, enfatizando-se a necessidade de uma nova filosofia para o desenvolvimento das cidades, que como se preconiza neste vector, privilegie e aposte essencialmente na vertente humana e na sua valorização ambiental.

As intervenções no sistema urbano que preconizam uma aposta na requalificação privilegiando a recuperação e re-funcionalização de áreas abandonadas ou de usos obsoletos e a reutilização de equipamentos e infra-estruturas em detrimento das novas construções são globalmente positivas, devendo ser articuladas com políticas de transportes que promovam a mobilidade e uma melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas.

Os projectos-piloto preconizados (prestação de serviços de proximidade; acessibilidade e mobilidade urbana; segurança, prevenção de riscos e combate à criminalidade; gestão do espaço público e do edificado; eco-inovações nos domínios da construção e da habitação; gestão eficiente da energia; gestão da qualidade do ar; tratamento e valorização de resíduos; modelos de governação urbana) constituem uma oportunidade para encontrar soluções eficientes para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, de forma a tornar as cidades locais mais atractivos e mais sustentáveis, para viver, trabalhar e investir. Importa igualmente articular as políticas de aumento da atractividade do espaço para os cidadãos, por via destes investimentos, com os incentivos ao desenvolvimento empresarial. Neste âmbito, e de forma complementar aos projectos-piloto, recomenda-se o incentivo à adopção de instrumentos voluntários pelas organizações públicas e privadas que operam no sistema urbano, passíveis de oferecer um retorno ambiental significativo tais como a Agenda 21 Local, Sistema de Gestão Ambiental, Sistema de Avaliação de Desempenho Ambiental e Sistema de Construção Sustentável.

Recomenda-se que o modelo de implementação destes projectos seja baseado no estabelecimento de parcerias entre os sectores público e privado, podendo contribuir para o estabelecimento de um quadro mais equilibrado de intervenção e participação nos sistemas urbanos. Estas intervenções poderão apostar em projectos integrados de carácter multidimensional, integrando os aspectos de equidade social, protecção e gestão ambiental, e eficiência económica, para além dos elementos restritos de concepção técnica do projecto. Importa também ressaltar que para a maioria das iniciativas previstas neste eixo, só poderá ser efectuada uma avaliação detalhada dos benefícios e riscos ambientais para o desenvolvimento do sistema urbano nacional, quando forem conhecidos os elementos pormenorizados de cada projecto-piloto, a jusante da escala de trabalho da presente avaliação ambiental estratégica.

Os investimentos preconizados na melhoria de redes de equipamentos colectivos (Rede de escolas com Ensino Secundário e Rede nacional de infra-estruturas desportivas), poderão constituir oportunidades geradoras de impactes positivos, sobretudo nos factores desenvolvimento humano e ordenamento do território e desenvolvimento regional, em face de uma lógica de sobreposição sinérgica de objectivos. Os impactes negativos associados à ocupação do território e qualidade do ambiente poderão ser significativamente atenuados através da promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas. No entanto, apesar do cariz eminentemente social deste tipo de equipamentos, o seu planeamento, nomeadamente a decisão sobre a localização, dimensão e tipologia, deve obedecer às boas práticas de planeamento e ordenamento do território e aos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental.

Neste domínio é ainda fundamental a articulação com as intervenções financiadas pelos PO Regionais, assegurando uma abordagem integrada dos projectos, por forma a maximizar sinergias e evitar potenciais problemas de ordenamento territorial, a desarticulação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas.

Por último, alerta-se para o risco de não se equacionar o papel das cidades nas regiões e a necessidade de estabelecer um quadro integrado de desenvolvimento sustentável para as diferentes unidades espaciais.

7.3.3. PO Regional Norte

PO Regional Norte

Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Financiamento Comunitário: € 786.645.133 (29% do PO)

Objectivo global: Promoção dos factores de competitividade, inovação e conhecimento, contribuindo, de forma decisiva, para o reforço da intensificação tecnológica da base produtiva regional.

Objectivos específicos:

- Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação
- Apoio à criação e consolidação de *clusters* emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia
- Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e acolhimento empresarial
- Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização
- Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial
- Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento
- Promoção de acções de eficiência energética

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Sendo a região Norte, fortemente industrializada e com um conjunto de instituições universitárias e de investigação com uma dinâmica consolidada, este eixo, assente na inovação, na tecnologia, nos parques de ciência e na eficiência energética, com potencial desenvolvimento em parcerias entre empresas e entidades de I&D, assume particular relevância. Os sectores apontados como prioritários na interface entre as empresas e a ciência e tecnologia, designadamente a electrónica, máquinas e materiais eléctricos, saúde, farmacêutica e dispositivos médicos e agro-alimentares, deverão apostar na vertente ambiental, em particular nos domínios da eco-eficiência, das tecnologias mais limpas, das práticas de gestão ambiental e de respeito pelos instrumentos de ordenamento do território e planeamento ambiental, da minimização das emissões de GEE associadas, e do controlo das pressões humanas sobre a biodiversidade (e.g. utilização de organismos geneticamente modificados). A avaliação de impacto ambiental e os sistemas de gestão ambiental, são instrumentos importantes na prossecução desses objectivos, em complemento do respeito pela legislação ambiental e de ordenamento do território existente, bem como das orientações que vierem a ser estabelecidas para a execução deste eixo.

Considerações de eco-eficiência, aumento da produtividade de recursos e prevenção da poluição deverão ser ainda tomadas em consideração na implementação e definição de prioridades nas actividades previstas de apoio à intensificação tecnológica em empresas ligadas às “actividades tradicionais”, em particular, têxteis, vestuário, calçado, madeira e mobiliário. Os regulamentos dos programas deverão considerar explicitamente esta vertente. Para além disso, deverá também apostar-se numa interiorização da problemática ambiental na própria cultura empresarial. A articulação com o PO Temático Factores de Competitividade assume particular relevância neste contexto.

Sempre que possível, a localização de novas instalações empresariais deverá ser articulada com a disponibilidade de equipamentos, infra-estruturas e serviços de suporte, evitando a duplicação e o desperdício de recursos e permitindo uma melhor gestão da ocupação e uso do solo. Relativamente aos factores de carácter mais social e/ou económico, as acções preconizadas poderão ter efeitos positivos, nomeadamente a nível da governança e desenvolvimento humano, desde que sejam orientadas nesse sentido. Visto que muitas das acções apostam na interface entre a ciência, as empresas e a sociedade espera-se que potenciem uma cidadania participada, que promovam o acesso à informação, que sensibilizem os cidadãos para boas práticas ambientais e que a exigência de modernização do tecido empresarial implique uma maior consciencialização do seu papel e responsabilidades nas estruturas ambiental, económica e social da região. Recomenda-se uma formação adequada não só para melhorias a nível material e tecnológico, mas também a nível de atitude perante estes novos desafios. Uma vez que a região Norte tem uma população jovem significativa, justifica-se uma forte articulação com o PO Potencial Humano. A promoção da economia digital e a sociedade de conhecimento configuram também oportunidades ambientais. A lógica de eficiência colectiva vai exigir, em particular um esforço de melhoria da governança, tanto a nível das empresas como da organização dos incentivos.

Muitos destes incentivos irão potenciar a criação de novos empregos em áreas até agora pouco representativas e mais qualificadas, o que exigirá um esforço na qualificação da população e nas suas oportunidades de desenvolvimento, o que mais uma vez exigirá uma articulação próxima com os programas vocacionados para o potencial humano. A aposta no empreendedorismo também se apresenta como fundamental para a região.

Os projectos de energias renováveis a financiar devem ser criteriosamente seleccionados, sendo prioritário o apoio a projectos-piloto, com opções inovadoras e em energias renováveis de elevado potencial endógeno.

PO Regional Norte

Eixo 2 - Qualificação ambiental e valorização económica de recursos específicos

Financiamento Comunitário: € 400.000.000 (14.7% do PO)

Objectivo Global: Valorização económica e ambiental de recursos específicos, enquanto elemento chave de uma estratégia regional diferenciada assente na trilogia economia, ambiente e cultura.

Objectivos específicos:

- Valorização económica de excelência turística regional
- Valorização sustentável do litoral, dos recursos marinhos e promoção da economia do mar
- Valorização da cultura e da criatividade
- Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade
- Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas
- Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais
- Valorização e qualificação ambiental

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

A vocação específica deste eixo aponta essencialmente para impactes positivos a nível ambiental, económico e social. Poderá antecipar-se uma melhoria na qualidade de vida das populações associada a uma melhor qualidade do ambiente, nomeadamente nos sectores da água, águas residuais, prevenção de riscos, gestão da biodiversidade e ordenamento do território. A articulação destas acções com outras de cariz mais económico e social apontam para uma aposta no desenvolvimento sustentável, que se considera positiva. De facto, a aposta em recursos endógenos, nomeadamente para turismo e qualificação do espaço rural, enquadrada numa lógica empresarial, focada na gestão, inovação, criatividade e marketing potenciará o desenvolvimento preconizado. A promoção do turismo, nomeadamente no Vale do Douro, a gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade, bem como a aposta em recursos ambientais, patrimoniais e culturais em territórios de baixa densidade, perfilam-se como acções potenciadoras de impactes positivos. A criação de emprego mais qualificado irá ter efeitos positivos em toda a estrutura regional.

A aposta nas indústrias criativas também se perfila como positiva a nível ambiental, económico, social, e cultural valorizando recursos na região, devendo ser articulada com os investimentos efectuados em empresas no âmbito, por exemplo, da valorização da componente de design, imagem e marketing.

Para potenciar impactes ambientais positivos deverá apostar-se simultaneamente em acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente em termos de consumo de água, economia de energia, bem como para a redução na produção de resíduos e respectiva separação. Além disso deverão ser promovidas acções que visem fortalecer a coerência, a conectividade e a resiliência da rede de áreas classificadas.

Apesar dos impactes maioritariamente positivos, algumas acções poderão acarretar riscos para o ambiente por via da ocupação do solo, com uma expressão dependente da sua localização, podendo pontualmente ser ainda originados impactes negativos em projectos equacionados de forma menos integrada, que procurem soluções de curto prazo e que não sejam articulados com a lógica de desenvolvimento sustentável.

A aposta na Frente Atlântica da região no âmbito da economia do mar, nomeadamente a aposta em aquacultura, biotecnologia e desportos náuticos, configura-se como uma oportunidade relevante para o desenvolvimento económico da região, mas à qual poderão estar associados impactes ambientais potencialmente significativos, os quais deverão ser acautelados nos processos de selecção e avaliação ambiental dos projectos a apoiar.

A valorização de territórios de aglomeração e de diversificação económica do espaço rural, deverá também ser cuidadosamente articulada com os preceitos de um bom planeamento e ordenamento de território.

A lógica de eficiência empresarial colectiva vai exigir algumas das características da governança, recomendando-se assim que os princípios que lhe estão associados sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação de projectos.

PO Regional Norte

Eixo 3 - Qualificação do sistema urbano

Financiamento Comunitário: € 525.000.000 (19.4% do PO)

Objectivo Global: Reforço da competitividade do sistema urbano, promovendo a qualificação da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento catalizador da própria competitividade regional

Objectivos específicos:

- Promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação
- Promoção de operações integradas em zonas de excelência urbana
- Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana
- Promoção da mobilidade urbana

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os objectivos preconizados neste eixo poderão ter impactes significativos na melhoria da qualidade do ambiente urbano, de forma a tornar as cidades e as suas periferias, locais mais atractivos e mais sustentáveis, para viver, trabalhar e investir. Acções como as preconizadas poderão reforçar positivamente o potencial do sistema urbano. O projecto de aposta nas cidades tem uma valência dupla neste PO, uma vez que potencia zonas de excelência e actua no sentido da regeneração de áreas degradadas. A aposta concomitante na vertente da inovação e competitividade e na melhoria da mobilidade implica impactes positivos no factor de desenvolvimento humano. A procura de soluções inovadoras para os problemas urbanos através duma maior eficiência, da recuperação, re-funcionalização e regeneração de áreas degradadas, ou abandonadas, em detrimento da construção nova é muito positiva. Prevêem-se ainda possíveis melhorias a nível da qualidade do ar nos centros urbanos como resultado de um melhor ordenamento do espaço que favoreça a utilização dos transportes colectivos.

As diferentes características culturais, sociais, ambientais e económicas entre cidades de diferentes dimensões, na região Norte, terão que ser uma preocupação constante nos projectos a desenvolver pois podem antever-se situações de risco associadas à manutenção do crescimento contínuo e desarticulado das maiores cidades em detrimento das de menor dimensão.

Espera-se que se potenciem acções que fomentem a cidadania e que sejam dadas oportunidades aos cidadãos de participar nos processos de desenvolvimento das cidades onde vivem. Recomenda-se que os princípios que informam a governança sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação de projectos no âmbito deste eixo. Deverão apoiar-se acções que promovam o investimento no capital natural das cidades enquanto vector de fortalecimento e diferenciação do seu capital humano, institucional, cultural e económico, bem como a promoção do bem-estar social.

Finalmente no âmbito dos transportes e da mobilidade urbana, a política de promoção do transporte público, da intermodalidade e de percursos pedonais, apontam não só para uma contribuição positiva na redução das emissões de GEE e para um melhor ordenamento das cidades na Região Norte, mas também na melhoria da qualidade de vida das populações em termos gerais, sendo ainda de destacar as acções preconizadas neste âmbito para pessoas de mobilidade reduzida. O investimento na promoção de transportes urbanos limpos representa 6% do total do investimento deste PO, o que é significativo.

PO Regional Norte

Eixo 4 - Valorização do território para a coesão

Financiamento Comunitário: € 770.000.000 (28.4% do PO)

Objectivo Global: Valorização do território para a coesão, visando a melhoria dos níveis de equidade de oportunidades de acesso dos cidadãos aos principais bens e serviços

Objectivos específicos:

- Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade
- Promoção de uma sociedade inclusiva e da igualdade de oportunidades
- Desenvolvimento de infra-estruturas de mobilidade sub-regional

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Neste eixo preconizam-se acções, que a nível de impacte ambiental e social se podem dividir em duas vertentes. A primeira de melhoria dos serviços públicos colectivos em áreas não urbanas, e promoção da coesão social cujos impactes serão essencialmente positivos na vertente da governança e do desenvolvimento humano. A segunda de construção de infra-estruturas que apoiam a primeira, mas que pelo seu carácter mais físico poderão implicar alguns impactes ambientais negativos.

As acções que visam promover a qualidade de vida das populações dos espaços não urbanos deverão apostar não só na manutenção da população presente, mas também na atracção e fixação de novos residentes. A articulação com os outros eixos deste PO, principalmente os eixos 1, 2 e 5 será assim fundamental tornar o Norte não urbano como uma região com qualidade de vida a todos os níveis. Emprego, serviços públicos de formação e saúde, e acesso a novas tecnologias serão, conforme se preconiza, as grandes apostas no contexto deste PO. A coesão social funciona assim a dois níveis: (1) ajudando e integrando os mais carenciados e (2) potenciando a atracção de novas populações e promovendo melhores condições. Este segundo nível terá impactes no primeiro, valorizando o espaço rural. Esta aposta dupla será um grande desafio.

Nos investimentos em infra-estruturas de ensino e saúde, que representam uma percentagem significativa do investimento, deverão maximizar-se sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial, incluindo a necessidade de otimizar a distribuição territorial, evitando a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas. Esta optimização da rede de serviços e equipamentos sociais terá que ter como critérios privilegiados os da promoção da coesão social e territorial para que não se verifiquem situações negativas em algumas áreas mais isoladas e com menor densidade populacional. Recomenda-se assim uma especial atenção para que os princípios que informam a governança sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação de projectos no âmbito deste eixo.

Os principais impactes ambientais negativos associados a este eixo decorrerão essencialmente da ocupação de solo e intensificação da utilização de materiais. Deve ser assegurado o cumprimento das obrigações em matéria AIA destes projectos, quando aplicável, os quais devem ainda ser alvo de um acompanhamento ambiental exigente que permita a minimização e compensação dos potenciais impactes ambientais negativos. Recomenda-se a adopção de práticas de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas. É desejável, sempre que possível o aproveitamento de infra-estruturas já existentes e sua requalificação em detrimento de construção nova.

Para os projectos de desenvolvimento de infra-estruturas de mobilidade sub-regional aplica-se tudo o que se disse anteriormente. O investimento neste âmbito parece limitar-se a estradas nacionais e estradas regionais/locais, representando 4% do total de investimento deste PO. Também 4% do investimento está previsto para o saneamento básico, nomeadamente no ciclo urbano da água – baixa, recomendando-se que seja considerado um investimento prioritário, que poderá contribuir para uma aproximação às metas e objectivos nacionais e europeus neste domínio.

PO Regional Norte

Eixo 5 - Governação e capacitação institucional

Financiamento Comunitário: € 230.000.000 (8.5% do PO)

Objectivo global: Promoção da governação institucional, contribuindo, de forma predominantemente instrumental, para a modernização do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento regional e local.

Objectivos específicos:

- Modernização do governo electrónico regional e local
- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local
- Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local
- Capacitação da autoridade de gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo contribui positivamente para todos os aspectos da governança, constituindo uma excelente oportunidade para o desenvolvimento da região Norte. O acesso generalizado à informação potenciará uma pro-actividade, da parte do Estado, das empresas e da sociedade em geral e potenciará uma cidadania participada que contribuirão decisivamente para o desenvolvimento da região. A aposta numa sociedade de informação terá impactes positivos a longo prazo no modo de organização e cultura da sociedade, bem como na melhoria da relação entre os cidadãos e os sistemas público e privado, que se traduzirão num desenvolvimento mais sustentável e distribuído por toda a região.

Poderão haver impactes ambientais positivos neste factor associados ao aumento da produtividade de recursos e desmaterialização da economia associada à desburocratização da Administração Pública e à aposta na sociedade de informação. Para além do desenvolvimento regional e local, a melhoria da capacidade institucional poderá também afectar positivamente a vertente ambiental, nomeadamente na execução de programas de monitorização e gestão do território, na implementação e fiscalização de instrumentos de planeamento e numa gestão das áreas territoriais com estatuto de protecção. Para além disso, recomenda-se a simplificação de alguns procedimentos administrativos de forma a que se facilitem e potenciem os impactes positivos no ambiente. Recomenda-se também por parte das administrações regionais e locais que seja dada prioridade às chamadas “compras públicas ecológicas”, privilegiando-se produtos e serviços com melhor desempenho ambiental.

Há um risco elevado de uma parte significativa da população, principalmente a da faixa etária mais elevada e a de menor qualificação, ficar prejudicada numa sociedade de informação que requer qualificações para a utilização das novas tecnologias. Os riscos de exclusão de franjas da sociedade incapazes de acompanhar o processo de utilização generalizada das TIC e de promover a partilha de informação excessiva e sem controlo de qualidade, deverão ser acautelados com informação, divulgação e formação adequada, para além de uma implementação faseada, de modo a permitir uma adaptação gradual às novas exigências. As lojas do cidadão perfilam-se assim como uma boa iniciativa de interface com estas populações.

Por fim também se prevê que a articulação, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do PO, seja fundamental para o seu sucesso, para além da articulação com outros programas operacionais a incidir também na região.

7.3.4. PO Regional Centro

PO Regional Centro

Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Financiamento Comunitário: € 576.892.050 (33.9% do PO)

“São objectivos específicos deste Eixo a promoção do empreendedorismo, a promoção da inovação nas pequenas empresas existentes e a mobilização do sistema científico e tecnológico.”

Áreas de Intervenção:

- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras
- Projectos de I&D, em particular projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico
- Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas
- Qualificação das micro e pequenas empresas
- Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento
- Redes de Ciência e Tecnologia (programas científicos e tecnológicos, instalações e equipamentos)
- Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de C&T)
- Acções colectivas de desenvolvimento empresarial
- Intervenções complementares em redes de energia (Unidades Autónomas de Gás e ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis)

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As palavras chave sociedade do conhecimento, inovação, empreendedorismo e internacionalização marcam as apostas deste eixo, que se destina a apoiar micro e pequenas empresas e entidades do sistema científico e tecnológico. Os factores ambientais considerados na avaliação poderão não ser afectados negativamente desde que se respeite toda a legislação ambiental e os instrumentos de ordenamento e planeamento existentes e sejam adoptados critérios ambientais exigentes na prossecução das acções a financiar no âmbito deste PO.

Existe uma clara oportunidade para incentivar a I&DT interdisciplinar, contemplando aspectos de ordem tecnológica, económica, ambiental e social, e desenvolvida em parceria por empresas e universidades e outras entidades do sistema científico e tecnológico, aproveitando-se o elevado potencial destas entidades. Deve procurar-se desenvolver I&DT que tenha efeitos directos positivos na competitividade e no desempenho ambiental das PME, designadamente para criação de patentes e *spin-offs*, devendo o processo ser sujeito a uma rigorosa avaliação e acompanhamento. Os regulamentos dos Programas devem explicitar estas orientações.

Os apoios dirigidos à competitividade, empreendedorismo, inovação e conhecimento devem ser canalizados para micro e pequenas empresas que sustentem a especialização da economia regional num conjunto de *clusters* que além da viabilidade económica, com prioridade para a produção de bens e serviços que permitam aumentar as exportações ou reduzir as importações, garantam simultaneamente, capacidade para adoptarem estratégias de eco-eficiência e de aumento da produtividade de recursos. Tendo em conta o perfil de especialização da Região Centro já existente, com algumas áreas de excelência, bem como as suas potencialidades, os domínios preconizados de intervenção (e.g. floresta, saúde e biotecnologia, habitat, indústrias do mar, informática e telecomunicações) e outros a seleccionar, podem garantir um padrão de especialização da economia regional mais sustentável em termos económicos, ambientais e sociais. Para tal, é importante que os regulamentos contemplem de forma clara a vertente ambiental, nomeadamente dando prioridade a iniciativas e projectos com preocupações de eco-eficiência, adopção de tecnologias mais limpas e pouco intensivas na utilização de recursos naturais, minimização das emissões de GEE associadas, redução das pressões humanas sobre a biodiversidade, de adopção de práticas adequadas de gestão ambiental, e de respeito pelos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento ambiental (e.g. RAN e REN). É ainda fundamental garantir uma adequada articulação entre o PO da Região Centro, que dirigirá os apoios para as micro e pequenas empresas, com o PO temático Factores de Competitividade, que enquadrará os apoios às médias e grandes empresas, e o PO temático Potencial Humano. Assim, os regulamentos dos programas devem ser articulados previamente à sua aplicação.

O incentivo à inovação (e.g. no processo, no produto, na gestão organizacional), tanto nas empresas a criar como nas existentes, pode permitir uma melhoria clara na eco-eficiência, e, em particular, na eficiência energética, que são factores fundamentais para a requalificação e competitividade das PME da Região. Os regulamentos dos Programas devem explicitar que será dada prioridade a projectos e iniciativas que contemplem aspectos de inovação ambiental, eco-eficiência e eficiência energética, bem como definir as exigências a cumprir em matéria de AIA das propostas apresentadas. Os projectos de energias renováveis a financiar devem ser criteriosamente seleccionados, sendo prioritário o apoio a projectos-piloto, com opções inovadoras e em energias renováveis de elevado potencial endógeno.

Tendo em consideração o perfil das micro e pequenas empresas da região, e a previsível dificuldade em introduzir boas práticas de gestão ambiental, importa desenvolver acções de sensibilização junto dessas empresas para as oportunidades de introdução de melhorias no seu desempenho ambiental, e para as oportunidades que daí decorrem para a sua competitividade e

PO Regional Centro

Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Financiamento Comunitário: € 576.892.050 (33.9% do PO)

“São objectivos específicos deste Eixo a promoção do empreendedorismo, a promoção da inovação nas pequenas empresas existentes e a mobilização do sistema científico e tecnológico.”

Áreas de Intervenção:

- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras
- Projectos de I&D, em particular projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico
- Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas
- Qualificação das micro e pequenas empresas
- Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento
- Redes de Ciência e Tecnologia (programas científicos e tecnológicos, instalações e equipamentos)
- Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de C&T)
- Acções colectivas de desenvolvimento empresarial
- Intervenções complementares em redes de energia (Unidades Autónomas de Gás e ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis)

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

sustentabilidade a médio e longo prazo. Devem ser afectos recursos financeiros para este tipo de acções, de modo a potenciar o efeito ambiental positivo deste eixo. Importa ainda incentivar a contratação de recursos humanos qualificados na área do ambiente, ou a compra de serviços a entidades especializadas, de modo a garantir a existência de competência para lidar com estes aspectos na gestão empresarial.

Deve ser garantida a articulação da localização de novas instalações empresariais com a disponibilidade de equipamentos, infra-estruturas e serviços de suporte, evitando o desperdício de recursos e permitindo uma melhor gestão da ocupação e uso do solo.

As acções preconizadas constituem ainda oportunidades para contemplar aspectos de carácter social, nomeadamente a nível da governança e desenvolvimento humano desde que sejam orientadas para esse fim. Espera-se que a exigência de modernização do tecido empresarial implique uma maior consciencialização do seu papel e das suas responsabilidades ambientais e sociais na região. A lógica de eficiência colectiva vai exigir particularmente algumas das características da governança, nomeadamente transparência, responsabilidade, eficácia e coerência quer a nível das empresas, quer a nível da organização dos incentivos.

As TIC e a aposta numa sociedade do conhecimento, nomeadamente a rede de cidades digitais, terá impactes positivos a longo prazo no modo de organização e cultura da sociedade e na melhoria da relação entre os cidadãos e o sistema público e também o sistema privado. Pode ainda contribuir para uma redução das assimetrias intra-regionais. No entanto, há um risco elevado de uma parte significativa da população, principalmente a da faixa etária mais elevada e a de menor qualificação, ficar prejudicada numa sociedade de informação que requer qualificações para a utilização das novas tecnologias. Recomenda-se implementação faseada, articulação com a formação, informação, apoio e divulgação.

Os incentivos poderão potenciar a criação de novos empregos em áreas até agora pouco representativas e mais qualificadas, o que exigirá a qualificação da população e uma articulação próxima com os programas vocacionados para o potencial humano.

PO Regional Centro

Eixo 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos

Financiamento Comunitário: € 250.000.000 (14.7% do PO)

“Este Eixo tem como objectivos específicos a regeneração urbana, a promoção da competitividade das cidades e a consolidação do sistema urbano.”

Áreas de Intervenção:

- Apoio à realização de parcerias para a regeneração urbana
- Redes para a competitividade e inovação urbanas
- Apoio à mobilidade urbana

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

O apoio à realização de parcerias para a regeneração urbana enquadra iniciativas que vão incidir, predominantemente na reabilitação, requalificação e revivificação dos centros históricos; na requalificação e inclusão na malha urbana de bairros, periferias urbanas e áreas de expansão desordenada, através de programas, operações integradas e iniciativas que concorram para a coesão social e urbana; na requalificação de espaços públicos (e.g. ruas, eixos urbanos, praças, jardins); na valorização do ambiente urbano (e.g. parques, áreas verdes, valorização paisagística de frentes ribeirinhas, percursos pedonais, ciclovias); na requalificação e refuncionalização de espaços degradados e na reabilitação do património construído (e.g. monumentos, conjuntos edificados).

Todas estas intervenções no sistema urbano, que preconizam uma aposta na requalificação, privilegiando a recuperação, refuncionalização e regeneração de áreas abandonadas ou de usos obsoletos e a reutilização de equipamentos e infra-estruturas, em detrimento da construção nova, são globalmente positivas. Estas intervenções devem ser articuladas com políticas de transportes que promovam a mobilidade e uma melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas. Estas acções podem ter impactes muito positivos no ordenamento do território, mas também na utilização de recursos (menor incentivo à construção nova) e uma melhoria geral do ambiente urbano com reflexos muito positivos no desenvolvimento humano e na qualidade de vida e bem-estar das populações.

Os regulamentos dos programas de apoio devem explicitar uma clara orientação para a melhoria da eficiência energética nos sistemas urbanos, contemplando, designadamente os sistemas de transporte. Deve ser incentivada a aplicação de medidas com melhor relação custo-eficácia para a melhoria da eficiência energética nos sistemas urbanos da Região Centro.

Outra área de intervenção deste eixo refere-se às redes para a competitividade e inovação urbanas, de que são exemplos: redes para a programação cultural e a gestão comum de equipamentos complementares; parcerias para promover a mobilidade (urbana e intermunicipal), a gestão urbana e a promoção de planos intermunicipais (de ordenamento do território, mobilidade); redes de cooperação, urbana e territorial, nacionais e internacionais, visando estimular os domínios do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento.

Tratam-se de acções com efeitos positivos no ordenamento do território, mas também na governança (promoção de parcerias e redes de cooperação) e no desenvolvimento humano (melhoria da qualidade de vida urbana). As melhorias previstas nos serviços às populações nos domínios, por exemplo, da cultura, do desporto e do lazer, contribuem igualmente para uma maior coesão social e um maior desenvolvimento humano.

No âmbito dos transportes e da mobilidade urbana, a política de promoção do transporte público, da intermodalidade, de percursos pedonais e a eliminação de barreiras físicas é muito positiva, com uma contribuição potencialmente positiva para a redução das emissões de GEE e contribuindo também para um melhor ordenamento das cidades na Região Centro.

A região apresenta uma organização polinucleada dos sistemas urbanos assente numa rede equilibrada de cidades de média dimensão, o que constitui um aspecto positivo. Assim, as intervenções devem ter a preocupação de manter este equilíbrio, evitando um crescimento desarticulado de umas cidades em detrimento de outras. Deve ainda ser aproveitada a oportunidade para fomentar uma maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento das cidades onde vivem.

PO Regional Centro

Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais

Financiamento Comunitário: € 468.000.000 (27.5% do PO)

“São objectivos específicos deste Eixo a qualificação e valorização dos espaços subregionais, em particular nas zonas de baixa densidade.”

Áreas de Intervenção:

- Valorização de recursos específicos do território (e.g promover a utilização de TIC nas actividades turísticas e culturais; requalificar lugares)
- Qualificação integrada de espaços sub-regionais (qualificar as redes de mobilidade, equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial; promover a qualidade ambiental dos pequenos aglomerados)

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo tem uma relevância significativa no contexto do PO Centro, absorvendo mais de 1/4 do apoio comunitário previsto. São incluídas intervenções na rede escolar do 1º ciclo e na rede de educação pré-escolar, a requalificação dos serviços de urgência, dos cuidados primários de saúde e do acesso à consulta e cirurgia e intervenções a nível do património cultural nacional (salvaguarda, valorização e animação), de redes de equipamentos culturais e de infra-estruturas desportivas.

Os investimentos preconizados na melhoria de redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social, previstos neste eixo, poderão constituir oportunidades geradoras de impactes positivos, sobretudo nos factores Desenvolvimento Humano e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional visto haver uma lógica sobreposição de objectivos. Os eventuais impactes negativos associados à ocupação do território e qualidade do ambiente poderão ser significativamente atenuados através da promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas, bem como da adopção de boas práticas ambientais na selecção das localizações e no desenvolvimento dos projectos.

Recomenda-se ainda a necessidade de assegurar uma abordagem integrada dos projectos, inseridos neste eixo, de forma a maximizar sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial, incluindo a necessidade de otimizar a distribuição territorial, evitando a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas. É positiva a aposta na qualificação e valorização dos espaços sub-regionais, em particular nas zonas de baixa densidade, em que normalmente a componente social e humana é mais desfavorecida. Ainda na componente do desenvolvimento humano é positiva a especial preocupação com a inclusão social de grupos etários/sociais específicos, designadamente, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, imigrantes, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas penais executadas na comunidade, entre outros.

Este eixo configura outro tipo de intervenções no âmbito da valorização de recursos específicos do território. Considerando que uma força da região consiste na existência de património histórico e arquitectónico relevante, bem como de uma identidade cultural e produtos regionais com tradição e qualidade, as intervenções visando a valorização do património cultural, do empreendedorismo local, e das especificidades locais que marcam a diferenciação dos territórios, podem promover novas actividades (turismo e serviços inovadores) e rendimentos alternativos, valorizando-lhes a sua capacidade atractiva e competitiva. Recomenda-se que esta aposta no Turismo, tenha em consideração o desenvolvimento e envolvimento das comunidades locais e a valorização do património natural e cultural da Região evitando situações conflituantes entre o esperado desenvolvimento turístico e a conservação da natureza.

A aposta na promoção da qualidade ambiental dos pequenos aglomerados é igualmente muito positiva.

PO Regional Centro

Eixo 4 - Protecção e Valorização Ambiental

Financiamento Comunitário: € 210.756.820 (12.4% do PO)

“São objectivos específicos deste Eixo a prevenção, gestão e valorização ambiental, pressupondo investimentos em sistemas de informação, equipamentos de monitorização, intervenções na protecção de zonas sensíveis, como a orla costeira, as bacias hidrográficas e as zonas de paisagem protegida, realizar projectos de prevenção de riscos ambientais (incêndios, cheias, etc.) ou levar a cabo iniciativas de educação ambiental.”

Áreas de Intervenção:

- Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos
- Gestão de recursos hídricos
- Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade
- Valorização e Ordenamento da Orla Costeira
- Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e qualificação da paisagem
- Ciclo urbano da água
- Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo, sendo fundamental para assegurar um conjunto muito diversificado de efeitos positivos no Ambiente da Região Centro, apenas tem afecto 12,4% do apoio comunitário para este PO. Este valor será insuficiente para assegurar o investimento necessário para a resolução dos principais problemas ambientais da Região na área do Ambiente, sobretudo se forem tidas em consideração as necessidades de investimento no ciclo urbano da água, na protecção costeira e na resolução dos passivos ambientais existentes, que requerem uma profunda intervenção de recuperação e valorização em diversas áreas (e.g. minas da Urgeiriça, Ria de Aveiro). Assim, a intervenção na recuperação dos principais passivos ambientais da Região Centro requer a elaboração de planos de acção que integrem a protecção e valorização ambiental com o desenvolvimento sustentado de actividades sócio-económicas, dando prioridade a acções que envolvam os interessados e que se apoiem no co-financiamento público e privado. Os recursos financeiros disponíveis neste eixo devem ser utilizados no desenvolvimento de acções em parceria com outras entidades (e.g. associações, promotores privados).

No domínio da protecção e valorização do ambiente são preconizadas acções no âmbito da prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos; da gestão de recursos hídricos; da gestão da Rede Natura e biodiversidade; da valorização e Ordenamento da Orla Costeira, entre outras, que, essencialmente, se traduzem em oportunidades e impactes potencialmente positivos em todos os factores ambientais analisados. Assim, recomenda-se que seja adequadamente justificada a necessidade e prioridade de cada projecto, bem com a sua localização, nomeadamente atendendo à escassez de recursos financeiros. No desenvolvimento e gestão de cada projecto devem ser adoptadas as boas práticas ambientais.

Salienta-se ainda, que para que se possam potenciar os impactes positivos no ordenamento do território importa que os projectos de intervenção não sejam maioritariamente alicerçados em soluções exclusiva ou eminentemente curativas ou de fim de linha, que além de não resolverem a componente estrutural dos problemas, podem contribuir para que se gerem impactes negativos decorrentes dessas intervenções. Constitui exemplo paradigmático deste tipo de situação as obras pesadas de protecção da zona costeira. Assim, as acções integradas de defesa e reabilitação costeira previstas devem seguir esta filosofia de prevenção com efeitos a longo prazo.

Importa assegurar uma adequada articulação das acções de protecção e valorização ambiental com as restantes intervenções do PO Centro e outras intervenções, designadamente dos PO temáticos, bem como com a política de OT, evitando-se uma abordagem reactiva e ineficiente.

No domínio dos Riscos Naturais e Tecnológicos, são muito positivas as acções direccionadas a assegurar uma intervenção sistemática de prevenção, previsão, alerta e gestão de situações de risco, emergências e catástrofes, bem como, as acções de informação e sensibilização dirigidas para o domínio da protecção civil.

Neste Eixo prevêem-se ainda intervenções ao nível do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, com impactes positivos na qualidade do ambiente. Refere-se, no entanto, que a construção de infra-estruturas (embora no domínio da qualificação ambiental e dependendo da sua localização) pode ter impactes negativos ao nível da biodiversidade e outros domínios ambientais, dependentes da localização e características operacionais das infra-estruturas preconizadas, devendo ser sujeitas a processos de AIA, sempre que tal seja justificado.

Os problemas ambientais identificados relacionados com a recolha selectiva, a reciclagem e a valorização de RSU, bem como com os RIB e RIP produzidos regionalmente, não serão abordados através deste eixo do PO, mas antes através do PO temático valorização do território, o que demonstra a importância da articulação entre os diversos PO.

PO Regional Centro

Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional

Financiamento Comunitário: € 195.984.254 (11.5% do PO)

“Atendendo à necessidade de reduzir os custos de contexto para a actividade empresarial e de facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração pública, incluem-se neste Eixo intervenções visando estes objectivos específicos, a realizar por diferentes meios, e o Governo electrónico regional e local.”

Áreas de Intervenção:

- Assistência técnica
- Governo electrónico regional e local
- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local
- Promoção institucional da região

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo contribui positivamente para todos os aspectos da governança (melhora a transparência, promove a participação, demonstra responsabilidade, coerência e eficácia), constituindo uma excelente oportunidade para o desenvolvimento da região Centro. O acesso generalizado à informação potenciará uma pro-actividade, da parte do Estado, das empresas e da sociedade em geral e potenciará uma cidadania participada que contribuirão decisivamente para o desenvolvimento da região.

As lojas do cidadão perfilam-se como uma boa iniciativa de interface da administração com as populações. Em particular, poder aceder-se a serviços de administração local, regional e nacional num mesmo local, com a prestação ambulatória nos territórios de baixa densidade, terá um impacto positivo, quer a nível ambiental, quer a nível social e económico. O ganho de tempo e a redução das necessidades de deslocação que estas lojas proporcionarão, aliados ao conforto de se resolverem questões burocráticas de forma integrada, potenciará a melhoria da relação entre a administração e as empresas e a sociedade civil, com impactos positivos. Para além do desenvolvimento regional e local, a melhoria da capacidade institucional poderá também ter efeitos positivos na vertente ambiental, nomeadamente para conduzir programas de monitorização e gestão do território, de implementação e fiscalização mais eficaz dos diversos instrumentos de planeamento no sector do ambiente e gestão das áreas territoriais com estatuto de protecção.

A promoção institucional da região será mais um incentivo da parte da administração para o desenvolvimento económico, mas espera-se que esta promoção esteja também associada a uma imagem de aposta na componente ambiental da região. Sabendo que a qualidade do ambiente potencia a qualidade de vida e a atracção turística espera-se que os investimentos sejam orientados nesse sentido.

A afectação dos recursos adequados para a articulação, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do PO, é fundamental para o seu sucesso.

7.3.5. PO Regional Lisboa

PO Regional Lisboa

Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Financiamento Comunitário: € 165.241.344 (54% do PO)

Princípios Estruturantes:

- Princípio de diferenciação territorial
- Princípio da economia em rede
- Princípio de modularidade de processos e produtos

Objectivos específicos:

- Qualificar o sistema científico e tecnológico e potenciar o acesso de instituições e empresas a recursos/programas internacionais de I&D
- Apoiar a instalação de start-up de base tecnológica e indústrias criativas e o desenvolvimento de PME em sectores estratégicos para a competitividade regional
- Promover o processo de projecção competitiva da Região à escala internacional
- Promover a atractividade turística da Região
- Reforçar a Governance Regional

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Os incentivos à competitividade, inovação e desenvolvimento são a grande aposta do PO Lisboa (mais de 50% dos fundos), sendo inseridos num contexto de progressiva internacionalização da economia regional. Tratando-se de um eixo que de alguma forma mimetiza as orientações emanadas pelo PO Factores de Competitividade, considera-se que os comentários relativos àquele PO se podem aplicar, de uma forma genérica, a este eixo do PO Lisboa. Importa salientar alguns aspectos particularmente relevantes para o PO, tais como:

- Importa garantir que os projectos de inovação e desenvolvimento tecnológico no sector empresarial são desenvolvidos não só com respeito pelos factores ambientais, mas integrando-os na sua própria concepção.

- Assumem particular relevância as opções que vierem a ser tomadas no que se refere ao padrão de especialização. Se a aposta para criação de valor incidir essencialmente no desenvolvimento de actividades com efeitos negativos significativos no ambiente (e.g. actividades muito intensivas na utilização de materiais e energia, processos produtivos particularmente poluentes, ou tecnologias com riscos ambientais significativos), o impacto no ambiente será necessariamente negativo e/ou de difícil mitigação. Pelo contrário, se a aposta se centrar na promoção de actividades de elevado valor acrescentado, mas com reduzidas intensidades materiais e energéticas, será possível conciliar a obtenção simultânea de benefícios económicos com ganhos ambientais. Esta estratégia poderá passar, por exemplo, pela aposta em novos pontos da cadeia de valor em mercados tradicionais, (como a integração de actividades de concepção ou comercialização em complemento da transformação, em sectores tradicionais de especialização da economia portuguesa) ou no desenvolvimento de novos mercados em áreas de menor intensidade ambiental, nomeadamente no sector dos serviços ou das TIC. O balanço final em matéria de impactes no ambiente e na sustentabilidade dependerá, em última análise, da relação entre as reduções que se alcançarem por via do aumento da produtividade de recursos e das medidas de controlo ambiental e os aumentos nas pressões ambientais gerados por via do crescimento da própria escala das actividades económicas.

Em especial refere-se que a promoção da atracção turística da Região de Lisboa, destacada neste eixo, deve ter em conta as boas práticas ambientais, sugerindo-se uma aposta num turismo sustentável que valorize o património natural e cultural da Região em detrimento de um turismo de massas tipicamente gerador de elevadas pressões sobre os sistemas ambientais. A escola especializada em novas tecnologias para o turismo que se pretende apoiar poderá ter um papel dinamizador desta visão.

Os incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico podem contribuir positivamente para a sustentabilidade, especialmente se forem dirigidos para o desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem económica, tecnológica, ambiental e social. O estabelecimento de parcerias entre empresas e entidades de investigação e de redes de cooperação, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade.

Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização dos princípios estruturantes da governança, nas acções inseridas no vector da redução dos custos públicos de contexto e da promoção da sociedade da informação, como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e político. Importa ainda salientar a oportunidade de se promover a adopção de boas práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no próprio sector público português.

A implementação de certificação de sistemas de gestão integrados, incluindo Qualidade, Ambiente e Segurança poderá alavancar a implementação de boas práticas ambientais que facilitem o cumprimento de critérios de natureza ambiental para aumento de elegibilidade na participação em projectos integrados neste eixo. Esta recomendação aplica-se quer ao sector público quer ao sector privado. A formação sobre boas práticas ambientais orientada para entidades elegíveis no universo de ID&T poderá ajudar a disseminação de procedimentos de primeira instância que possam ser incorporados nos processos normais das entidades. Esta iniciativa terá necessariamente de ser articulada com o PO Potencial Humano dado que a formação de activos estará condicionada a 10% do montante de financiamento de um programa regional, cuja disponibilidade financeira obriga necessariamente a uma gestão mais criteriosa e selectiva.

A escolha da localização das iniciativas financiadas por este eixo, designadamente no que se refere à construção de infraestruturas de suporte e desenvolvimento de projectos de grande dimensão de ID&T e/ou parques tecnológicos, pode constituir uma oportunidade interessante para um contributo ambiental positivo. Efectivamente, tratar-se-á de dar alguma bonificação à escolha de zonas reabilitadas depois de terem constituído locais com forte passivo ambiental e que estejam a experimentar dificuldades em atrair novos usos do solo.

Por fim, salienta-se a necessidade de uma articulação efectiva com as medidas preconizadas no âmbito dos PO Temáticos Factores de Competitividade e de Potencial Humano.

PO Regional Lisboa

Eixo 2 – Valorização Territorial

Financiamento Comunitário: 70.723.913 (23% do PO)

Princípios Estruturantes

- Princípio da integração dinâmica da região no contexto ibérico e internacional
- Princípio da qualidade ambiental e de vida das cidades
- Princípio da eficiência e sustentabilidade ambiental

Objectivos específicos:

- Melhorar a sustentabilidade e as condições de mobilidade urbana e metropolitana de forma a garantir ganhos na produtividade total dos factores
- Promover a eficiência e a sustentabilidade ambientais

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

A aposta em soluções inovadoras para fazer face aos problemas de mobilidade urbana e metropolitana na Região de Lisboa constitui uma oportunidade para a promoção dos transportes colectivos e da marcha a pé em detrimento do transporte individual. Várias das acções previstas apontam neste sentido, tais como: a regularização das condições de circulação pedonal (alargamento e protecção de passeios, requalificação do espaço público, pedestrianização, redesenho de intersecções, aumento de tempos de atravessamento, eliminação de barreiras físicas, etc.); acções de gestão da mobilidade local (pedibus, promoção da marcha a pé pela reorganização da rede de equipamentos de proximidade, etc.); a acalmia de tráfego e redução da circulação automóvel (zonas 30, controlo do acesso e atravessamento de bairros, tarifação do estacionamento/circulação, reforço da fiscalização, etc.); a melhoria do desempenho operacional dos transportes públicos (reordenamento do trânsito viário, reforço dos eixos de circulação em sítio próprio e da vigilância nos eixos de circulação em sítio banalizado, introdução de semaforização prioritária, reforço da qualidade das paragens e respectivas condições de acesso, etc.); transportes ecológicos. Estando de alguma forma identificadas estas oportunidades, a sua implementação poderá encontrar obstáculos cujas respostas desde o início do Programa devem ser salvaguardadas, designadamente a articulação entre as várias entidades de natureza local que terão de intervir para a concretização dos objectivos e os riscos na utilização do solo que estarão subjacentes à medidas relativas à mobilidade e transportes. Este tipo de soluções são muito positivas do ponto de vista ambiental, mas devem ser inseridas numa estratégia integrada de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, que contribua para reestruturação do sector dos transportes. Para além de impactes muito positivos no ordenamento do território, o sucesso destas medidas tem efeitos muito positivos na qualidade do ar, na redução da intensidade energética e na redução das emissões de GEE, contribuindo para o alcançar das metas assumidas por Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto.

Este eixo inclui, também, incentivos à eficiência e sustentabilidade ambientais, onde se destacam a criação de Eco-Bairros (promoção da eficiência energética, da reutilização e reciclagem de recursos e da instalação de fontes de energia renovável), com impactes positivos na utilização de recursos, na redução das emissões de GEE e melhorias globais na biodiversidade e qualidade do ambiente resultantes da redução das pressões ambientais. Verifica-se, ainda, uma aposta na consolidação da Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental, consagrada no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente no que respeita a:

- Devolução aos Estuários do Tejo e do Sado de elevados níveis de preservação ambiental e a sua capacitação para o desenvolvimento sustentável de actividades económicas baseadas no seu potencial paisagístico e natural;
- Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira;
- Acções de salvaguarda dos elementos da Rede Ecológica Metropolitana.

Estas intervenções apresentam impactes positivos a nível do ordenamento do território, da biodiversidade e também da qualidade do ambiente e prevenção de riscos naturais.

Assume particular importância neste eixo a articulação com PO de Valorização Territorial e outras intervenções financiadas com fundos comunitários de forma a evitar redundâncias num cenário de gestão criteriosa dum envelope financeiro mais reduzido. Num contexto de assumida aposta na mobilidade, a dinamização do papel da autoridade metropolitana dos transportes como entidade alavanca dos principais projectos na área da mobilidade e transportes constitui um dos passos chave para o sucesso da implementação daquelas medidas.

Importa ainda salientar que se considera relevante reservar oportunidades para a divulgação de programas conjuntos entre a CCDR e as autarquias para financiamento de projectos de impacte mais local e mais cirúrgico, sob a forma de experiências piloto que possam de alguma forma servir de base para o desenvolvimento de projectos de escala superior.

Conclui-se que o eixo Valorização Territorial do PO Lisboa preconiza acções que, essencialmente, se traduzem em oportunidades e impactes positivos em todos os factores ambientais analisados.

PO Regional Lisboa

Eixo 3 - Melhorar a atractividade e a coesão do território regional

Financiamento Comunitário: 70.723.913 (23% do PO)

Princípios Estruturantes

- Princípio da pertença e do direito à cidade,
- Princípio da equidade e coesão sócio-territorial,
- Princípio da diversidade, multiculturalidade e inovação

Objectivos específicos:

- Promover parcerias para a Regeneração Urbana;
- Apoiar a criação e desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem estar urbano

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As acções propostas apresentam impactes muito positivos, sobretudo no factor Desenvolvimento Humano, uma vez que visam inverter processos crescentes de exclusão social em várias áreas urbanas críticas da Região de Lisboa, apoiando grupos mais carenciados, como os imigrantes, os idosos, os jovens e os desempregados.

Igualmente no âmbito da Governança destacam-se as plataformas de inclusão, com realce para os Centros de Apoio aos Imigrantes, visando uma eficaz política de acolhimento e integração e a criação de mecanismos de acesso à informação. A aposta nos serviços de proximidade e na promoção da cidadania são outros aspectos muito positivos a salientar.

As infra-estruturas preconizadas inserem-se fundamentalmente numa lógica de reabilitação urbana e requalificação do espaço público em detrimento da construção nova. Trata-se de uma política muito positiva do ponto de vista ambiental, contribuindo para um menor consumo de materiais de construção e potenciando um melhor ordenamento do território e maior racionalidade na ocupação e uso do solo.

A implementação dos projectos preconizados neste eixo não consubstancia impactes negativos sobre biodiversidade, alterações climáticas e riscos naturais e tecnológicos. Antes pelo contrário, identificam-se oportunidades para que a promoção de qualidade de vida e bem estar urbano a providenciar junto de populações carentes tenha em consideração variáveis tão importantes como o custo de manutenção dessa qualidade de vida e desse bem estar. O caso das infra-estruturas é o mais óbvio, devendo estas mesmas ser planeadas de forma a minorar os impactes ambientais, por um lado, e por outro não incorrer em custos de manutenção fora do alcance das populações abrangidas.

As intervenções previstas são globalmente muito positivas do ponto de vista social, mas, face à escassez de verbas disponível neste PO, recomenda-se que os financiamentos sejam atribuídos a projectos que abranjam os segmentos mais carenciados da população e que visam realmente responder a situações críticas de exclusão social. Recomenda-se, também, uma especial atenção na articulação com as acções previstas para a Região de Lisboa no âmbito do PO Potencial Humano de modo a potenciar a eficácia das intervenções no domínio da coesão social.

7.3.6. PO Regional Alentejo

PO Regional Alentejo

Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Financiamento Comunitário: € 293.555.862 (33,78% do PO)

Os objectivos específicos deste eixo, incluem:

- Potenciar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, nomeadamente o feminino
- Promover a densificação do relacionamento empresarial em *clusters*
- Aumentar as actividades de I&D
- Reforçar a rede regional de parques empresariais.

Estes objectivos específicos relacionam-se directamente com as tipologias de intervenção inscritas neste eixo, nomeadamente:

- Projectos de I&D
- Rede de ciência e tecnologia
- Desenvolvimento da sociedade do conhecimento
- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras
- Qualificação de micro e pequenas empresas
- Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas
- Áreas de acolhimento para a inovação empresarial
- Acções colectivas de desenvolvimento empresarial
- Intervenções complementares em redes de energia

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo visa contribuir para a dinamização da base económica regional, através de políticas territorializadas, adaptadas aos *clusters* estratégicos e ao perfil empresarial da região, marcado por uma taxa de iniciativa inferior à média nacional. As intervenções preconizadas neste eixo, poderão assim contribuir para mitigar as assimetrias regionais, em particular ao nível das NUTS III, promovendo uma melhor distribuição territorial da população, a sua fixação em territórios mais desfavorecidos, e servindo de alavanca para o reforço da rede regional de infra-estruturas estratégicas de localização empresarial e de inovação, bem como para o ordenamento logístico do Alentejo.

Ao direccionar os investimentos relacionados com a criação, qualificação e inovação nas micro e pequenas empresas para cadeias de valor estratégicas emergentes, onde os factores ambientais podem assumir um papel central (e.g. energias renováveis, turismo sustentável) poderão criar-se oportunidades à consolidação de um padrão de especialização mais sustentável. Importa sublinhar as condições naturais do Alentejo favoráveis à produção de energias renováveis (e.g. centrais fotovoltaicas, biocombustíveis, energia eólica) e o mosaico de recursos turísticos singulares (e.g. sol e praia, espaço rural, turismo de natureza, enoturismo). Por outro lado, os apoios direccionados para os *clusters* tradicionais na região (e.g. agro-alimentar, vitivinicultura, cortiça e rochas ornamentais), profundamente relacionados com as especificidades sociais e territoriais do Alentejo, podem ser potenciados do ponto de vista ambiental se forem introduzidos critérios de eco-eficiência e adopção das melhores tecnologias disponíveis. Deste modo poderá ser possível desenvolver uma economia regional mais competitiva e dinâmica, reduzindo simultaneamente a pressão sobre os recursos naturais, e financiando actividades económicas que criem mais valor utilizando menos recursos (materiais, água e energia) e gerando menos poluição. Assim, recomenda-se que ao nível da regulamentação dos programas sejam incluídos critérios relacionados com a adopção de boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade ambiental nas empresas e a implementação de sistemas de gestão ambiental.

As áreas de intervenção vocacionadas para o apoio a projectos de I&D e redes de ciência e tecnologia permitem perspectivar efeitos globalmente positivos nos factores ambientais e de sustentabilidade. Estas acções podem contribuir positivamente, em especial se forem dirigidas para o desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem institucional, económica, tecnológica, ambiental e social. O estabelecimento de parcerias entre as instituições de ensino superior, empresas, outras entidades de investigação e redes de cooperação, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade. A aposta na sociedade da informação é igualmente positiva, sobretudo a nível social, no âmbito da informação e comunicação ao cidadão, nomeadamente pela disponibilização de informação da natureza ambiental e por uma maior eficiência dos sistemas de alerta a riscos naturais e tecnológicos.

As intervenções complementares em redes de energia, designadamente na rede de gás natural e na ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis deverão acautelar potenciais conflitos de ordenamento territorial, evitando impactes ambientais potencialmente negativos associados à localização de infra-estruturas.

Por fim, sublinhe-se que é necessário assegurar uma adequada articulação entre o PO Alentejo e o PO temático Factores de Competitividade, no sentido de otimizar a implementação dos programas, maximizando a eficiência e a eficácia das intervenções direccionadas para a competitividade, inovação e conhecimento.

PO Regional Alentejo

Eixo 2 - Desenvolvimento Urbano

Financiamento Comunitário: € 139.911.758 (16,10% do PO)

Este eixo prioritário tem como objectivos primordiais a promoção do desenvolvimento sustentável dos principais centros urbanos, o reforço da competitividade e atractividade dos mesmos à escala nacional e internacional. Perspectiva-se ainda a promoção de uma melhor articulação das cidades com a região envolvente.

As principais áreas de intervenção preconizadas neste eixo incluem:

- Parcerias para a regeneração urbana
- Redes urbanas para a competitividade e inovação
- Mobilidade urbana

Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial

Financiamento Comunitário: € 200.873.309 (23,12 % do PO)

Os objectivos específicos deste eixo são diversificados, incluindo: o reforço da mobilidade intra-regional, a promoção da integração regional no sistema aeroportuário nacional, a garantia da dotação de serviços colectivos à população, a conclusão da rede viária principal e a promoção da articulação das cidades e região envolvente.

Estes objectivos consubstanciam duas áreas de intervenção prioritárias:

- Infra-estruturas e redes de mobilidade
- Redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As intervenções na regeneração urbana e no estabelecimento de redes urbanas para a competitividade e inovação, possuem impactes globalmente positivos no ambiente caso privilegiem a recuperação e re-funcionalização de áreas abandonadas ou de usos obsoletos e a reutilização de equipamentos e infra-estruturas em detrimento das novas construções. Em face das características do sistema urbano regional, marcado por escassas inter-relações entre as principais cidades e entre os aglomerados urbanos e as zonas rurais, estas acções poderão constituir um vector essencial para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo quer para um melhor desempenho das actividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional. Consideram-se ainda como apostas positivas as acções preconizadas para a mobilidade urbana e acessibilidades (e.g. sistemas de transportes colectivos que privilegiem a utilização de energias renováveis, promoção da intermodalidade, redes de ecopistas em meio urbano) que, ao serem concretizadas, poderão traduzir-se em ganhos ao nível da eficiência energética e na redução das emissões de GEE.

A área de intervenção “Infra-estruturas e redes de mobilidade” preconiza a necessidade de uma forte articulação com as intervenções do PO temático Valorização Territorial, com as dinâmicas empresariais (reforço da competitividade económica) e com o sistema urbano regional (garantia da coesão social e reforço da competitividade territorial). No PO Alentejo encontram-se contempladas neste eixo as seguintes tipologias de projectos: o sistema aeroportuário, as acessibilidades rodoviárias, as acessibilidades ferroviárias, e as redes de energia. A construção de novas redes e infra-estruturas apresenta tendencialmente impactes ambientais negativos, nomeadamente ao nível da ocupação do solo, da utilização de recursos, da biodiversidade e da qualidade do ambiente.

A área de intervenção “Redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial” destina-se a promover a conclusão das redes relacionadas com a coesão social e territorial, nomeadamente, nas áreas da educação, saúde, protecção social, desporto, cultura e património, bem como as potenciadoras de uma melhor conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal. Desta forma, as tipologias de projectos consideradas elegíveis (e.g. equipamentos educativos, intervenções nos serviços de saúde, equipamentos de protecção e inclusão social, infra-estruturas desportivas, equipamentos culturais, e património cultural) poderão contribuir para um maior bem-estar das populações tendo impactes muito positivos ao nível do desenvolvimento humano.

Deverá garantir-se que os projectos preconizados nas áreas de intervenção destes eixos sejam alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor, devendo ser sujeitos a um acompanhamento ambiental exigente nas fases de construção e operação, que permita a minimização dos impactes identificados e contribua para a sua adequada gestão ambiental. Deverá ainda ser promovida a adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias, nomeadamente através da adopção de Sistemas de Gestão Ambiental e/ou de métodos de Construção Sustentável. Caso contrário, poder-se-ão verificar situações de interferência negativa

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

com o território, consubstanciando ainda os riscos de uma intensificação da utilização de materiais, da perda de valores naturais e de uma afectação da qualidade do solo e recursos hídricos.

É ainda fundamental assegurar uma boa articulação dos critérios ambientais de suporte à selecção de projectos a apoiar nestes eixos com os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo, actualmente em elaboração. Esta necessidade é particularmente importante uma vez que se espera que estes PROT venham a definir a hierarquização do sistema urbano regional, possibilitando assim o ordenamento de redes, infra-estruturas e equipamentos colectivos numa lógica integrada para todo o território do Alentejo. Estas orientações permitirão direccionar os apoios previstos nestas linhas de intervenção para acções prioritárias evitando-se, concomitantemente, a duplicação de infra-estruturas e de equipamentos pelo território da região.

PO Regional Alentejo

Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural

Financiamento Comunitário: € 131.413.521 (15,12 % do PO)

As tipologias de acções consagradas neste eixo visam responder aos objectivos específicos:

- Promover a revitalização económica do espaço rural
- Gerir eficientemente os recursos hídricos
- Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos
- Gerir e valorizar as áreas de maior valia ambiental.

Estas acções encontram-se articuladas e complementam as iniciativas incluídas nos programas de âmbito nacional, constituindo a “malha fina” (por exemplo, no domínio do abastecimento de água) das intervenções incluídas no PO temático Valorização Territorial. Por outro lado, foram criadas tipologias de acção dedicadas a preocupações específicas a nível regional, como são os casos da reabilitação de áreas extractivas e gestão de resíduos, e da valorização do espaço rural. Assim, as principais áreas de intervenção preconizadas neste eixo incluem:

- A gestão de recursos hídricos
- A prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos
- O estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e valorização de áreas extractivas
- A conservação da natureza e promoção da biodiversidade
- A valorização económica do espaço rural

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo visa, por excelência, o apoio a acções directamente relacionadas com o ambiente e desenvolvimento sustentável, assim como à temática do mundo rural, sendo ambas indissociáveis e transversais. Assim, são preconizadas acções que, essencialmente, se traduzem em oportunidades e impactes positivos em todos os factores ambientais analisados. Estes apoios poderão contribuir para se atingir um conjunto de metas nos diversos domínios ambientais associados às áreas de intervenção deste eixo, chamando-se no entanto a atenção para o facto da dotação financeira atribuída poder ser insuficiente para colmatar os problemas ambientais identificados na região. Esta situação reforça a necessidade de uma forte articulação e promoção de sinergias, designadamente, ao nível da elaboração conjunta dos critérios de selecção das diferentes tipologias previstas, da conjugação com as intervenções co-financiadas através de outros programas (e.g. Programa Operacional temático Valorização do território, Programa de Desenvolvimento Rural do Continente), e da promoção de acções envolvendo parcerias entre entidades públicas e privadas.

As intervenções previstas ao nível da gestão de recursos hídricos visam a protecção das origens de água, o tratamento e controlo de águas residuais agro-industriais e industriais, e os investimentos no ciclo urbano da água (sistemas “em baixa”, os quais se poderão reflectir em impactes positivos na qualidade do ambiente. No entanto, sublinhe-se que a construção de infra-estruturas associadas a estas acções, ainda que no domínio da qualificação ambiental, poderão ter impactes negativos ao nível de diversos descritores ambientais, dependendo da sua localização e características operacionais das infra-estruturas, pelo que deverão ser sujeitas a processos de AIA, sempre que tal seja justificado.

Os investimentos a realizar no âmbito da prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos assumem uma importância significativa na região do Alentejo, face à forte vulnerabilidade da região relativamente a situações de cheias e secas. Deverá assim incentivar-se a canalização dos investimentos para a prevenção e adopção de soluções de longo-prazo, apostando-se na valorização dos ecossistemas e do seu papel na prevenção e mitigação dos efeitos de acidentes naturais, o que permitiria diversificar os investimentos na prevenção de riscos e garantir um maior retorno no longo-prazo, indo para além da tradicional opção pela construção de infra-estruturas e equipamentos. No âmbito das intervenções destinadas à valorização e ordenamento da orla costeira, será igualmente necessário assegurar a sustentabilidade das acções de recuperação, protecção e monitorização a apoiar neste eixo, face aos riscos associados aos sistemas dunares e arribas e às pressões turísticas que se fazem sentir sobre o litoral alentejano.

A região Alentejo apresenta passivos ambientais com impactes na segurança e saúde pública, directamente relacionados com a indústria extractiva (e.g. mármore, pirites) e com a indústria transformadora (e.g. pólo industrial de Sines). O PO faz uma aposta prioritária na intervenção nas áreas extractivas, o que poderá traduzir-se em impactes positivos na valorização económica e ambiental de zonas mineiras abandonadas e de áreas extractivas ligadas ao sector das rochas ornamentais. Reforça-se a necessidade de uma avaliação integrada do conjunto dos passivos ambientais da região, devendo estabelecer-se prioridades de intervenção e uma boa articulação com o processo de selecção de novos usos.

Na linha de acção destinada à conservação da natureza e biodiversidade os objectivos propostos relacionam-se com a gestão activa das áreas classificadas, a conservação e reabilitação ecológica da rede hidrográfica e a criação de um sistema de fruição pública/turística das áreas classificadas. Estas acções permitem identificar impactes muito positivos no património natural da região, fruto de uma aposta clara em acções de gestão directa dos habitats e espécies e da promoção de uma maior eficácia na gestão das áreas protegidas, particularmente importante nesta região uma vez que o Alentejo possui actualmente cerca de 25% do seu território classificado no âmbito da Rede Natura 2000.

PO Regional Alentejo

Eixo 5 - Governação e capacitação institucional

Financiamento Comunitário: € 103.179.529 (11,87 % do PO)

São preconizados dois objectivos específicos para este eixo:

- O reforço das conexões em rede dos actores regionais (em especial da Administração)
- A dinamização da dinamização da captação de investimento para a região.

Deste modo, as áreas de intervenção estabelecidas são:

- A assistência técnica
- O governo electrónico regional e local
- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local
- A Promoção institucional da região

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo tem como objectivo central a melhoria substantiva do desempenho da Administração Pública regional e local, na sua relação com os cidadãos e as empresas, no intuito de aquela se tornar mais ágil, flexível e transparente. As intervenções previstas constituem uma oportunidade para facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local (e.g. através da criação de uma rede de balcões locais – lojas do cidadão – e da criação de centros multi-serviços em áreas rurais desfavorecidas) que deve ser potenciada através de uma articulação eficaz com as medidas de apoio à competitividade, inovação e empreendedorismo.

Uma melhoria da capacidade institucional pública tem impactes muito positivos ao nível da governança (promove a transparência, incentiva a participação, demonstra responsabilidade, reforça a coerência), podendo contribuir para um aumento na eficácia da aplicação dos instrumentos de planeamento e monitorização do ambiente e do território da região.

Estas acções poderão ainda induzir impactes positivos associados ao aumento da produtividade de recursos e desmaterialização da economia associada à desburocratização da Administração Pública regional e local, fruto de uma aposta nas TIC (e.g. induzindo uma poupança de recursos, redução de deslocações) e dos previsíveis ganhos de eficiência nos procedimentos de monitorização do desempenho económico e social da região.

No âmbito do reforço da capacidade de monitorização ambiental sublinhe-se como bastante positiva a aposta deste PO na implementação de um sistema integrado de informação e monitorização ambiental, que irá contemplar o desenvolvimento de sistemas de informação na área da gestão ambiental, a criação de um “observatório do ambiente”, e a qualificação da rede de monitorização ambiental.

A linha de intervenção destinada à promoção institucional da região constituirá um incentivo adicional à captação de investimento, à promoção turística da região e da marca “Alentejo”, bem como à promoção dos *clusters* estratégicos e produtos regionais de excelência. Reconhecendo-se a riqueza dos recursos ambientais endógenos e o seu papel enquanto elemento-chave das cadeias de valor estratégicas do Alentejo, a qualidade do ambiente deverá ser uma aposta central nas acções para a promoção institucional da região.

Saliente-se a necessidade de assegurar que as acções previstas neste eixo, nomeadamente no que respeita à concentrações de serviços públicos, não afectem as populações normalmente já desfavorecidas por via de processos de isolamento. Por outro lado, a aposta nas TIC deverá acautelar as situações de info-exclusão, tendo em consideração o peso das faixas etárias mais elevadas e com menores qualificações na região do Alentejo.

Por fim, importa referir que a afectação dos recursos adequados para a articulação, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do PO constituirá um elemento fundamental para o seu sucesso.

7.3.7. PO Regional Algarve

PO Regional Algarve

Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento

Financiamento Comunitário: 95.644.111€

“O reforço da competitividade empresarial passa necessariamente por uma aposta clara na inovação do tecido produtivo regional e na promoção de um empreendedorismo de oportunidade, sobretudo baseado no conhecimento.....”

“...São objectivos específicos deste Eixo Prioritário: diversificar e qualificar o cluster Turismo e Lazer; incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade; desenvolver um nicho de actividades intensivo em conhecimento.”

Tipologia de intervenção:

- Apoio à competitividade e inovação das empresas
- Incentivo ao reordenamento de actividades económicas
- Melhoria da envolvente para a inovação empresarial
- Valorização do *cluster* Turismo e Lazer
- Modernização e qualificação da Administração Pública/ Desenvolvimento da sociedade do conhecimento
- Promoção institucional da Região
- Assistência técnica

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As acções estratégicas com vista à inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento podem contribuir positivamente para a sustentabilidade, especialmente se forem dirigidas para o desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem institucional, económica, tecnológica, ambiental e social. O estabelecimento de parcerias entre a Universidade do Algarve, empresas, outras entidades de investigação e redes de cooperação, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade. O incentivo e a promoção de projectos de I&DT, envolvendo o tecido empresarial, poderão contribuir para a cooperação inter e intra-regional, dinamizando a economia regional e assim contribuir para a melhor distribuição territorial da população, entre o litoral e o interior. Esta acção estratégica poderá assim contribuir directamente para o aumento da competitividade e da coesão do território da região algarvia, diminuindo as assimetrias de desenvolvimento.

Importa garantir que os projectos de inovação e I&DT são desenvolvidos não só com respeito pelos factores ambientais, mas integrando-os na sua própria concepção. Nesse sentido, sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (e.g. tecnologias mais limpas), da biodiversidade (e.g. agricultura biológica, eco-turismo), do ordenamento do território (e.g. localização adequada, redes de cooperação), riscos (e.g. aplicação do princípio da precaução), utilização de recursos (e.g. actividades eco-eficientes) e alterações climáticas (e.g. actividades de reduzida intensidade energética).

Assumem particular relevância as opções que vierem a ser tomadas no que se refere ao padrão de especialização da economia nacional e da região. Este eixo faz uma referência especial ao *cluster* Turismo e Lazer que se pretende fortalecer enquanto sector estratégico na economia algarvia. Neste contexto, importa assegurar a adopção de boas práticas ambientais e de sustentabilidade neste sector, centrando a aposta em opções de turismo sustentável que valorize o património natural e cultural da Região, assegurando um adequado ordenamento do território e conservação da natureza. O incentivo ao reordenamento da actividade económica, reflectido na realocação de algumas actividades económicas (e.g. indústrias mais poluentes), poderá contribuir de forma positiva para a requalificação de áreas de ocupação turística/urbana. A qualidade ambiental é uma das imagens de marca da Região que deve ser fomentada e potenciada, evitando-se os erros cometidos no passado. O modelo turístico que tem sido seguido originou pressões significativas na região (e.g. decorrentes do efeito da sazonalidade), não podendo correr-se o risco da continuidade do crescimento em volume, devendo apostar-se na criação de valor. Acresce ainda salientar que este modelo tem vindo a acentuar a ocupação do litoral, potenciando a ocorrência de diversos tipos de riscos (e.g. desertificação do interior da região algarvia; incêndios florestais; erosão costeira) e criando pressões insustentáveis nos sistemas ambientais (e.g. necessidades de água).

Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização de todos os princípios estruturantes da governança, designadamente responsabilidade, transparência, participação, eficácia e coerência, nas acções inseridas no vector da redução dos custos públicos de contexto e da promoção da sociedade da informação, como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e político. Importa ainda salientar a oportunidade de se promover a adopção de boas práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade na administração pública regional.

PO Regional Algarve

Eixo 2 - Protecção e Qualificação Ambiental

Financiamento Comunitário: 18 322 055 €

“O ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mesmo e, também, como um recurso de suporte às actividades económicas. A promoção da qualidade ambiental deve ser encarada como uma questão prioritária, quer na requalificação do litoral de ocupação turística mais intensa, quer na preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais em áreas de menor densidade urbanística...”

“...São objectivos específicos deste Eixo Prioritário: assegurar níveis elevados de qualidade ambiental; prevenir e minimizar riscos ambientais.”

Tipologia de intervenção:

- Áreas Classificadas e Biodiversidade;
- Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos;
- Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética;
- Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos;
- Ordenamento e valorização da orla costeira

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As tipologias de intervenção previstas neste eixo prioritário terão, de forma geral, efeitos significativamente positivos no ambiente, contribuindo para se atingir um conjunto de metas em diversos domínios, como por exemplo, a gestão de resíduos, designadamente os fluxos dos resíduos de construção e demolição e dos resíduos verdes, e a eficiência energética.

As acções preconizadas no âmbito da prevenção de riscos naturais e tecnológicos e do ordenamento e valorização da orla costeira assumem igualmente uma importância significativa nesta região, devendo apostar-se na canalização dos investimentos que privilegiem soluções de longo-prazo.

Perspectivam-se também impactos positivos decorrentes das intervenções a apoiar na área da biodiversidade e conservação da natureza. Deverão ser promovidas acções que visem fortalecer a coerência, a conectividade e a resiliência da rede de áreas classificadas do Algarve, por forma a contribuir para a inversão da tendência global de perda de biodiversidade. Sublinhe-se a necessidade de articulação das intervenções neste domínio com as acções a apoiar pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), sob pena de acentuar as assimetrias intra-regionais.

No que respeita à monitorização, informação e promoção ambiental, as acções preconizadas neste eixo potenciam oportunidades ao nível da monitorização permanente dos parâmetros ambientais (qualidade do ar e da água), de iniciativas de sensibilização e educação ambiental, da disponibilização de informação ambiental, do fomento da cidadania e do envolvimento e participação activa do público. Paralelamente, recomenda-se o incentivo à adopção de instrumentos voluntários pelas organizações públicas e privadas, passíveis de oferecer um retorno ambiental significativo tais como a Agenda 21 Local, Sistema de Gestão Ambiental, Sistema de Avaliações de Desempenho Ambiental, Rótulo Ecológico para o sector do turismo, Programa *Green Globe* e Sistemas de Construção Sustentável.

PO Regional Algarve

Eixo 3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano

Financiamento Comunitário: 60.985.850 €

“Um modelo de desenvolvimento cada vez mais dependente do conhecimento e da inovação pressupõe uma sólida base urbana e exige às cidades e territórios uma elevada qualificação das suas funções e um forte potencial de atracção de talentos e de actividades do futuro. Assim, os grandes desafios do desenvolvimento dependem, em grande medida, do modo como as cidades e territórios conseguem constituir-se em espaços activos de competitividade, cidadania e qualidade de vida.....”

“...São objectivos específicos deste Eixo Prioritário: reforçar a rede urbana e de acessibilidades regionais; valorizar o espaço público e a paisagem.”

Tipologia de intervenção

- Parcerias para a Regeneração Urbana;
- Competitividade da Rede Urbana Regional;
- Acessibilidade e mobilidade para reforço do sistema urbano.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As acções previstas apresentam impactes muito positivos uma vez que se afigura como prioridade optar por intervenções de reabilitação urbana e requalificação do espaço público, contribuindo para um menor consumo de materiais de construção, potenciando um melhor ordenamento do território e racionalidade na ocupação e uso do solo, e a promoção da qualidade de vida das populações. Esta aposta poderá inverter a tendência actual verificada na região, onde o sector da construção tem vindo a privilegiar as novas construções em detrimento da recuperação de edifícios. O modelo de implementação destas acções, baseado no estabelecimento de parcerias entre sector público e privado, poderá contribuir para o estabelecimento de um quadro mais equilibrado de intervenção e participação no ordenamento territorial. Recomenda-se que estas intervenções privilegiem projectos multidimensionais de regeneração urbana, integrando os aspectos sociais e ambientais para além dos elementos restritos de concepção do projecto.

A promoção da competitividade da rede urbana da região do Algarve permite antever uma melhor distribuição territorial da população, podendo contribuir para a fixação da população em territórios mais carenciados de equipamentos sociais, designadamente infra-estruturas básicas de saúde, cultura e educação. Esta acção estratégica permitirá apoiar a coesão territorial e social no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e no acesso aos serviços sociais básicos. A lógica da criação de redes, subjacente a estas acções, poderá ter efeitos positivos no ambiente, ao evitar a duplicação de infra-estruturas e equipamentos.

A melhoria das acessibilidades cria oportunidades para o crescimento económico e para o desenvolvimento humano através da aproximação da serra aos centros urbanos litorais. A mobilidade sustentável surge como uma oportunidade a promover neste eixo, podendo contribuir para a mitigação das carências de transportes colectivos e de um elevado índice de motorização, nomeadamente através da modernização das linhas ferroviárias regionais.

Não obstante, a construção de novas infra-estruturas preconizadas no domínio das acessibilidades e mobilidade na região do Algarve pode apresentar impactes ambientais potencialmente negativos, nomeadamente ao nível da ocupação do solo, da utilização de recursos, da biodiversidade e da qualidade do ambiente. Deve garantir-se que os projectos de infra-estruturas serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor, devendo ser sujeitos a um acompanhamento ambiental exigente nas fases de construção e operação, que permita a minimização dos impactes identificados e contribua para a sua adequada gestão ambiental (e.g. métodos de construção sustentável).

Ainda no âmbito deste eixo prioritário, surgem como áreas de intervenção territorial a privilegiar as zonas de baixa densidade do interior, e as bacias do Guadiana e do Arade. As acções previstas para estas áreas estratégicas de valorização do território Algarvio e dos seus recursos endógenos, consubstanciam oportunidades de desenvolvimento regional e coesão territorial, podendo reflectir-se na preservação e valorização do capital natural da região.

7.3.8. PO Região Autónoma dos Açores

PO Regional Açores

Eixo 1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores

Financiamento Comunitário: € 345.044.353 (36% do PO)

Este eixo prioritário configura os seguintes objectivos gerais e específicos:

Fomentar e facilitar a actividade empresarial

- Qualificar o investimento empresarial
- Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços de apoio à actividade económica

Alicerçar uma sociedade da informação e do conhecimento

- Fortalecer as instituições regionais de investigação
- Dinamizar iniciativas de I&D de Contexto Empresarial
- Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs
- Melhorar a eficiência administrativa

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

O apoio à actividade empresarial, para além de induzir ganhos de competitividade na economia açoriana, pode ser potenciado do ponto de vista ambiental se forem introduzidos critérios de eco-eficiência nos projectos a seleccionar, de modo a que seja possível ter uma economia mais competitiva e dinâmica, reduzindo simultaneamente a pressão sobre os recursos naturais, financiando actividades económicas que criem mais valor utilizando menos recursos e gerando menos poluição. Devem ser potenciadas boas práticas no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade social nas empresas e a criação de sistemas de gestão ambiental.

A discriminação positiva em relação às ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo (ilhas da coesão) poderá contribuir para a coesão económica da Região. No entanto, salienta-se a necessidade/dificuldade de garantir a existência de mão-de-obra qualificada nestas ilhas, fundamental para que estes incentivos consigam alcançar os seus objectivos. Recomenda-se, assim uma articulação e ligação muito forte com os investimentos no âmbito do FSE para investir na qualificação de recursos humanos nas ilhas mais carenciadas, de forma a potenciar todo este esforço. Do ponto de vista social é ainda fundamental uma articulação entre a constituição de pólos empresariais e a existência de serviços e equipamentos sociais no âmbito, por exemplo, da saúde, educação e cultura (eixo 2).

Este eixo faz uma referência especial ao Turismo, que se pretende fomentar enquanto sector emergente na economia açoriana. É fundamental a adopção de boas práticas ambientais, recomendando-se uma aposta num Turismo que valorize o património natural e cultural da Região, no respeito pelo ordenamento do território e conservação da natureza. A qualidade ambiental é uma das imagens de marca da Região que deve ser fomentada e potenciada, evitando-se os erros cometidos noutras regiões turísticas do país onde se verifica uma elevada pressão sobre os recursos naturais, derivada de más práticas de planeamento e ordenamento do território. O processo de selecção de projectos a apoiar neste domínio deverá considerar explicitamente preocupações de sustentabilidade, apoiando o desenvolvimento de projectos que integrem o desempenho ambiental e social na sua concepção, ou a integração com actividades de conservação da natureza (e.g. contribuindo para o seu financiamento).

Os sectores da Agro-Pecuária e Pescas também são muito relevantes no contexto regional, devendo os investimentos preconizados contribuir para uma modernização tecnológica das indústrias de transformação, promovendo uma maior eco-eficiência com ganhos económicos e ambientais simultâneos. É necessária uma cuidada articulação com os incentivos disponíveis no âmbito do desenvolvimento rural (FEADER) e pescas (FEP) potenciando sinergias e ganhos de eficiência.

Os incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico também poderão contribuir positivamente para a sustentabilidade, sobretudo se forem dirigidos para o desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente com importância regional (por exemplo no domínio dos oceanos e recursos marinhos, ou das ciências da terra e vulcanologia). O estabelecimento de parcerias entre a Universidade dos Açores e outras entidades de investigação e empresas, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional que deve ser reforçada incluindo instituições do continente e internacionais, por exemplo, potenciando as relações com universidades americanas de excelência.

Salienta-se também a importância muito positiva da introdução das TIC no contexto regional, com um impacte potencialmente positivo no factor desenvolvimento humano, contribuindo para uma maior coesão territorial e permitindo combater a fragmentação e isolamento inerentes à realidade geográfica dos Açores. No entanto, é preciso ter em atenção as situações de info-exclusão, principalmente nas faixas etárias mais elevadas e com menores qualificações. As TIC também podem contribuir para uma administração pública mais moderna e eficiente, um factor positivo que deve ser potenciado através de uma articulação eficaz com as medidas de apoio à competitividade, inovação e empreendedorismo. Uma melhoria da capacidade institucional pública tem impactes muito positivos a nível da governança, podendo contribuir para um aumento na eficácia da aplicação dos instrumentos de planeamento e monitorização do ambiente e do território. Por último, refere-se que é fundamental garantir a manutenção de serviços públicos nas ilhas de menor dimensão, de modo a que os ganhos de eficiência não ponham em causa a necessária coesão social e territorial da Região.

PO Regional Açores

Eixo 2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana

Financiamento Comunitário: € 233.781.483 (24% do PO)

Este eixo prioritário enquadra um objectivo geral, composto por cinco objectivos específicos:

Educar, formar e integrar a sociedade açoriana

- Modernizar a rede de equipamentos escolares
- Valorizar o património cultural
- Melhorar a rede de equipamentos desportivos e de lazer
- Modernizar equipamentos de saúde
- Modernizar a rede de equipamentos de protecção social

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Este eixo apresenta um conjunto de intervenções para a modernização da rede de equipamentos sociais (educação, cultura, desporto e lazer, saúde e protecção social) e que devem ser devidamente articuladas com as iniciativas financiadas pelo Fundo Social Europeu (PRO-EMPREGO) visto haver uma clara sobreposição de objectivos.

Estão previstos investimentos importantes num conjunto de infra-estruturas sociais, sobretudo no sector da educação (modernização e qualificação do parque escolar). Na vertente cultural, são incluídas acções de construção/ampliação/restauro e equipamento de imóveis para bibliotecas, museus, centros de arte, salas de exposição e outros equipamentos. Também se prevê a construção/reabilitação/ampliação de equipamentos desportivos e de lazer. No sector da saúde estão contemplados projectos de construção, ampliação, beneficiação e equipamento das Unidades de Saúde da Região. Serão também apoiados investimentos ao nível da informatização e capacidade para telemedicina. Enquadram-se ainda, neste eixo, investimentos na construção/reabilitação/ampliação e equipamento de infra-estruturas em centros de actividades ocupacionais, creches, centros sociais, centros comunitários, lares de idosos, entre outras, bem como a elaboração de planos e estudos que visem a caracterização dos fenómenos associados à pobreza e exclusão social.

Os investimentos preconizados na melhoria de redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social, previstos neste eixo, poderão constituir oportunidades geradoras de impactes positivos, sobretudo nos factores Desenvolvimento Humano e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional visto haver uma lógica sobreposição de objectivos. Este eixo poderá contribuir para uma melhor distribuição territorial da população, promovendo a fixação da população em ilhas mais carenciadas de equipamentos sociais, designadamente infra-estruturas básicas de educação e saúde, apoiando também, ainda que de forma mais indirecta, o desenvolvimento das actividades económicas nessas regiões.

Os riscos associados à ocupação do território e qualidade do ambiente poderão ser significativamente atenuados através da promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas. Salienta-se ainda que a decisão sobre a localização destes equipamentos, deve obedecer às boas práticas de planeamento e ordenamento do território e aos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental, se aplicável.

Importa igualmente articular as políticas de aumento da atractividade do espaço para os cidadãos, por via destes investimentos, com os incentivos à competitividade por via do desenvolvimento empresarial (eixo 1). Recomenda-se ainda a necessidade de assegurar uma abordagem integrada dos projectos, inseridos neste eixo, de forma a maximizar sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial, incluindo a necessidade de otimizar a distribuição territorial, evitando a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas e assegurando que a lógica das intervenções dê especial atenção às ilhas onde a componente social e humana é mais desfavorecida.

Por último, chama-se a atenção para a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira destes equipamentos ao longo de todo o seu período de vida útil, devendo os projectos apresentar um plano de financiamento que inclua as verbas necessárias para o seu funcionamento e manutenção das infra-estruturas preconizadas.

PO Regional Açores

Eixo 3 - Melhorar a atractividade e a coesão do território regional

Financiamento Comunitário: € 321.922.380 (33% do PO)

Este eixo prioritário configura os seguintes objectivos gerais e específicos:

Melhorar as acessibilidades

- Requalificar a rede regional de infra-estruturas
- Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas

Promover a sustentabilidade ambiental

- Ordenar o território
- Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais
- Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental
- Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

O sector dos transportes absorve mais de 1/4 dos fundos do PO, com intervenções prioritárias nos domínios rodoviário e marítimo. São previstos um conjunto de obras de construção e reabilitação da rede viária, enquadradas no plano rodoviário regional e que incluem projectos de expansão e requalificação de estradas regionais e municipais. A modernização dos transportes marítimos, com intervenções nas infra-estruturas portuárias e a promoção e dinamização do transporte aéreo são outras das acções previstas para o sector. As medidas para o sector dos transportes, são aquelas que apresentam mais riscos (na globalidade do PO Açores) para a vertente ambiental, pois podem afectar de forma significativa os padrões de ocupação e uso do solo, a qualidade do ambiente, a biodiversidade e a utilização de recursos, podendo ainda contribuir para o aumento de emissões de GEE. Deve ser privilegiada a requalificação e aproveitamento das infra-estruturas já existentes (ex: rede viária, portos, aeroportos), em detrimento da expansão para novas áreas. Recomenda-se que os projectos a apoiar sejam avaliados de forma criteriosa, articulada, responsável, coerente e participada. Neste contexto, deve garantir-se que os projectos serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a AIA, incluindo uma cuidada avaliação e discussão transparente da justificação do projecto, das alternativas equacionadas e das partes afectadas. Estão previstas ainda intervenções no domínio da segurança dos sistemas de transporte, destacando-se os impactes positivos na biodiversidade, qualidade do ambiente e prevenção de riscos decorrentes de uma maior segurança nos portos e consequentemente de uma menor afectação do ambiente e recursos marinhos. Por outro lado, a melhoria das acessibilidades na Região cria oportunidades para a competitividade e crescimento económico e para a coesão social e territorial através da aproximação de pessoas e lugares (e.g. maiores oportunidades de emprego, maior dinamismo da economia local, melhor acesso a serviços de saúde). Paralelamente, poderão ocorrer impactes positivos por via da criação de condições mais atractivas à fixação das populações nos locais mais afastados dos centros de decisão e desenvolvimento.

No domínio ambiental, é positivo o apoio à elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, bem como dos Planos de Bacia Hidrográfica e do Plano Regional de Ordenamento do Território. Contudo, salienta-se a necessidade de passar à fase de implementação, fiscalização e monitorização dos diversos planos. Uma correcta implementação destes planos terá impactes muito positivos no domínio do ordenamento do território e restantes factores ambientais. Ainda no domínio do ordenamento do território este eixo preconiza intervenções no âmbito da qualificação e reabilitação urbanas que são positivas também para o Desenvolvimento Humano (maior coesão social) e para uma melhor Utilização de Recursos (menor incidência na construção nova). Um componente importante deste eixo destina-se a intervenções no domínio do abastecimento de água e saneamento de águas residuais tendo em vista a prossecução dos níveis de atendimento propostos no Plano Regional da Água. Tratam-se de intervenções positivas no domínio da qualidade da água e que contribuem para uma melhoria geral do bem-estar das populações. São também preconizadas infra-estruturas de gestão de resíduos, que fomentem a redução na fonte, a reutilização e a reciclagem, contudo a meta proposta neste domínio foca apenas o número de aterros sanitários construídos/intervencionados. Chama-se a atenção para o facto dos equipamentos e infra-estruturas ambientais preconizados, poderem ter impactes ambientais negativos na ocupação e uso do solo, na biodiversidade e na qualidade do ambiente, cuja importância estará dependente da sua localização e características operacionais. Neste domínio é ainda fundamental reforçar a promoção de uma atitude proactiva na abordagem dos problemas ambientais, apostando na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face a um esgotamento das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de "fim-de-linha". Os projectos de apoio à conservação da natureza (incluindo a Rede Natura 2000 e a Rede de Áreas Protegidas), à utilização racional de recursos endógenos, à melhoria da qualidade ambiental e prevenção de riscos (no âmbito dos serviços de protecção civil) apresentam impactes muito positivos em vários factores ambientais com destaque para a Biodiversidade, Qualidade do Ambiente e Riscos Naturais e Tecnológicos.

Por último, refere-se a necessidade de uma cuidada articulação entre as intervenções propostas neste eixo e as financiadas pelo Fundo de Coesão (incluídas no PO Temático Valorização do Território: eixo III – Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma dos Açores com uma dotação comunitária de € 70.000.000).

PO Regional Açores

Eixo 4 - Compensar os sobrecustos da ultraperifericidade

Financiamento Comunitário: € 65.600.833 (7% do PO)

Este eixo enquadra as medidas a financiar no âmbito da ultraperifericidade da Região, visando compensar a Região pelos sobrecustos inerentes a obrigações de serviço público (transporte aéreo inter-ilhas; Serviço Regional de Saúde: transporte de doentes inter-ilhas e/ou do arquipélago para o continente; transporte de resíduos inter-ilhas e/ou do arquipélago para o continente) e a despesas de investimento na rede portuária e aeroportuária.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

A dotação financeira prevista para este eixo é pouco expressiva (cerca de 7% do total de financiamento atribuído à Região pelo FEDER), no entanto, as medidas previstas são muito importantes para a coesão social e territorial permitindo compensar parte dos sobrecustos da insularidade e ultraperifericidade.

As acessibilidades por via aérea e marítima são fundamentais no contexto regional garantindo a necessária coesão social e territorial (inter-ilhas), com um papel fundamental no Serviço Regional de Saúde (evacuação e transporte de doentes) e consequentemente, impactes muito positivos no factor Desenvolvimento Humano.

Os apoios previstos para o transporte de resíduos entre as ilhas e do arquipélago para o continente, contribuem positivamente para uma melhor gestão de resíduos permitindo ultrapassar os evidentes problemas de economia de escala com que a Região se depara, tendo efeitos positivos na Qualidade do Ambiente.

Os impactes negativos em termos de emissões de GEE (tráfego aéreo) são pouco importantes, face à especificidade regional (insularidade e ultraperifericidade) e à necessidade de combater o isolamento das populações, sobretudo nas ilhas de menor dimensão.

7.3.9. PO Região Autónoma da Madeira

PO Regional Madeira

Eixo 1 - Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento

Financiamento Comunitário: € 34.992.667 (11% do PO)

“...transformação progressiva do padrão de especialização da economia madeirense, no aumento da capacidade competitiva regional e na plena inserção da Região nas dinâmicas comunitárias e nacionais dirigidas ao crescimento da economia e do emprego.”

Tipologia de intervenção estratégica:

- Projectos inovadores, designadamente projectos-piloto e de acções sectoriais de inovação;
- Estruturação e desenvolvimento da investigação científica, tecnológica e da transferência de tecnologia e de conhecimento;
- Acções e projectos de I&DT nas empresas da Região;
- Intervenções no quadro das tecnologias de informação e de comunicação.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As acções estratégicas com vista à inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento podem contribuir positivamente para a sustentabilidade, especialmente se forem dirigidas para o desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem institucional, económica, tecnológica, ambiental e social.

A aposta nos domínios do ambiente e do turismo como áreas de excelência e de saber poderá constituir uma oportunidade estratégica para a sustentabilidade regional, sobretudo se for assegurada a transposição para a prática dos resultados da I&D. Importa, no entanto, garantir, para além do apoio a projectos e estruturas de I&D, a existência de recursos humanos que assegurem capacidade de investigação, bem como o desenvolvimento de parcerias e colaboração entre as entidades do sistema científico regional, nomeadamente a Universidade da Madeira, com outras instituições de investigação nacionais e internacionais, como forma de assegurar a massa crítica necessária ao desenvolvimento de actividades de investigação pluridisciplinar.

O estabelecimento de parcerias entre empresas e entidades de investigação, bem como de redes de cooperação, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade.

No sector empresarial importa sobretudo garantir que os projectos de I&DT são desenvolvidos não só com respeito pelos factores ambientais, mas integrando-os na sua própria concepção. Nesse sentido, sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (e.g. tecnologias mais limpas, prevenção da poluição), da biodiversidade (e.g. agricultura biológica, eco-turismo), do ordenamento do território (e.g. localização adequada, redes de cooperação), riscos (e.g. aplicação do princípio da precaução), utilização de recursos (e.g. actividades eco-eficientes) e alterações climáticas (e.g. actividades de reduzida intensidade energética).

A generalização da internet, suportada pela disponibilização de infra-estruturas de comunicações de banda larga, é essencial para o desenvolvimento da RAM e para a redução das assimetrias intra-regionais. As intervenções a concretizar no âmbito das TIC, apoiadas na promoção de conteúdos, centrados nos activos e patrimónios regionais específicos, ao nível das componentes ambiental, cultural e económica (sector do turismo em particular), poderão ter impactes positivos ao nível da divulgação e comunicação sobre a sustentabilidade da RAM, junto das partes interessadas. A implementação da Estratégia Regional para a Qualidade, prevista neste eixo prioritário poderá ter impactes positivos significativos em diferentes factores ambientais e de sustentabilidade, em particular se for articulada a implementação de sistemas de certificação e qualificação na área da qualidade com os sistemas de certificação na área da gestão ambiental e da responsabilidade social (previsto no eixo 3), de forma a maximizar sinergias e optimização de recursos.

PO Regional Madeira

Eixo 2 - Competitividade da Base Económica Regional

Financiamento Comunitário: € 49.472.186 (15% do PO)

“A promoção da competitividade da base económica regional visada neste Eixo Prioritário será concretizada através das seguintes tipologias de intervenção”:

Tipologia de intervenção estratégica:

- Valorização, diversificação e modernização da estrutura económica da Região;
- Estruturação de uma envolvente que facilite, apoie e incentive o incremento da competitividade sustentável do tecido produtivo regional;
- Reforço e qualificação das organizações, designadamente as empresas da Região, mediante a utilização das boas práticas da gestão e da utilização das tecnologias de informação e comunicação;
- Promoção da internacionalização da Região através da organização e facilitação do acesso a informações sobre oportunidades de mercados, actividades, produtos e serviços com elevado potencial de crescimento e negócios inovadores;
- Modernização administrativa..

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

Na análise das intervenções contempladas neste eixo assumem particular relevância as opções tomadas no que se refere ao padrão de especialização da economia regional. Tendo presente que os sectores do turismo, da indústria transformadora e da energia serão alvo de particular atenção no quadro das acções estratégicas a concretizar para a promoção da competitividade da base económica da RAM, importa reforçar a necessidade de assegurar a integração de boas práticas ambientais e de sustentabilidade nestes sectores.

No sector do turismo, é fundamental que a aposta se centre num turismo sustentável que valorize o património natural e cultural da RAM, identificados como as principais alavancas de valor no sector na região. Importa assegurar que não serão repetidos erros do passado, nomeadamente ao nível de localizações territoriais inadequadas de infra-estruturas turísticas, comprometendo a sustentabilidade da região. Importa ainda acautelar a integração de preocupações de natureza ambiental na exploração de novos segmentos de mercado no sector do turismo, por exemplo, nas actividades turísticas emergentes associadas ao mar. Importa também acautelar a integração das actividades turísticas no tecido social regional, de forma a minimizar os riscos de pressões sociais associadas à actividade turística. Para além das pressões no território associadas ao sector do turismo é importante equacionar o aumento nas pressões ambientais gerado pelos fluxos turísticos, nomeadamente ao nível da produção de resíduos, consumo de água, geração de efluentes e consumos energéticos, devendo sempre ter-se em conta a capacidade de carga da Região.

A promoção da competitividade da base económica regional poderá gerar impactes positivos que poderão ser potenciados do ponto de vista ambiental se forem introduzidos critérios de eco-eficiência e adopção das melhores tecnologias disponíveis nos projectos a seleccionar, de modo a que seja possível ter uma economia mais competitiva e dinâmica, reduzindo simultaneamente a pressão sobre os recursos naturais, financiando actividades económicas que criem mais valor utilizando menos recursos (materiais, água e energia) e gerando menos poluição. A aposta na eficiência energética valorização do potencial energético endógeno assume também particular relevância neste contexto, assumindo-se como uma oportunidade que importa potenciar. Saliente-se, no entanto, que os projectos de aproveitamento das energias renováveis endógenas – hídrica, eólica, solar e biomassa/biocombustíveis – poderão gerar impactes ambientais negativos, eventualmente significativos, que importa acautelar ao nível dos procedimentos de licenciamento e de AIA aplicáveis.

A valorização dos recursos para o desenvolvimento empresarial já existentes na região, nomeadamente a Zona Franca Industrial e os Parques Empresariais, poderá eventualmente passar por um modelo assente no desenvolvimento de simbioses industriais (eco-parques industriais) que potenciem as actividades de reciclagem e reaproveitamento de recursos, cuja viabilização económica é normalmente dificultada pelas características de insularidade e ultra-perifricidade da RAM. Devem ser potenciadas boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade ambiental nas empresas e criação de sistemas de gestão ambiental. Do ponto de vista social é fundamental uma articulação entre a constituição de pólos empresariais e a existência de serviços e equipamentos sociais no âmbito, por exemplo, da saúde, educação e cultura.

Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização de todos os princípios estruturantes da governança, designadamente responsabilidade, transparência, participação, eficácia e coerência, nas acções inseridas no vector da modernização administrativa, como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e político. Importa ainda salientar a oportunidade de se promover a adopção de boas práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade na administração pública regional.

Por fim, saliente-se a necessidade de uma articulação eficaz com as medidas preconizadas no âmbito do PO Temático Factores de Competitividade.

PO Regional Madeira

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável

Financiamento Comunitário: € 71.342.601 (22% do PO)

“Assumindo características eminentemente transversais, as intervenções respeitantes à promoção do desenvolvimento sustentável têm expressão nos vários Eixos Prioritários...”

“...assinala-se, por particularmente relevante, que as responsabilidades pela prossecução da prioridade estratégica assumida pelo desenvolvimento sustentável são especialmente significativas no que respeita à modernização do modelo económico de especialização regional...”

Tipologias de intervenção estratégica:

- Conclusão dos investimentos e acções que têm vindo a ser realizados ao nível das estruturas de gestão ambiental de primeira geração;
- Elaboração, no quadro da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, do Plano Sectorial e dos Planos de Ordenamento da Rede Natura 2000, criação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas e actualização da Base de Dados da Biodiversidade do Arquipélago da Madeira;
- Implementação da Directiva Quadro da Água na Região Autónoma da Madeira;
- Optimização e ampliação dos sistemas de valorização, tratamento e destino final de resíduos;
- No âmbito da Gestão Sustentável dos Descritores Ambientais será elaborado um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável;
- Acções de Sensibilização e Informação Ambiental;
- Serão implementados, no quadro da requalificação ambiental do tecido empresarial e industrial, o programa de qualificação ambiental intermédio das actividades económicas;
- A salvaguarda dos cenários de maior qualidade paisagística será assegurada através do estabelecimento de uma rede de áreas a proteger do ponto de vista visual;
- Implementação de um Sistema Adaptativo / Progressivo de Inspeção Ambiental;
- Ordenamento e monitorização dos cursos de água.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As acções previstas no domínio do eixo prioritário *desenvolvimento sustentável* terão, de forma geral, efeitos significativamente positivos, contribuindo para se atingir um conjunto de metas em diversos domínios, como, por exemplo, a gestão de resíduos e os serviços de águas. Assinale-se como elemento positivo a aposta noutras áreas do ambiente, para além das relacionadas com problemas ambientais de primeira geração. As acções previstas poderão ter efeitos positivos em vários domínios para além dos já referidos, designadamente: valorização do património natural e paisagístico, com elevada biodiversidade, incluindo um número assinalável de espécies endémicas; manutenção do equilíbrio da paisagem urbano-rural; incremento do sistema de inspeção ambiental das actividades económicas, e das acções de educação e sensibilização ambiental; avaliação e comunicação da sustentabilidade da região, através do Sistema de indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS); incentivo à certificação ambiental das organizações empresariais.

A título de recomendação sublinha-se que os investimentos devem ser canalizados prioritariamente para a prevenção e para soluções de longo-prazo. Importa aqui salientar a importância de intervenções no domínio da requalificação ambiental de locais degradados (e.g. aterros e pedreiras desactivados), de adaptação às alterações climáticas (e.g. reflorestação da cintura verde). Salienta-se também a necessidade de se adoptar uma atitude proactiva na abordagem aos problemas ambientais, que aposte essencialmente na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face ao esgotamento previsível das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de “fim-de-linha”. Neste domínio, julga-se que seria importante reforçar a aposta em intervenções no domínio da eficiência da utilização da água (e.g. redução de perdas nas redes, reutilização) ou de redução da produção de resíduos e reciclagem de materiais.

Recomenda-se ainda que as acções previstas neste eixo sejam apoiadas e articuladas com medidas que promovam a integração de profissionais especializados na área do ambiente, ao nível da formação intermédia e superior, de forma a assegurar eficiência e eficácia na gestão e operação das iniciativas previstas. Recomenda-se que as medidas propostas nos diferentes eixos prioritários do PO da RAM sejam articuladas com os diferentes instrumentos de planeamento estratégico e programação em vigor na RAM, em particular com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES), apoiada por um SIDS para a RAM (sistema já previsto no eixo 3).

Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização de todos os princípios estruturantes da governança, designadamente responsabilidade, transparência, participação, eficácia e coerência, nas acções inseridas no vector da modernização administrativa, como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e político. Importa ainda salientar a oportunidade de se promover a adopção de boas práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade na administração pública regional.

Por fim, salienta-se a necessidade de uma articulação eficaz com as medidas preconizadas no âmbito do PO Temático Factores de Competitividade.

PO Regional Madeira

Eixo 4 - Coesão Territorial e Governação

Financiamento Comunitário: € 98.416.874 (31% do PO)

“...enquadra diversas tipologias de intervenção directamente interrelacionadas no quadro das suas temáticas fundamentais: coesão territorial e governação...”

Tipologias de intervenção estratégica:

- Estruturação da rede urbana;
- Intervenções de qualificação e requalificação urbana;
- Infra-estruturas e equipamentos públicos regionais de interesse colectivo;
- Assistência Técnica ao Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial.

Eixo 5 - Compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade

Financiamento Comunitário: € 66.324.676 (21% do PO)

“...compensação dos custos adicionais relacionados com as desvantagens específicas das regiões ultraperiféricas...”

Tipologias de intervenção estratégica:

No que respeita aos efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais públicos e privados são assumidas as intervenções relativas a:

- Transporte marítimo e aéreo de matérias-primas ou produtos intermédios;
- Telecomunicações – respeitante ao custo adicional para os agentes económicos regionais directamente decorrente da distância, da insularidade, da dimensão do mercado e da topografia;
- Energia / Gás Natural / Transporte e Armazenagem de Fuel;
- Processo Produtivo, Comercialização, Venda e Distribuição;
- Transporte para o Continente de Resíduos;
- Tratamento e Acondicionamento de Resíduos;
- Educação e Formação;
- Zonas de Localização e Concentração Empresarial;
- Sobrecustos transversais indirectos;
- Despesas referentes à elaboração de estudos, diagnósticos, auditorias e acções de controlo”.

No que se refere aos custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo são consideradas as seguintes intervenções:

- Rede Viária;
- Telecomunicações.

Avaliação Ambiental: Oportunidades, Riscos e Recomendações

As infra-estruturas e equipamentos previstos apresentam impactes ambientais potencialmente muito negativos, nomeadamente ao nível da ocupação do solo, da utilização de recursos, da biodiversidade e da qualidade do ambiente. Deve garantir-se que os projectos de infra-estruturas serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor, devendo ser sujeitos a um acompanhamento ambiental exigente nas fases de construção e operação, que permita a minimização dos impactes identificados e contribua para a sua adequada gestão ambiental. Deve, nomeadamente, assegurar-se que é apresentada a justificação da necessidade dos projectos, bem como que são identificados os visados pelos projectos (para quê? para quem?) e garantir que são propostas e avaliadas diferentes alternativas, realistas e viáveis, para os diferentes projectos em causa. Deverá ser promovida a adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias, nomeadamente através da adopção de SGA e/ou de métodos de Construção Sustentável.

As acções propostas apresentam também impactes muito positivos, sobretudo no factor Desenvolvimento Humano, uma vez que visam a consolidação dos sistemas urbanos da RAM, incluindo acções de qualificação e requalificação, designadamente através da expansão e valorização dos espaços de fruição pública. Optar por acções de reabilitação urbana e requalificação do espaço público em detrimento de acções focadas em novas construções terá efeitos ambientais positivos, contribuindo para um menor consumo de materiais de construção e potenciando um melhor ordenamento do território e maior racionalidade na ocupação e uso do solo. Saliente-se ainda como impacte positivo o enquadramento para a implementação de vários instrumentos de ordenamento do território. Neste contexto, recomenda-se que, para além da implementação dos instrumentos referidos, seja assegurada a correspondente monitorização ambiental, e garantida a efectiva implementação e compatibilização entre os diferentes instrumentos de ordenamento. Só assim, se poderá começar a inverter e mitigar situações graves de desordenamento territorial existentes na RAM, nomeadamente na zona costeira.

As intervenções previstas são globalmente muito positivas do ponto de vista social. Recomenda-se que os financiamentos sejam atribuídos a projectos que abranjam os segmentos mais carenciados da população e que visem realmente responder a situações críticas de exclusão social.

8. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental

9. Síntese e Considerações Finais

Apesar dos esforços que têm sido realizados nos últimos anos, nomeadamente no contexto dos anteriores QCA, para o controlo das pressões sobre os sistemas ambientais, o estado do ambiente em Portugal ainda não cumpre os padrões de qualidade desejáveis em muitas áreas, confrontando-se actualmente o país com importantes desafios de natureza ambiental.

Na ausência das intervenções preconizadas no QREN será de antecipar uma manutenção do estado actual ou um afastamento progressivo do país em relação a alguns dos objectivos e metas fixados em matéria de ambiente e sustentabilidade, particularmente no actual contexto de contenção da despesa pública, que implica uma limitação da capacidade de investimento, nomeadamente na área do ambiente.

Da Avaliação Ambiental Estratégica efectuada às Agendas Operacionais Temáticas Factores de Competitividade e Valorização Territorial, que se sintetiza na Figura 35, conclui-se que o QREN poderá contribuir significativamente para a inversão desta tendência em diversos domínios, sobretudo pela oportunidade de modernização e reestruturação dos sectores empresarial e público e pelas acções no domínio da protecção e valorização do ambiente. Os principais riscos para o ambiente e sustentabilidade estão associados à Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território, em particular nas acções associadas ao reforço da conectividade, acessibilidades e mobilidade, que poderão ter impactes ambientais muito significativos.

Numa altura em que o crescimento da economia portuguesa constitui um desígnio fundamental do país, importa assegurar que neste processo não são geradas pressões nos sistemas ambientais que conduzam a alterações irreversíveis e/ou insustentáveis. A actual necessidade de se proceder a uma reestruturação e revitalização do tecido produtivo deverá ser encarada como uma oportunidade para incluir a dimensão ambiental desde logo neste processo, integrando-a na concepção das actividades de renovação do modelo empresarial, de definição do padrão de especialização da economia, de inovação e desenvolvimento tecnológico e de planeamento de infra-estruturas e equipamentos de apoio ao tecido empresarial e à conectividade territorial.

O QREN constitui ainda uma oportunidade para fortalecer os mecanismos de integração das preocupações ambientais em todas as políticas públicas, numa lógica transversal, coerente e articulada, assumindo particular importância neste contexto as políticas de desenvolvimento económico e de ordenamento do território.

A aposta simultânea nos sectores público e privado constitui uma característica importante do QREN, permitindo potenciar sinergias e facilitar a adopção de abordagens que promovam uma melhor governança nas suas várias vertentes.

O QREN vai ao encontro de duas preocupações estratégicas que respeitam à necessidade de aumentar a competitividade da economia portuguesa e de reforçar a coesão territorial. A articulação destes dois objectivos, potencialmente conflitantes entre si, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável, requer uma forte determinação das políticas públicas, no sentido de ponderar, em cada circunstância, os princípios que devem enquadrar a decisão. Não sendo possível nesta fase antecipar as situações em concreto que vão requerer essa ponderação, é importante garantir que as preocupações de natureza ambiental, em sentido lato, traduzidas na presente avaliação, sejam consideradas nesses processos de decisão.

Figura 35 – Síntese da avaliação ambiental estratégica

Factores ambientais e de sustentabilidade	Sub-temas/ Indicadores	Situação actual	Tendências de evolução sem QREN	Tendências de evolução com QREN
Governança	Transparência, participação, responsabilidade, eficácia, coerência		↪	↪
Desenvolvimento Humano	Saúde		→	↪
	Pobreza		→	↪
Utilização de Recursos	Consumo de materiais e produtividade de recursos na economia		→	↪
Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Ocupação e uso do solo		↪	↪
	Evolução da população		↪	↪
Alterações Climáticas	Emissões de gases com efeito de estufa		↪	→
Biodiversidade	Áreas com estatuto de protecção com planos de ordenamento		→	↪
	Fragmentação de ecossistemas		↪	↪
Qualidade do Ambiente	Qualidade da água		↪	↪
	Protecção do solo		→	↪
	Gestão de resíduos		↪	↪
	Qualidade do Ar		↪	↪
Riscos Naturais e Tecnológicos	Erosão costeira, derrames de hidrocarbonetos, incêndios, secas, desertificação, cheias, sismos, substâncias perigosas		↪	↪

Legenda

Distância à situação desejável (objectivos e metas)				
	Muito distante	Distante	Próximo	Muito próximo
Tendências de evolução	↪		→	↪
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas		Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas

Em síntese, importa garantir que a filosofia geral que vier a ser adoptada na fase de implementação assenta na procura de estratégias de desenvolvimento que permitam conciliar o crescimento da economia com a salvaguarda dos valores ambientais e a promoção da coesão social e da cidadania, visando um progresso em direcção a um desenvolvimento sustentável.

Por último, é pertinente relembrar que a avaliação efectuada no presente estudo incidiu sobre as Agendas Operacionais Temáticas Factores de Competitividade e Valorização do Território do QREN, e correspondentes Prioridades Operacionais Temáticas, e sua interacção em termos genéricos com os PO Temáticos e Regionais, que não concretizam projectos, situando-se essencialmente a um nível estratégico. A materialização das oportunidades e riscos identificados dependerá, em última análise, dos projectos concretos que vierem a ser implementados e dos procedimentos de avaliação e selecção que vierem a ser adoptados. Neste contexto assume particular relevância a integração das preocupações de natureza ambiental aqui identificadas na preparação dos regulamentos dos Programas Operacionais, que consubstanciam a passagem da actual fase de natureza estratégica para a fase de implementação.

Referências

- Comissão de Gestão do QCA III/Observatório do QCA III (2004). *Avaliação Intercalar do QCA III, Observatório do QCA III, Coleção Avaliação Intercalar do QCA III*, Lisboa.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Governança Europeia – Um Livro Branco*, COM (2001) 428 final, Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Uma Estratégia Europeia de Ambiente e Saúde*, COM(2003) 338 final, Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (2005). *Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais*, COM(2005) 670 final, Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (2005). *Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*, COM(2005) 718 final, Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Relatório da Comissão – Relação entre a Directiva AAE e os Fundos Comunitários*, COM(2006) 639 final, Bruxelas.
- Departamento de Prospectiva e Planeamento/ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional (DPP/MAOTDR) (2006). *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 Avaliação Ex-Ante*, Lisboa, Outubro de 2006.
- European Environment Agency (2005) *Designated areas (CSI 008) - May 2005 Assessment*.
- European Environment Bureau (2005), *Biodiversity in Strategic Environmental Assessment*.
- Greening Regional Development Programmes Network (GRDP) (2006). *Handbook on SEA for Cohesion Policy 2007-2013*. Greening Regional Development Programmes Network, Exeter, United Kingdom.
- Grupo de Trabalho QREN (2006). *Portugal – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013*, Proposta, Dezembro de 2006.
- IDAD (2005). *Contribuição para a Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 Relativas ao Tema Ambiente e Prevenção de Riscos*. Departamento de Ambiente e Ordenamento. Universidade de Aveiro. Outubro de 2005.
- Instituto do Ambiente/Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (IA/MAOT)(2002). *Programa Nacional para as Alterações Climáticas – versão 2001*. Instituto do Ambiente, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Amadora.
- Instituto do Ambiente (2004). *Estudos de Base do PTEN*, Maio de 2004.
- Instituto do Ambiente (2005) *Relatório do Estado do Ambiente 2003*, Amadora.
- Instituto do Ambiente (ed.) (2006). *Relatório do Estado do Ambiente 2004*. Elaborado pelo Instituto do Ambiente com o apoio da Universidade do Algarve.

Instituto de Conservação da Natureza (2006). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, Lisboa.

LNEC/ISA (2001). *Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água*, Instituto da Água/Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional (INAG/MAOTDR), Lisboa.

Millennium Ecosystem Assessment (2005). *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Island Press.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa. Internet: <http://www.territorioportugal.pt/>

Ministério da Economia/Ministério Ordenamento do Território e Ambiente (ME/MCOTA) (2004). *Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2005-2007*. Ministério da Economia e Ministério Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.

Ministério da Saúde e Direcção-Geral da Saúde (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010: mais saúde para todos*, Direcção-Geral da Saúde, Lisboa.

Observatório do QCA III, (2006). *Estudos Temáticos para Preparação do Próximo Ciclo de Intervenções Estruturais QREN 2007-2013*. Edição do Observatório do QCA III. Fevereiro de 2006. Internet: http://www.qca.pt/fundos/qren_estudos.asp

Painho, M. e Caetano, M. (2005). *Cartografia de ocupação do solo : Portugal continental, 1985-2000 : CORINE Land Cover 2000*. Amadora : Instituto do Ambiente.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2001). Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Luxemburgo, 27 de Junho de 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2006). *Human Development Report 2006, Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.

Wilson, E.O. (1997) "Introduction to Biodiversity", in *Biodiversity II*, Reaka-Kudla, M.L., Wilson, D.E., Wilson, E.O. (eds.), Joseph Henry Press, Washington DC.

World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) (2000). *Eco-efficiency: creating more value with less impact*, WBCSD, Conches-Geneva, Switzerland.

Anexo

Consulta Pública do Relatório de Factores Críticos

Ponderação dos Comentários Recebidos

Ponderação dos comentários recebidos sobre o Relatório de Factores Críticos

Entidade	Data	Principais aspectos focados	Comentário Equipa AAE
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve	21/Jul	<p>Ponto 1: “...o modelo geral pode não garantir na íntegra a especificidade territorial de cada região.” “... os documentos sectoriais relevantes assumem um papel relativamente marginal na AAE...” “... os critérios de selecção e de hierarquização dos projectos a contemplar nas intervenções estruturais deverão ser suficientemente flexíveis para que sejam adequados às diversas realidades territoriais e sectoriais...”</p> <p>Ponto 2: “... onde estão contempladas as vertentes da floresta e do mar?”</p> <p>Ponto 3: “... apenas estão referidos dois dos três PO temáticos...”</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os documentos sectoriais relevantes são considerados e os seus objectivos e metas são apresentados na caracterização da situação de referência. ▪ A especificidade regional é considerada quer na caracterização da situação de referência, na análise de tendências e na avaliação de impactes sempre que tal se justifique. ▪ Os factores ambientais seleccionados são transversais aos diversos compartimentos ambientais. Aspectos relacionados com o mar e zonas costeiras, tais como: a erosão costeira, as áreas protegidas marinhas, a qualidade da água, ou a poluição por hidrocarbonetos são abordados no “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional”, na “Biodiversidade”, na “Qualidade do Ambiente” e nos “Riscos Naturais e Tecnológicos”. A floresta é tratada essencialmente no “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional” e nos “Riscos Naturais e Tecnológicos”. Contudo, salienta-se que as políticas no âmbito do sector florestal são objecto do PO de Desenvolvimento Rural (FEADER), alvo de AAE distinta. ▪ PO Potencial Humano foi excluído da AAE, de acordo com os ToR.
Partido Comunista Português	18/Jul	Acusa a recepção do documento.	-
Instituto do Ambiente	21/Jul	<p>“... sugerimos que a organização do texto do Relatório Ambiental permita referenciar as partes da análise correspondentes a cada PO, por simplicidade processual tendo em conta as orientações da Comissão Europeia”</p> <p>“... recomenda-se que seja dada grande visibilidade ao período de Consulta Pública...”</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A avaliação estratégica de impactes é efectuada por agenda operacional temática e prioridades operacionais temáticas, sendo também analisadas as interações com os PO. ▪ O Relatório Ambiental da AAE será facultado às autoridades e ao público com o objectivo de recolher junto das partes interessadas as suas observações sobre o processo e resultados da avaliação. Assim, espera-se que o processo de consulta pública possua grande visibilidade, tendo sido criado mecanismos para o efeito, dos quais se destaca uma página de Internet dedicada. Os resultados da consulta deverão ainda vir a integrar a versão consolidada do Relatório Ambiental da AAE.
Direcção Geral da Saúde	04/Set	“... o ambiente e a saúde não devem ser vistos de forma dissociada...”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estamos de acordo com as considerações efectuadas. Esta abordagem é seguida no âmbito do factor “Desenvolvimento Humano”.
Direcção-Geral da Empresa	24/Ago	“... no Quadro 3, os factores <i>Alterações Climáticas</i> e <i>Governança</i> deverão interagir com a questão estratégica <i>Competitividade, Inovação e Empreendedorismo</i> .”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As interações referidas são consideradas na avaliação de impactes da agenda operacional temática “Factores de Competitividade”.
Confederação da Indústria Portuguesa	16/Ago	“... o documento revela-se, no melhor dos casos, como um exercício de redundâncias.”	-
União Geral de Trabalhadores	02/Ago	São feitas considerações sobre cada um dos 8 factores de avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concordamos com as considerações efectuadas.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	21/Ago	<p>“... não existe uma referência directa ao Mar...”</p> <p>São feitas várias referências a interações que são omissas no quadro 3 e quadro 4.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Mar é considerado em vários factores conforme explicado acima. ▪ As interações referidas serão consideradas na avaliação de impactes.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	01/Set	“... estamos de acordo com o teor do relatório...”	-

Entidade	Data	Principais aspectos focados	Comentário Equipa DCEA
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional	Set	<p>“... consideramos oportuno que sejam tidos em consideração, de forma mais evidente e explicita, os resultados dos estudos temáticos elaborados no âmbito da preparação do próximo ciclo de intervenções estruturais... nomeadamente o estudo <i>Ambiente e Prevenção de Riscos</i>”</p> <p>“... o PEAASAR II e o PERSU II deverão enquadrar a maioria das intervenções na área do Ambiente, sendo que os objectivos e metas definidos nestes programas constituirão uma base de referência importante para a AAE.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os resultados dos estudos temáticos são considerados ao longo da AAE, nomeadamente na análise da situação de referência e tendências de evolução. ▪ Os objectivos e metas do PEAASAR II E PERSU II são abordados no factor “Qualidade do Ambiente”.
Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	25/Set	<p>“... particular enfoque na Estratégia de Lisboa... merece igual relevo a estratégia de Gotemburgo”</p> <p>“As cinco prioridades do QREN não contemplam, de modo explícito, aspectos determinantes como a conservação dos recursos e a sustentabilidade do desenvolvimento e, muito menos, as questões do ambiente.”</p> <p>“preocupação com a salvaguarda dos recursos naturais, terrestres e marinhos”</p> <p>“Os domínios ambientais da directiva são, de facto, os Factores Críticos para alcançar a sustentabilidade”</p> <p>“... a dimensão ambiental da sustentabilidade é subestimada.”</p> <p>“Não são analisados vários documentos sectoriais”</p> <p>“Como vão ser avaliadas as alternativas?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É também esse o entendimento da equipa de AAE. É dada ênfase à Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia, o que se reflecte nos 8 factores de avaliação seleccionados. ▪ A AAE tem em consideração os aspectos determinantes mencionados, nomeadamente nos factores de avaliação escolhidos. ▪ Esta também é uma preocupação da equipa da AEE. ▪ Pensamos que a este nível estratégico da avaliação são mais adequados os factores de avaliação considerados, numa lógica de avaliação ambiental e de sustentabilidade. ▪ Entende-se que a dimensão ambiental está bem presente nos factores de avaliação. ▪ Procurou analisar-se o conjunto de documentos relevantes no capítulo da situação de referência e análise de tendências. ▪ São avaliadas as tendências de evolução na ausência de QREN e a proposta de programação do QREN. O QREN e correspondentes PO diferem na sua essência de um plano ou programa mais convencional, na medida em que as intervenções são definidas em termos muito genéricos, tornando muito difícil a formulação de alternativas nesta fase, existindo ainda uma ampla margem de variação nas intervenções, dependendo dos projectos que vierem a ser propostos no contexto de cada PO. Assim, as restantes alternativas encontram-se embebidas nas modificações que foram sendo introduzidas na definição da arquitectura global do QREN por forma a promover a integração de preocupações ambientais, não sendo por isso formalmente contempladas na presente avaliação.

